

# Tribuna

## Arrecadação de impostos sobe 20% na Bahia

YURI ABREU  
REPORTER

**D**epois de passado o susto com a primeira fase da pandemia de covid-19, em que até mesmo a arrecadação de impostos havia sofrido queda, parece que os índices relativos neste sentido estão começando a voltar aos trilhos, ainda que o Brasil esteja passando por uma segunda – e mais forte – onda da doença que já infectou mais de 14 milhões de pessoas e levou a óbito mais de 378 mil pacientes em todo o país.

De acordo com dados do "Impostômetro", painel criado pela Associação Comercial do Estado de São Paulo (Acesp) e que faz essa medição, o total recolhido pelos poderes públicos, em todo o território nacional, foi de R\$ 808,5 bilhões entre o dia 1º de janeiro de janeiro deste ano e o último dia 20 de abril. Com esse dinheiro, o usuário poderia, por exemplo, comprar mais de 1,8 bilhão de cestas básicas ou, aplicando o montante na poupança, ele renderia só de juros, por mês, mais de R\$ 4,7 bi.

No mesmo período de 2020, o montante geral havia sido de R\$ 645,4 bilhões. Ou seja, uma alta de 20,17%. Na comparação com 2019, em intervalo semelhante, também houve acréscimo: +3,11%. O panorama do país se repetiu entre estados como a Bahia. Também conforme o painel, a elevação saiu dos R\$ 21,337 bilhões em arrecadação total no estado, em 2020, para R\$ 26,062 bilhões no período entre os dias 1º de janeiro e 20 de abril deste ano. No comparativo com 2019, em igual tempo, o maior estado da Região Nordeste também registrou superávit, ainda que em menor monta: +3,11%.

Em Salvador, por outro lado, ocorreu o fenômeno inverso. Até a última terça-feira, dia 20 de abril, haviam sido recolhidos R\$ 849 milhões em impostos, contra R\$ 1,137 bilhões na mesma fase analisada no ano de 2020: uma queda de -21,37%. Já no comparativo com o mesmo período de 2019, houve um acréscimo de 4,59% – naquele, ano o arrecadado até então era superior aos R\$ 810 em tributos.

Focando apenas ao longo de todo o período da pan-



**TRIBUTOS** Total recolhido pelos poderes públicos, em todo o território nacional, foi de R\$ 808,5 bi

demia, desde meados de março do ano passado até agora, a Bahia arrecadou R\$ 79,5 bilhões em impostos. Em outras Unidades da Federação, os índices chegaram a: R\$ 862 bilhões (São Paulo), R\$ 324 bi (Rio de Janeiro), R\$ 180 bi (Minas Gerais), R\$ 144 bi (Distrito Federal), R\$ 140 bi (Rio Grande do Sul), R\$ 136 bi (Paraná), R\$ 101 bi (Santa Catarina) e R\$ 57 bi (Pernambuco). Já na capital baiana, traçando o mesmo parâmetro, foram recolhidos R\$ 3,7 bilhões em tributos pagos pelo contribuinte.

Voltando a 2021, mas centrando apenas nos municípios baianos, Salvador ocupa o primeiro lugar na arrecadação de impostos, correspondendo a 3,22% de tudo que é recolhido nos 417 municípios da unidade federativa, entre os dias 1º de janeiro e 20 de abril. Entre as cidades mais importantes, Camaçari arrecadou até agora R\$ 119 milhões, Feira de Santana, R\$ 103 milhões; Vitória da Conquista, R\$ 38 milhões; Lauro de Freitas, R\$ 56 milhões; e Barreiras, R\$ 16 milhões.

## Governo prorroga por dois anos IPVA de veículos de transporte na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

De acordo com medida, **IPVA** de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023 | Foto: Agência Brasil

Foi prorrogado por dois anos o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2020 e 2021, na Bahia, para proprietários de veículos do **transporte escolar** e turístico e de autoescolas.

A medida, anunciada nesta terça-feira, 20, pelo **governo do estado**, visa atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus. A medida não inclui a taxa de licenciamento anual, cujos prazos de pagamento permanecem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

De acordo com decreto a ser assinado pelo governador **Rui Costa**, o **IPVA** de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023.

Os beneficiários terão a opção de pagar em cota única, com desconto de 5%, ou parcelar o imposto devido em três vezes.

A cota única para pagamento do **IPVA** 2020 vencerá no dia 29 de julho de 2022. No caso de parcelamento, as datas de pagamento estão fixadas em 29 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2022.

Já a cota única para pagamento do **IPVA** 2021 fica prorrogada para 31 de julho de 2023. Quem parcelar, terá as datas de 29 de julho, 31 de agosto e 29 de setembro de 2023 para efetuar os pagamentos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA | SEC - Secretaria da Educação - Transporte escolar

## IPVA de veículos de transporte escolar, turístico e de autoescolas é prorrogado por dois anos na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2020 e 2021, na Bahia, foi prorrogado por dois anos, para proprietários de veículos do **transporte escolar** e turístico e de autoescolas.

A medida, anunciada nesta terça-feira (20), pelo **governo do estado**, visa atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus. A medida não inclui a taxa de licenciamento anual, cujos prazos de pagamento permanecem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

De acordo com decreto a ser assinado pelo governador **Rui Costa**, o **IPVA** de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023.

Os beneficiários terão a opção de pagar em cota única, com desconto de 5%, ou parcelar o imposto devido em três vezes.

A cota única para pagamento do **IPVA** 2020 vencerá no dia 29 de julho de 2022. No caso de parcelamento, as datas de pagamento estão fixadas em 29 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2022.

Já a cota única para pagamento do **IPVA** 2021 fica prorrogada para 31 de julho de 2023. Quem parcelar, terá as datas de 29 de julho, 31 de agosto e 29 de setembro de 2023 para efetuar os pagamentos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA | SEC - Secretaria da Educação - Transporte escolar

Veículo: G1	
Data: 20/04/21	



## **IPVA de veículos de transporte escolar, turístico e de autoescolas é prorrogado por dois anos na Bahia**

De acordo com medida, IPVA de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023. Prorrogação não inclui taxa de licenciamento anual, cujos prazos de pagamento permanecem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do CRLV.

**Por G1 BA**

20/04/2021 12h56 Atualizado há um dia



IPVA para veículos do transporte escolar e turístico e de autoescolas é prorrogado na Bahia — Foto: German Maldonado / TV Bahia

O pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2020 e 2021, na Bahia, foi prorrogado por dois anos, para proprietários de veículos do transporte escolar e turístico e de autoescolas. A medida, anunciada nesta terça-feira (20), pelo governo do estado, visa atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus. A medida não inclui a taxa de licenciamento anual, cujos prazos de pagamento permanecem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

De acordo com decreto a ser assinado pelo governador Rui Costa, o IPVA de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023.

Os beneficiários terão a opção de pagar em cota única, com desconto de 5%, ou parcelar o imposto devido em três vezes.

A cota única para pagamento do IPVA 2020 vencerá no dia 29 de julho de 2022. No caso de parcelamento, as datas de pagamento estão fixadas em 29 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2022.

Já a cota única para pagamento do IPVA 2021 fica prorrogada para 31 de julho de 2023. Quem parcelar, terá as datas de 29 de julho, 31 de agosto e 29 de setembro de 2023 para efetuar os pagamentos.

## Governo prorroga por dois anos IPVA de veículos de transporte na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foi prorrogado por dois anos o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2020 e 2021, na Bahia, para proprietários de veículos do **transporte escolar** e turístico e de autoescolas.

A medida, anunciada nesta terça-feira, 20, pelo **governo do estado**, visa atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus. A medida não inclui a taxa de licenciamento anual, cujos prazos de pagamento permanecem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

De acordo com decreto a ser assinado pelo governador **Rui Costa**, o **IPVA** de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023.

Os beneficiários terão a opção de pagar em cota única, com desconto de 5%, ou parcelar o imposto devido em três vezes.

A cota única para pagamento do **IPVA** 2020 vencerá no dia 29 de julho de 2022. No caso de parcelamento, as datas de pagamento estão fixadas em 29 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2022.

Já a cota única para pagamento do **IPVA** 2021 fica prorrogada para 31 de julho de 2023. Quem parcelar, terá as datas de 29 de julho, 31 de agosto e 29 de setembro de 2023 para efetuar os pagamentos. (Bahia.Ba)

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA | SEC - Secretaria da Educação - Transporte escolar

## Sorteio de abril da Nota Premiada é prorrogado para o dia 26 em função do feriado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O resultado de abril da **Nota Premiada Bahia** foi prorrogado para o próximo dia 26, em função do feriado nacional de Tiradentes. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) as premiações da campanha tomam por base os resultados da Federal, que não vão ser realizados no dia do feriado, 21.

Sorteio de agosto da **Nota Premiada Bahia** vai distribuir R\$ 1 milhão

A lista completa dos ganhadores é divulgada no site da campanha e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Como participar

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site da campanha e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

**Nota Premiada Bahia** suspende sorteios por causa do **coronavírus**; repasses a filantrópicas é mantido

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

**Governo do Estado** prorroga toque de recolher e proibição de eventos na Bahia

Bahia registra 3.413 novos casos de Covid-19 e mais 134 óbitos pela doença

**SEC** pede apoio aos municípios para atualização do CadÚnico para que família dos estudantes recebam o Bolsa Presença

**Sesab** nega falta e garante 'kit intubação' para hospitais estaduais

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, Coronavírus | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade | SEC - Secretaria da Educação - SEC



## TJ-BA suspende ação sobre inconstitucionalidade da reforma da previdência no estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O desembargador Baltazar Miranda, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), suspendeu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Reforma da Previdência do Estado. A ação foi movida pelas associações que integram o Carreiras do Estado Organizadas (CEO): Instituto de **Audidores Fiscais (IAF)**, Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), Associação dos Defensores Públicos (Adep) e Associação dos Gestores Governamentais da Bahia (AGGEB).

O relator da ação já havia suspenso os efeitos da Reforma da Previdência na Bahia por entender que havia violação da Constituição estadual, além do princípio da isonomia, por estabelecer base de cálculo de contribuição previdenciária paga pelos beneficiários do RPPS em descompasso com a base de cálculo utilizada no RGPS.

O **Governo do Estado** declarou que o sobrestamento da ação se deve ao fato do Supremo Tribunal Federal (STF) debater uma matéria da mesma natureza, relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso. O pedido de suspensão foi feito pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), alegando que todo o projeto de lei tramitou com respeito a todas as regras legais e regimentais, defendendo a constitucionalidade da norma, tanto pelo aspecto formal e material. A Procuradoria Geral de Justiça da Bahia também defendeu o sobrestamento até conclusão do julgamento no STF.

Os autores da ação alegaram que o caso concreto não está em discussão no bojo da ação analisada pelo Supremo, e por isso, não deveria ser suspensa. Entretanto, para o relator, a ação deve ser suspensa, pois uma decisão do STF pode afetar o julgamento do caso na Bahia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Audidores Fiscais, IAF - Instituto dos Audidores Fiscais

## Novos processos de interesse de contribuintes passam a tramitar eletronicamente no SEI Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A tramitação eletrônica está contribuindo para dar agilidade a mais um conjunto de processos administrativos de interesse dos contribuintes estaduais. Nos últimos meses, seis novos tipos de processos relacionados a atividades da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) passaram a tramitar exclusivamente no SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Poder Executivo Estadual. Com a mudança, já são 53 os tipos de processos específicos da Fazenda para os quais a ferramenta é adotada.

Os processos recém implantados viabilizam, entre outras coisas, a compensação de débitos tributários com base em créditos de **precatórios**, o parcelamento parcial de débitos de **ICMS**, a regularização de pendências de débitos de **IPVA** (incluindo o fornecimento de documentos que comprovam a regularização da situação cadastral de veículos) e o reconhecimento pelo Estado (com emissão de

declaração para o contribuinte) de situações de imunidade, isenção ou não incidência do Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doações (**ITD**), além da efetuação de repasses para viabilizar a restituição pelo **Detran** de valores pagos a maior ou em duplicidade por proprietários ou condutores de veículos

O **auditor fiscal** Rommel Araújo, da **Assessoria de Planejamento e Gestão** da Sefaz-Ba, ressalta que o avanço da implantação do SEI possibilita ganhos de segurança e economia, além de agilidade, ao eliminar a necessidade de transporte por malote e permitir o acesso dos servidores aos documentos de forma prática e rápida.

Do ponto de vista dos cidadãos que interagem com o Estado, a ferramenta também traz facilidades. 'No caso dos processos de interesse direto dos contribuintes, como o parcelamento de débitos de **ICMS** e a regularização de pendências de **IPVA**, o cidadão pode acompanhar o andamento por meio de consulta ao sistema', lembra o auditor.

Rommel ressalta que, no caso específico destes processos, as solicitações dos contribuintes são abertas por meio de envio de email à Secretaria de Fazenda. A intenção do órgão, no entanto, é permitir que cada vez mais processos possam ser abertos diretamente pelos cidadãos no SEI Bahia, com a ajuda do módulo de petição eletrônico. A funcionalidade - que começou a ser adotada no ano passado pela Sefaz - já permite aos contribuintes abrir e acompanhar virtualmente processos de avaliação de bens para o pagamento do **ITD**. 'Nossa expectativa é de que ao longo deste ano possamos implantar o módulo de

peticionamento para mais de 20 outros tipos de processos da Sefaz, ampliando as facilidades para o contribuinte', sinaliza o auditor.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SAEB - Secretaria da Administração - APG, Detran | Procuradoria Geral do Estado - Precatórios | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais, ICMS, IPVA, ITD

Veículo: Bahia.BA	
Data: 21 e 22.04.2021	Caderno: Economia

## **Bahia receberá mais 222,5 mil doses de vacinas contra o coronavírus, anuncia Vilas-Boas**

**Carga está prevista para desembarcar no aeroporto de Salvador às 16h50 desta quinta, informou secretário estadual de Saúde**

Alexandre Santos



O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, anunciou, por meio do Twitter, que a Bahia receberá nesta quinta-feira (22) uma remessa de 222 mil doses de vacinas contra a Covid-19.

A carga está prevista para desembarcar no aeroporto de Salvador às 16h50.

Ao todo, serão 42.000 doses da Coronavac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e 180.500 doses do imunizante da Oxford/Astrazeneca.

**PANDEMIA** Prefeito Bruno Reis disse que a volta está condicionada à conclusão da imunização dos profissionais da área  

# Aulas presenciais serão retomadas após vacinação de trabalhadores da educação

RAPHAEL SANTANA

Os trabalhadores da educação infantil, com idades entre 55 e 59 anos, e portadores de Síndrome de Down começam a ser vacinados contra a Covid-19 a partir desta quarta-feira, 21, em Salvador. A informação foi divulgada pelo prefeito Bruno Reis (DEM), na manhã de ontem, durante o anúncio da distribuição de 20.071 cestas básicas para as pessoas em situação de vulnerabilidade social na capital baiana.

De acordo com o gestor municipal, a retomada das aulas presenciais na cidade estaria condicionada à conclusão da imunização dos trabalhadores da educação infantil (0 a 5 anos) e à disponibilidade de doses da vacina.

**Sistema híbrido**

“Estamos considerando o avanço da vacinação dos profissionais da educação para a retomada das aulas. Este é o principal critério que permite segurança e tranquilidade. A expectativa é de finalizar esta etapa nesta semana, e, assim que for concluída, anunciar a data para retomada das aulas em um sistema híbrido, com 50% da capacidade em dias alternados”, explicou o pre-



Bruno Reis falou sobre a retomada das aulas durante o anúncio da distribuição de 20.071 cestas básicas

Valter Pontes / Secom-PMS

**Salvador ontem amanheceu com uma taxa de ocupação de 77% dos leitos de UTI**

feito.

Salvador amanheceu ontem com uma taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de 77%, mantendo uma média de 75% observada nos últimos dias.

“Isso permite dar conforto maior na retomada da educação presencial, até porque a pressão nas UPAs está menor. Hoje, quatro pacientes estão aguardando na fila da regulação, o que deve ocorrer ao longo do dia”, afirmou.

Bruno Reis espera que, com a chegada de mais doses da vacina, o que geralmente ocorre às quintas e sextas-feiras, será possível concluir mais uma etapa e avançar na imunização de pessoas que fazem parte do grupo de comorbidades.

## Vacinação de idosos continua hoje Programa concede R\$ 150 para famílias de estudantes

TÁCIO CALDAS\*

Era esperado que ontem fosse encerrado o ciclo de vacinação de idosos com a primeira dose, porém, os cidadãos de 60 anos ou mais ainda serão contemplados com o esquema. Além deles, as doulas, os profissionais da saúde e autônomos, agentes da segurança pública e pacientes em hemodiálise também poderão seguir com sua imunização. A grande novidade da vez é o início da vacinação dos indivíduos com síndrome de Down que devem ser iniciada ao longo dessa semana. Hoje os serviços serão disponibilizados durante todo o dia.

Apesar de não ter finalizado a vacinação dos idosos nessa terça-feira, a tendência é que tudo seja concluído ainda nesta semana. Hoje, das 8h às 16h os idosos com idade igual ou superior aos 60 anos poderão se vacinar com a primeira dose dos imunizantes contra a Covid-19 que ainda não compareceram aos locais para iniciarem o seu quadro vacinal contra o coronavírus. Para atender a este público estarão disponibilizados seis drives que vão da Arena Fonte Nova até a Vila Militar (Dendezeiros) e nove pontos fixos que vão da USF Vista Alegre até o Colégio da Polícia Militar (Dendezeiros).

Os trabalhadores da saúde e autônomos, para poderem se vacinar precisam observar se estão beneficiados com a aplicação da primeira dose. Para isto devem verificar se estão com seus nomes cadastrados no site [www.saude.salvador.ba.gov.br](http://www.saude.salvador.ba.gov.br) e no ato da vacinação apresentar um documento de identificação com foto e uma cópia do seu último contracheque para os profissionais da saúde e, para os autônomos, a carteira do conselho de classe e a cópia do último Imposto de Renda (IR) ou a cópia do comprovante atualizado do



Joselito Brito, de 61 anos, tomou a vacina ontem no Quinto Centro de Saúde

Felipe Iruatã / Ag A TARDE

pagamento do ISS, o contrato de Pessoa Jurídica ativa ou a última nota fiscal.

As doulas, os agentes da segurança pública e os pacientes em hemodiálise devem, assim como os dois públicos anteriores, verificar se estão contemplados com o serviço no site da prefeitura e devem se atentar para os documentos necessários. O que diferenciará o atendimento das doulas e dos pacientes em hemodiálise para os demais são as questões da faixa etária e o fato

**Pessoas com Síndrome de Down serão as próximas beneficiadas com vacinação**

de estarem lotados e atuando na capital baiana. Todos os cidadãos desses públicos devem observar os locais de sua imunização no site do “Filômetro” antes de sair de casa.

Visando facilitar o acesso à 2ª dose, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) ampliou o a quantidade de postos que atenderão exclusivamente para este fim. Agora são seis drives e cinco postos fixos para atender aos públicos que já estão habilitados a finalizar o seu quadro vacinal. Para saber quando podem se dirigir aos locais é preciso observar a data de retorno no cartão de vacina que o cidadão recebeu no ato da primeira aplicação. Todos os postos disponíveis, de drives aos pontos fixos, podem ser encontrados no site do “Filômetro”. Além disso os indivíduos podem optar pelo Vacina Express, mas apenas os idosos acamados ou com di-

ficuldades de locomoção.

**Síndrome de Down**

Todas as Pessoas com Síndrome de Down (SD) em Salvador poderão se vacinar em breve. Este público será o próximo a ser beneficiado com a estratégia de imunização contra a Covid-19. A vacinação desse público deve começar nos próximos dias e o cadastramento das pessoas com SD, na faixa etária de 18 a 59 anos, já foi estabelecida por meio da SMS com a Comissão de Intergestores Bipartite (CIB), órgão que reúne representantes das secretarias municipais e estaduais da saúde. Para acelerar a imunização desses indivíduos, a SMS disponibilizará o site [www.comorbidades.saude.salvador.ba.gov.br](http://www.comorbidades.saude.salvador.ba.gov.br), onde deverá ser realizado o cadastro clínico do cidadão.

\*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA HILCÉLIA FALCÃO

BRUNO BRITO

O Bolsa Presença, programa da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), que concederá R\$ 150 para as famílias dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), já começou a ter seus cartões, em que os benefícios serão depositados, distribuídos em Salvador e na Região Metropolitana. Segundo a SEC, o programa visa promover a permanência dos alunos na escola.

De acordo com o coordenador Executivo de Programas e Projetos Estratégicos de Educação da SEC, Marcius de Almeida Gomes, o programa visa garantir que as famílias tenham tranquilidade e tenham condição de proporcionar que os estudantes mantenham seus estudos.

“Além da questão social, temos o educacional também. O combate à evasão, é a maior intenção do programa, independente de ter sido mais agravado com a pandemia. São percentuais que são altos em diversos estados, a ideia é que possamos garantir que os estudantes frequentem a escola, participem das atividades pedagógicas, realizem as tarefas”, disse.

Segundo a SEC, o pagamento do auxílio ocorrerá através de um cartão, que está sendo entregue pelo órgão às famílias dos alunos. O coordenador explicou ainda que, as entregas dos cartões já foram iniciadas para os estudantes de Salvador e da Região Metropolitana. “Até sexta-feira vamos entregar também no interior do estado. Já o pagamento, esperamos que até o final do mês possa ser iniciado, mas é algo que vamos informar quando tivermos certeza”, afirmou.

A consulta pode ser feita através do sistema SIADIANTE, da SEC, pelo endereço:

[www.siadiante.educacao.ba.gov.br/bolsapresenca](http://www.siadiante.educacao.ba.gov.br/bolsapresenca). Quem não tem acesso à internet, pode ligar para a escola e solicitar a consulta no sistema.

Para consultar, é necessário informar o Número de Identificação Social (NIS) e a data de nascimento do responsável pela família. O aluno pode consultar o NIS no Cartão Cidadão, na Carteira de Trabalho (CTPS) ou nos extratos de FGTS. Outra alternativa é a consulta pela internet, a partir do número do CPF, no portal Meu INSS: [www.meu.inss.gov.br](http://www.meu.inss.gov.br) ou através do aplicativo “Meu CadÚnico”: [www.meucadunico.cidadania.gov.br](http://www.meucadunico.cidadania.gov.br).

Marcus explicou ainda, que o Bolsa Presença pode ser recebido junto a outros benefícios oferecidos pelo governo estadual, a exemplo do vale-alimentação estudantil e do programa de monitoria do Mais Estudo. “O programa faz parte de outras estratégias, como o vale-alimentação, o Mais Estudo, ele o estudante pode acumular com esses três programas, cerca de R\$ 305 por mês, de ajuda financeira”, disse.

**Estudante beneficiado**

Para quem terá acesso ao auxílio, como o estudante do terceiro ano do Colégio Estadual Bolívar Santana, Davi Souza, 16, além de representar uma forma de incentivo aos estudantes para seguirem acompanhando as aulas, será uma oportunidade de socorrer muitas famílias que estão necessitadas, sobretudo, neste período de pandemia da Covid-19.

“Muitos jovens, inclusive amigos meus, falam que estão acompanhando as aulas por causa do Bolsa Presença. No meu caso, com a bolsa vai ajudar muito em casa”, disse Davi.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

# POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

**TROCA DE FARPAS Doria rebate Carlos Bolsonaro sobre inflação: "Vive de rachadinha"**



www.atarde.com.br/politica

**RODRIGO TARDIO**

O governador Rui Costa apresentou ontem pela manhã, ao lado do comandante-geral da Polícia Militar da Bahia (PM-BA), Paulo Coutinho, e do secretário da Segurança Pública, Paulo Mandarino, um conjunto de medidas para acelerar promoções de oficiais e praças da PM-BA.

"A ideia é dar um fluxo melhor para as carreiras. O que motiva a pessoa é perceber que está evoluindo na profissão que escolheu", destacou Rui.

O governador anunciou ainda que nos próximos dias vai enviar para a Assembleia Legislativa (Alba) uma nova proposta de lei de promoções e a recriação do curso de sargentos na corporação. A nova lei prevê que os soldados, no mínimo, cheguem ao final da carreira profissional como tenentes, ou até mesmo capitães e majores.

Rui ressaltou também que o processo vai ser contínuo ao longo de 2021. "Isso nunca tinha sido feito na história do estado. Em outros estados do país, a gente não vê esse fluxo criado agora aqui no estado".

## Convocação

Além de lembrar os investimentos na Polícia Militar nos últimos cinco anos, o comandante-geral Paulo Coutinho anunciou a convocação de novos policiais e a criação de novas vagas de qualificação. Entre as novidades está o retorno do curso da formação de sargentos, por intermédio de um concurso interno, que deve proporcionar aos praças um caminho mais curto para a patente. Antes, a promoção de soldado para sargento na PM-BA demorava em média 15 anos.

No total, estão previstas mais de três mil progressões de carreira para este ano, en-

**REESTRUTURAÇÃO** Nova legislação prevê que os soldados, no mínimo, cheguem ao final da carreira profissional como tenentes, capitães ou majores

# Governo apresenta plano que acelera promoções na PM-BA



Camilla Souza / Gov-BA / Divulgação

Comandante-geral da Polícia Militar da Bahia, Paulo Coutinho apresenta novo fluxo de carreiras da PM-BA

**No total estão previstas mais de 3 mil progressões de carreira para este ano**

**"O que motiva a pessoa é perceber que está evoluindo na profissão que escolheu"**

RUI COSTA, governador

tre sargentos e outras patentes.

Coutinho também anunciou a convocação de mil novos soldados na segunda quinzena do mês de junho. Com os novos cursos, 4.256 vagas estão previstas para a PM baiana neste ano.

## Avanço

"É um grande avanço para a

instituição tudo isso e externo nossa gratidão para esse projeto de estado, que tem o cuidado para com o ser humano policial militar, e com isso, a prestação de um melhor serviço para a sociedade. Tivemos atos promocionais, a nível de oficiais e praças, que foram 25.900 no total, o que apresenta um número extre-

mamente significativo neste último quinquênio", finalizou Coutinho.

Um projeto de avaliação psicológica preventiva vai ser implementado para todos os candidatos aos cursos de progressão na carreira, inclusive para os que não iniciaram as aulas em 2021. O projeto contempla, pelo menos, 2.300 policiais militares que vão passar por esta avaliação específica ainda deste ano.

Profissionais atenderão os militares que atuam na capital baiana, na região metropolitana de Salvador (RMS) e no interior do estado. Com o suporte é possível mensurar traços comportamentais e cognitivos de ansiedade, depressão e descontrolo emocional em geral. Somente nos meses de março e abril de 2021, mais de 800 militares receberam algum tipo de acompanhamento.

## Melhores salários

Com a promoção na carreira, policiais e bombeiros militares tendem a ter salários ampliados, que podem variar de acordo com a patente. Um exemplo na corporação é o do soldado quando promovido a cabo, por exemplo, o ganho salarial aproximado é de 6%.

No caso de uma promoção de cabo para sargento, o aumento chega a ser de 8,37%; e de primeiro-sargento para subtenente atinge 7,25%. Outro exemplo é a promoção de subtenente a primeiro-tenente, quando o policial ou bombeiro militar tem ganho que fica, em média, em 30%.

Outros importantes ganhos salariais para os oficiais e bombeiros militares oficiais são vistos, por exemplo, quando a promoção é de primeiro-tenente para capitão, cujo aumento salarial chega a 20,20%. Diferente do de capitão para major, que nesse caso o ganho é de 19,96%.

## CORREIOS

# Zé Neto se opõe à privatização

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE



## DA REDAÇÃO

O deputado federal Zé Neto (PT-BA) criticou ontem a possibilidade de privatização da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). O petista considera faltar ao governo Bolsonaro "compaixão com a soberania nacional" e afirmou que os vinte maiores países do mundo têm seus serviços postais controlados pelo Estado.

O deputado listou a atuação do Estado nos serviços postais na França e na Alemanha para se contrapor à ideia de privatização dos Correios. "A França, por exemplo, é dona [acionista] da Jadlog, que aqui no Brasil todo mundo sabe que é uma das maiores empresas de logística de distribuição e de entregas (...), é o governo francês, o Estado francês. A DHL, que é uma das maiores empresas [do setor] no mundo, quem comanda e quem controla é o Estado alemão. Então por que o Brasil vai vender os Correios?", questionou Zé Neto, durante entrevista ontem para o 'Isso é Bahia', na rádio A TARDE FM

"Existe uma engenharia do Governo Federal de redução do Estado, mas uma redução para deixar o Estado à mercê dos interesses econômicos. (...) E essa turma que está no poder agora não tem nenhuma compaixão com a soberania nacional", afirmou o deputado.



Zé Neto (PT-BA) é vice-líder da sigla na Câmara Federal

Na entrevista o petista afirmou ainda que qualquer melhoria na prestação dos serviços da estatal não estaria descartado e que seria possível "modernizar" a empresa sem privatizá-la.

A entrevista foi dada antes da aprovação do requerimento de urgência do PL 591/2021, que trata do tema.

## PL aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à tarde, o re-

querimento de urgência do PL que autoriza a venda dos Correios. O texto é do governo federal e o presidente Jair Bolsonaro levou o projeto pessoalmente ao Legislativo no fim de fevereiro.

A urgência foi aprovada por 280 votos a 165, e uma abstenção. A aprovação do requerimento possibilita que a tramitação seja mais rápida e a votação do mérito seja direto no plenário. Sem a urgência, seria necessária discussão nas comissões da Casa.

Falando em nome do governo, o deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos) destacou que foi eleito um governo com agenda liberal, o que inclui privatizações. "O governo tem uma pauta liberal, e os setores tem de ser privatizados e regulados pelo governo", disse.

O lucro de R\$ 1,5 bilhão registrado no ano passado foi um dos argumentos usados contra a privatização da estatal na Câmara. O deputado Henrique Fontana (PT) disse que a proposta vai na contramão do crescimento do País. "Em vez de o País ganhar dinheiro, modernizar as atividades dos Correios, em vez de nos espolharmos em mais de 80% dos países que têm serviços nacionais de correio, aqui a prioridade é vender o patrimônio público na bacia das almas", criticou.

O líder da Minoria, deputado Marcelo Freixo (Psol), destacou que a importância dos Correios aumentou sobremaneira na pandemia. "O que a gente vê é a tentativa de retirar uma empresa pública da concorrência no mercado. Querem acabar com uma empresa eficiente e com equilíbrio", acusou.

## CÚPULA DO CLIMA

# Política ambiental de Bolsonaro é denunciada

## DA REDAÇÃO

A Comissão Arns, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns, enviou carta aberta às autoridades da Cúpula do Clima afirmando que, apesar de o presidente Jair Bolsonaro ter mudado de discurso sobre o meio ambiente recentemente, a política ambiental brasileira não mudou, seguindo em curso ações que enfraquecem as leis ambientais e ameaçam as populações indígenas.

Assinada por ex-ministros dos governos de FHC e Lula, assim como por sociólogos, cientistas políticos, economistas, professores universitários e o líder indígena Ailton Krenak, a carta destaca como retrocessos no governo Bolsonaro, entre eles: a paralisação do Fundo Amazônia; afrouxamento das leis ambientais e enfraquecimento dos órgãos de fiscalização; ameaças de retirada do Brasil do Acordo de Paris etc.

O documento afirma que o

governo atual representa uma ruptura nos esforços do Brasil na área ambiental promovidos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro em 1992.

"Os avanços vêm sendo revertidos sob o governo do Sr. Jair Bolsonaro, que, por palavras e atos, estimula os agentes da devastação", diz trecho da carta.

"Em lugar de expandir e robustecer as capacidades estatais, o governo, diante das críticas reiteradas, faz promessas vãs e toma medidas ineficazes. Apresentou o Plano Nacional para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, documento sem metas claras, prazos ou ações definidas, que nunca saiu do papel. Criou o programa Verde Brasil, mobilizando militares sem experiência no combate a crimes ambientais, arriscando suas vidas e desperdiçando recursos públicos já escassos", denuncia o texto.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30861571.2021.PE.0072.PARK**

**Objeto:** Aquisição de equipamentos diversos para casa de bombas do CIMATEC PARK, de acordo com edital e anexos.

**Data de Abertura:** 30/04/2021 às 10h, horário local.

Retirada do Edital, a partir do dia 21/04/2021, no Site do Portal de Compras: <http://compras.fieb.org.br>

Informações através do e-mail: [cimatec-npaq@fieb.org.br](mailto:cimatec-npaq@fieb.org.br).

Salvador, 21/04/2021

Comissão Especial de Licitação

**BAHIA PESCA S/A**

**GOVERNO DO ESTADO BAHIA AZUL E TRABALHO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Bahia Pesca S/A, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 09h30, presencial, em sua sede social, na Av. Adhemar de Barros, 967, Ondina, nesta Capital, ou por vídeo conferência, com confirmação prévia do acionista através dos e-mails: [julia.matos@bahiapescas.ba.gov.br](mailto:julia.matos@bahiapescas.ba.gov.br) ou [marlytce.souza@bahiapescas.ba.gov.br](mailto:marlytce.souza@bahiapescas.ba.gov.br) para disponibilização de link, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1- Exame, discussão e votação dos Relatórios da Diretoria, Pareceres do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- 2- Eleição dos membros e suplentes do Conselho Fiscal;
- 3- Eleição de dois membros titulares e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, ressalto que os documentos Avisos aos Acionistas foram publicados nas edições do Jornal A Tarde e do Diário Oficial do Estado da Bahia dos dias 18, 19 e 20 de março de 2021. Enquanto as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e Relatório da Administração, foram publicados nas edições do Jornal A Tarde e do Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 14 de abril de 2021.

Salvador, 19 de abril de 2021

Lucas Teixeira Costa  
Presidente do Conselho de Administração

**BAHIA PESCA**

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

**DINHEIRO** Governo apurou R\$ 137,932 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas, no mês passado, maior valor para meses de março desde 1995

## Arrecadação federal tem uma alta recorde de 18,5%

**WELLTON MÁXIMO**  
Agência Brasil, Brasília

A recuperação da economia no início do ano e recolhimentos atípicos de impostos fizeram a arrecadação federal bater recorde para meses de março. No mês passado, o governo federal arrecadou R\$ 137,932 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas, com alta de 18,49% acima da inflação em relação a março do ano passado.

Segundo a Receita Federal, este é o maior valor arrecadado da série histórica para meses de março, com início em 1995. No primeiro trimestre, a arrecadação federal somou R\$ 445,9 bilhões, com alta de R\$ 5,64% acima da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em relação a março do ano passado. O resultado para os três primeiros meses do ano também é recorde.

A arrecadação recorde em março superou as melhores expectativas da equipe econômica e confirmou o ritmo de recuperação da economia no primeiro trimestre, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele, no entanto, advertiu que a segunda onda da pandemia de Covid-19 pode impactar a atividade a partir do segundo trimestre.

"Tivemos os melhores desempenhos arrecadatórios já registrados na série histórica, com aumentos reais expressivos", afirmou o ministro, em pronunciamento sobre o crescimento da arrecadação em 18,49% acima da inflação em março na comparação com o mesmo mês do ano passado.



Marcos Corrêa / PR

**Guedes disse que arrecadação recorde superou expectativas da equipe econômica**

A arrecadação federal ainda não sentiu os efeitos da segunda onda da pandemia de Covid-19. Isso ocorre porque a arrecadação do mês passado reflete os fatos geradores de fevereiro. Como os reflexos da atividade econômica na arrecadação levam pelo menos um mês para serem sentidos, o agravamento da pandemia, que ocorreu a partir de março, deverá impactar as receitas do governo a partir de abril.

### Tributos

Segundo dados da Receita Federal, apenas em março, houve o recolhimento atípico de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de cerca

de R\$ 4 bilhões por algumas grandes empresas de diversos setores econômicos. Nos três primeiros meses do ano, esse tipo de recolhimento somou R\$ 10,5 bilhões, contra R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano passado.

A arrecadação total de IRPJ e da CSLL subiu 44,84% acima do IPCA em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. Além do recolhimento atípico dos cerca de R\$ 4 bilhões, a alta foi influenciada pela melhoria nos lucros de algumas grandes empresas, que haviam estimado ganhos menores no início deste ano e tiveram de fazer a retificação na declaração de ajuste. Para as médias empresas, que declaram pelo lucro pre-

sumido, a arrecadação também aumentou.

A arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) subiu 27,75% acima da inflação. Apesar de as vendas de bens terem caído 1,9% e as de serviço terem recuado 2% em março, a alta de preços de produtos importados e a redução de compensações tributárias (quando o empresário compensa prejuízos com o abatimento dos tributos) mantiveram as receitas em alta.

A alta do dólar, que se refletiu em preços mais altos em reais, também ajudou a impulsionar em 50,92% acima da inflação o recolhimento do IPI.

### TECNOLOGIA

## Mineradora investe na Bahia

### DA REDAÇÃO

Um projeto pretende desenvolver tecnologia inédita e 100% baiana para explorar minerais que até então eram inviáveis no estado. O empreendimento, proposto pelos diretores da Mineradora Tabuleiro, Gabriel Keller, Sandro Santos e Janaina Marques, se sustenta na viabilidade técnica e econômica para separar minerais que fazem parte dos elementos terras-raras.

Segundo dados de 2015 da USGS (agência científica do

governo dos Estados Unidos), as reservas brasileiras de terras-raras podem chegar a 3,5 bilhões de toneladas, o que leva o país ao 2º lugar no ranking mundial. As terras-raras são matéria-prima na produção de superímãs, eletrônicos, equipamentos para defesa, indústria aeroespacial, energia, dentre outros segmentos.

A mineradora já obteve licença para pesquisar e explorar as terras-raras em solo baiano. Dessa forma, o principal objetivo do proje-

to é desenvolver o processo de separação de terras raras. O negócio também pretende estender o uso da tecnologia desenvolvida a mineradores parceiros e cooperativas.

A Mineradora Tabuleiro é uma startup com foco na pesquisa e viabilização extrativa de minerais críticos e especiais no estado da Bahia com mais de 20 mil hectares de área sob titularidade da empresa. Os minerais em destaque nas pesquisas são o grafite, terras-raras, barita, quartzo industrial e o quart-

zo rutilado (gema).

A empresa escolheu o Senai Cimatec baseado nas experiências bem-sucedidas em inovação e tecnologia da instituição, voltadas à indústria e mineração, algumas premiadas, para empresas como Petrobras e Nexa Mineração (ex-Votorantim).

O mercado mundial dos óxidos de terras raras é da ordem de US\$ 5 bilhões anuais. A China desponta como maior concorrente do setor com 95% da produção mundial e dona de 37% das reservas conhecidas.

### INDÚSTRIA

## Produção de aço cresce no país no primeiro trimestre

### ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção brasileira de aço bruto somou 8,7 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, com aumento de 6,2% em relação ao mesmo período de 2020. Cresceu também a produção de laminados, que ficou em 6,3 milhões de toneladas, com alta de 8,3% comparativamente ao acumulado janeiro/março do ano passado. Em contrapartida, a produção de semiacabados para vendas, com total de 1,9

milhão de toneladas, registrou queda de 8,8% na mesma base de comparação. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Aço Brasil (IABr).

De janeiro a março deste ano, as vendas internas somaram 5,9 milhões de toneladas, representando expansão de 29% em relação ao mesmo período de 2020. O consumo nacional de produtos siderúrgicos atingiu 6,8 milhões de toneladas até março, o que significa elevação de 32,8% frente ao mesmo período de 2020.

Tenbu / Divulgação



**Produção de aço somou 8,7 milhões de toneladas**



## ACB acredita na reforma administrativa como caminho para uma retomada econômica consistente no Brasil

**A**guardada por milhões de brasileiros em todas as regiões do país, a vacinação contra a Covid-19 enfim começa a avançar. Com a imunização, novas perspectivas se abrem e as atividades econômicas e sociais começam gradativamente a ser retomadas. Porém, os estragos causados pela pandemia assolaram todo o mundo e, no Brasil, onde há uma forte luta pelo desenvolvimento econômico e social, o momento pede pela resolução dos problemas causados pela pandemia e outros decorrentes das duras medidas restritivas que entraram em vigor.

"Se por um lado estas práticas salvaram muitas vidas, por outro tiveram um efeito devastador para nossa economia, dificultando a vida de milhões de famílias", pontua o vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB), Paulo Cavalcanti. Sendo uma das bandeiras já levantadas mesmo antes da pandemia, a ACB acredita que a única forma de crescimento ser retomado no país e haver a construção de uma sociedade com mais dignidade é através das reformas administrativa e tributária que o Brasil tanto precisa.

De acordo com Cavalcanti, o momento atual é favorável e primordial para que os brasileiros se unam em prol da reforma administrativa, sejam eles empresários ou empregados, autônomos ou servidores públicos. "Toda a sociedade brasileira tem que se mobilizar, expressar seus anseios e necessidades para que os representantes públicos atendam nossos pleitos através do encaminhamento e urgente aprovação da reforma administrativa, que finalmente começa a ser desenhada no horizonte", aponta.

Neste intuito, a ACB está elaborando um projeto de lei com o objetivo de contribuir com o Estado brasileiro. O intuito da entidade é ter a oportunidade de fazer a gestão das escolas públicas e dos serviços de saúde, por exemplo. "A nossa intenção é somar esforços e oferecer a mesma eficiência das escolas e hospitais privados do nosso país aos serviços públicos. Queremos que todos, independentemente de classe social, possam ter acesso e atendimento nos mesmos hospitais e instituições de ensino", vislumbra o vice-presidente da ACB.

O momento político do país tem se mostrado favorável às reformas que lhe são necessárias. Cabe à população acreditar que isso é possível. O momento é de mobilização, cobrança e pressão, para que o Brasil retorne aos trilhos do desenvolvimento e bem-estar social.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

### GESTÃO

## Bolsonaro nomeia nova diretoria do Banco Central

### DA REDAÇÃO

O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), nomeou ontem o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e sete diretores para cumprir mandatos fixos na Diretoria Colegiada do BC.

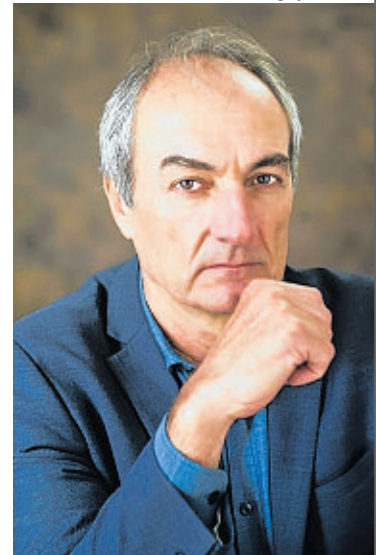
De acordo com os decretos publicados no Diário Oficial da União, Fábio Kanczuk e João Manoel Pinho de Mello cumprirão mandato até 31 de dezembro deste ano, Bruno Serra Fernandes e Paulo

Sérgio Neves de Souza terão mandatos até 28 de fevereiro de 2023, Maurício Costa de Moura até 31 de dezembro de 2023.

Por fim, Roberto Campos Neto (presidente), Carolina de Assis Barros e Otávio Ribeiro Damaso ficarão até 31 de dezembro de 2024.

Conforme mostrou o Metrópoles em 18 de março, a diretora Fernanda Nechio pediu desligamento por motivos pessoais e será exonerada após o próximo Copom, que acontece em maio.

Divulgação



**Cavalcanti: momento é favorável para reforma**

**ECONOMIA**

PAULA FRÖES / ARQUIVO CORREIO

**PICPAY FAZ PEDIDO PARA ABERTURA DE CAPITAL NA NASDAQ**

**TECNOLOGIA** A carteira digital PicPay, controlada pela holding J&F, da família Batista, protocolou ontem o pedido para sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A operação deve acontecer na Nasdaq, Bolsa de Valores americana que reúne empresas de tecnologia. Não foram divulgados o volume de recursos a ser captado nem a quantidade de papéis a ser vendida. A empresa, porém, diz que usará o dinheiro para se fortalecer frente a concorrência – de grandes bancos às plataformas de mídia social, passando por empresas de maquininhas.

Ao chegar à Nasdaq, o PicPay se juntará à PagSeguro e à Stone, outras duas empresas brasileiras de pagamentos que abriram capital na Bolsa dos EUA. Na Nasdaq, a Stone vale US\$ 20,7 bilhões, e a PagSeguro, US\$ 14,7 bilhões. A Cielo, negociada na B3, vale R\$ 9,9 bilhões.

O PicPay afirma, no documento enviado à SEC (xerife do mercado de capitais americano, equivalente à CVM brasileira), que poderá explorar aquisições e outras vias de expansão após o IPO. A empresa vai emitir novas ações, mas ainda não definiu o tamanho do lote.

**BRASIL TEM O IPAD MAIS CARO DO MUNDO**

**PESQUISA** Custando quase R\$ 30 mil no Brasil, a versão mais completa do iPad Pro de 12,9 polegadas, que oferece conexão 5G e 2 TB de armazenamento, é o mais caro do mundo, aponta levantamento do Nukeni, site do desenvolvedor japonês Jun Saito. O Brasil também será o primeiro no ranking global de preço dos demais tablets anunciados pela empresa fundada por Steve Jobs.

Os lugares onde é mais barato comprar um iPad Pro 2021 na mais avançada configuração são os EUA (US\$ 2,4 mil), Hong Kong (US\$ 2,4 mil) e Canadá (US\$ 2,5 mil). O levantamento levou em consideração 40 países.

Em comparação, o preço em dólares do novo tablet no Brasil seria equivalente a US\$ 5,4 mil. Convertendo em reais, comprar o mesmo iPad nos Estados Unidos seria o equivalente a desembolsar R\$ 13,4 mil. Brasileiros pagarão bem mais pelo produto também na comparação com Suécia (US\$ 3,3 mil), Hungria (US\$ 3,1 mil) e México (US\$ 3,1 mil).

O levantamento usa como base o preço dos produtos vendidos nas lojas da Apple nos países e converte o valor em dólar com o câmbio do dia.

**Sem opção de home office, pobres morrem mais de covid**

**PANDEMIA** Dados do mercado de trabalho durante a pandemia da covid-19 mostram que os mais ricos e escolarizados no Brasil puderam se proteger bem mais que as pessoas de menor renda e pouca educação. Não por acaso, estudos apontam que áreas pobres no país e bairros da periferia de São Paulo chegaram a ter três vezes mais mortes causadas pelo coronavírus do que outras regiões.

Segundo dados da Pnad Covid-19 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) elaborados pela FGV Social, 28% dos membros da classe A/B (renda domiciliar superior a R\$ 8.303) puderam alterar o local de trabalho durante a pandemia. Na classe D/E (até R\$ 1.926), apenas cerca de 7,5% tiveram essa opção. Na classe C (onde está mais da metade da população – renda entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303), somente 10,3% fizeram isso.

“Os trabalhadores mais pobres são os que mais precisam sair de casa para conseguir renda. Trabalhar em home office é um privilégio das classes A e B, onde estão os empregadores, trabalhadores da ciência ou intelectuais, dirigentes e funcionários públicos”, diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Em 2020, grande parte dos trabalhadores de



**Segundo a FGV, 28% dos membros da classe A/B puderam alterar o local de trabalho durante a pandemia**

menor renda e os informais ficaram relativamente protegidos pelo pagamento do auxílio emergencial. Agora, no pior momento da pandemia no Brasil, não só o total de beneficiários será muito menor como os valores foram reduzidos drasticamente.

Em fevereiro, o estudo “Desigualdade Social e a mortalidade pela Covid-19 na cidade de São Paulo”, elaborado por quatro pesquisadoras com base em 19,5 mil

óbitos, identificou que, nos distritos em que mais de 10% da população tem renda per capita menor que R\$ 275, morreram 70% mais pessoas de covid-19 que nas regiões mais ricas.

As áreas com maior percentual de moradias precárias tiveram 53% mais óbitos. Em casas com mais de três pessoas por cômodo, a taxa de mortalidade foi mais que o dobro na comparação com domicílios menos densos.

**Após oito altas seguidas, intenção de consumo em Salvador cai 6,6% em abril**

**FECOMÉRCIO** O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado mensalmente pela Fecomércio-BA, teve, em abril, a sua primeira queda após oito altas consecutivas. O ICF passou os 87,2 pontos de março para os atuais 81,5 pontos, queda mensal de 6,6% e voltou ao patamar de janeiro (81,3 pontos). Ou seja, anulando o ganho que o indicador teve no ano. E na comparação com o mesmo período do ano passado, a queda é ainda mais acentuada, de 21,9%.

O consumo foi fortemente abalado, principalmente de

**O índice de Intenção de Consumo das Famílias que ganham até 10 salários mínimos passou dos 83,9 pontos para 78,2 pontos**

queles produtos mais caros, que têm uma necessidade de parcelamento, que são os duráveis, como televisor, computador e outros eletrodomésticos. O item Momento para Duráveis caiu 13,3% e se situa nos 34,3 pontos, de alto pessimismo, com quase 82% dos soteropolitanos dizendo ser um mau momento para compras desses tipos de produtos.

Para o economista Guilherme Dietze, parte desse sentimento mais negativo está na maior dificuldade das famílias na obtenção de empréstimos para compra a prazo.

**COM NATURA, BRASIL VOLTA A CAPTAR RECURSO NO EXTERIOR**

**EMPRESA** Algumas empresas brasileiras se preparam para voltar a captar recursos no mercado de dívida externa, por meio da emissão de títulos da dívida no exterior. A “janela” para captações brasileiras – que estava fechada havia cerca de três meses – foi reaberta pela Natura, que iniciou negociações com investidores estrangeiros para emitir títulos atrelados a compromissos de sustentabilidade da empresa no valor de até US\$ 1,5 bilhão.

A retomada está relacionada à possibilidade de esta ser a última chance de levantar recursos com a taxa americana mais baixa, dizem especialistas. As projeções são de que o juro dos títulos do Tesouro americano (os “treasuries”) de dez anos, referência para as captações e que havia se estabilizado em torno de 1,6%, alcance algo perto de 2% no fim do ano. O ritmo dos anúncios de novas operações com a captação da Natura vai depender, no entanto, das condições do mercado.

**PETROL INDUSTRIAL S/A**  
C.N.P.J. 15.187.776/0001-30 - NIRE: 29300010481  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGE**  
Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em AGE, a ser realizada na sede social, a Via Periferia I, nº 5.071 - Centro Industrial de Aratu, Simões Filho-BA, no dia 30/04/2021, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - AGO. (a) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras e demais documentos que integram o Balanço Patrimonial relativo ao Exercício Social findo em 31.12.2020. II - AGE: (a) Análise da situação da Empresa e possíveis alterações consequentes; (b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Simões Filho-BA, 20/04/2021. Enqº Celso José de Souza - Diretor Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANSIDAO - CNPJ N.º: 13.348.529/0001-42**  
**AVISOS DE LICITAÇÃO - PP Nº 008/2021 E PP 009/2021**  
PP Nº 008/2021 - Locação de veículos e máquinas para atender as diversas secretarias do Município de Mansidão, no dia 04/05/2021, às 10:30h. PP Nº 009/2021 - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para os veículos oficiais pertencentes à frota operacional da Prefeitura Municipal de Mansidão, no dia 04/05/2021, às 15:00h. Edital através e-mail: licitacao@mansidao.ba.gov.br - Marcelo Cândido Lobo Rocha - Pregoeiro - Decreto nº 12/2021. Mansidão (BA), 20 de abril de 2021

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABELA**  
CNPJ N.º: 16.234.429/0001-83  
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 02/2021**  
O MUNICÍPIO DE ITABELA, através de sua presidente da Comissão, torna público que no dia 07/05/2021, às 09:00, no endereço Av. Manoel Carneiro 327, Centro, Itabela-Bahia, serão recebidas propostas relativas a TOMADA DE PREÇO 02/2021, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestar serviços na construção de uma praça, junto a Secretaria de Obra do Município de Itabela. Os interessados poderão fazer a leitura do edital e adquiri-lo no endereço eletrônico https://www.itabela.ba.gov.br/. As demais fases do certame serão publicadas no Diário Oficial do Município. Itabela-BA, 20 de Abril de 2021. Gionara de Souza Pinha - Presidente da Copel

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AIQUARA**  
CNPJ N.º: 13.768.699/0001-71  
**AVISO DE LICITAÇÕES PE-001-2021-SRP**  
A PREFEITURA DE AIQUARA-BA, torna público, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-001-2021-SRP, menor preço por lote, através do sistema de registro de preços, que tem como objeto, contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender às demandas das secretarias do município de Aiquara, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstos no anexo I - Termo de referência do edital e seus anexos, que será realizado no dia 05/05/2021, às 09:00 hs. Informações pelo tel: (0\*\*73) 3547-2312. Aiquara - BA, 22 de abril de 2021. Victor Otavio de Souza Laurencio Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA (BA)**  
**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021)**  
A Comissão de Licitação torna público realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 027/2021 Processo Administrativo Nº 00140/2021. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de remoção de resíduos de fossas sépticas para suprir as necessidades das secretarias municipais. Sessão de Abertura: às 08:30hs do dia 05/05/2021 na sala de reuniões da COPEL na PMGM - Bahia, localizada na Rua José Martins, nº 201, Centro, CEP: 44.350-000, Governador Mangabeira - BA. Informações: (75) 3638 - 2682 das 7h às 12h ou e-mail: licitacaoomangabeira@gmail.com. Os interessados poderão obter o Edital na Sala da COPEL na PMGM ou licitacaoomangabeira@gmail.com  
Luís Armando - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - XIQUE (BA)**  
**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021)** - O Pregoeiro torna público a licitação, citada. Processo Administrativo nº 091/2021, Menor Preço Global, Objeto: Prestação de Serviços de manutenção e consertos a serem executados em veículos leves e pesados que fazem parte da frota das Secretarias do município. Sessão de abertura às 09:00min do dia 04 de maio de 2021 e será realizada na sala de reuniões da CPL na Prefeitura Municipal de Xique-Xique - Bahia, localizada na Praça Dom Máximo nº 384, Centro, Xique-Xique - BA.  
**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021)** - O Pregoeiro torna público a licitação, citada. Processo Administrativo nº 109/2021, Menor Preço Por Lote, Objeto: Fomento de gênero alimento para atender as necessidades de todas as Secretarias do Município. Sessão de abertura: às 09:00min (horário de Brasília) do dia 05 de Maio de 2021. Local da sessão: Sala de reuniões da CPL na Prefeitura Municipal de Xique-Xique/Bahia, localizada na Praça Dom Máximo nº 384, Centro, Xique-Xique/BA.  
Informações: (74) 3661-1298 das 08:00min às 12:00min. Os interessados poderão obter os Editais no http://pmxiquexique.ba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites e na Prefeitura, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00min às 12:00min. Oberdan Alves da Costa - Pregoeiro



## Serasa oferece descontos de até 90% nas dívidas

**FINANÇAS** De fevereiro a março, o número de inadimplentes no Brasil passou de 61,56 milhões para 62,56 milhões de pessoas, 57,4% da população adulta do país, um dos reflexos do impacto da pandemia na economia. Em parceria com mais de 50 empresas de diversos segmentos, a Serasa está oferecendo a oportunidade para que os brasileiros quitam suas dívidas com parcelas a partir de R\$ 9,90, R\$ 19,90 e R\$ 29,90.

Com débitos em média de R\$ 3.903,73, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná são os com o maior número de negativados. Na plataforma de negociação Serasa Limpa Nome, há ofertas de negociação com descontos de até 90% e

São Paulo, Rio, Minas, Bahia e Paraná são os estados com o maior número de negativados

opções de parcelamento. ] De acordo com a Serasa Experian, as consultas podem ser feitas de forma gratuita nos seguintes canais: site (serasalimpanome.com.br), WhatsApp (11 99575-2096) e ligação gratuita (0800 591 1222).

A Serasa aconselha ainda que as pessoas priorizem os meios digitais, mas para quem preferir negociar presencialmente em uma das unidades dos Correios, siga as orientações do Ministério da Saúde e acesse o site [www.correios.com.br](http://www.correios.com.br) para conferir os horários de funcionamento antes de se dirigir a uma das agências.

Segundo um levantamento da Serasa, cerca de 62,5 milhões de brasileiros estão com alguma dívida em atraso, número superior à meta-de da população adulta do país.

No ranking das principais

dívidas, de acordo com o levantamento, estão: cartão de crédito, contas básicas (água, energia e gás) e compras em lojas do varejo. A região sudeste lidera a lista com a maior total de pessoas envidadas.

De acordo com dados do Banco Central, atrasos acima de 90 dias - quando se configura a inadimplência - em empréstimos bancários alcançaram 2,3% em fevereiro, crescimento de 0,14 ponto em relação a dezembro, último mês de pagamento da primeira rodada do auxílio emergencial.

No fim do ano, o indicador estava em 2,12%, menor valor da história. Também houve crescimento de 0,23 ponto percentual em atrasos de 15 a 90 dias, pelos dados do BC, que foram a 3,08% em fevereiro. É o maior percentual desde maio do ano passado.

## Campanha de vacinação contra aftosa começa dia 1º de maio

**PECUÁRIA** A primeira etapa da campanha nacional de vacinação contra a febre aftosa de 2021 começa no dia 1º de maio. Nessa etapa de verão ser vacinados bovinos e bubalinos de todas as idades, para a maioria dos estados brasileiros, conforme o calendário nacional de vacinação. Ao todo, espera-se

imunizar cerca de 170 milhões de animais.

Dos 21 estados que realizam a imunização dos animais neste período, no Amazonas e em Mato Grosso participam apenas os municípios que ainda não suspenderam a vacinação, enquanto no Espírito Santo ocorrerá para bovinos e bu-

balinos com até 24 meses de idade.

As vacinas devem ser adquiridas nas revendas autorizadas e mantidas entre 2°C e 8°C, desde a aquisição até o momento da utilização. Além de vacinar o rebanho, o produtor deve também declarar ao órgão de defesa sanitária animal de seu estado.

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,5498	R\$ 5,5508
Dólar Turismo	R\$ 5,567	R\$ 5,713
Euro turismo	R\$ 36,707	R\$ 6,887

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	-	-

### POUPANÇA

22/4/2021	0,159%
-----------	--------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00
--------------

### INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

## PRODUÇÃO DE AÇO

# 8,7

milhões de toneladas foi a produção brasileira de aço bruto no primeiro trimestre deste ano, com aumento de 6,2% em relação ao mesmo período de 2020. Cresceu também a produção de laminados, que ficou em 6,3 milhões de toneladas, com alta de 8,3%

# miriam leiteão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Não há palavras que desatem os atos de Bolsonaro e de Ricardo Salles na área ambiental. O Brasil vai se sentar na reunião de hoje como vilão, quando poderia ser respeitado por ser o país que é: uma potência ambiental, dono da maior parte da maior floresta tropical, o G1 da biodiversidade. O presidente brasileiro promete aumentar a fiscalização mas, na verdade, ela está sendo desmontada. A carta dos servidores do Ibama mostra que eles estão sofrendo assédio. O ministro os impede de trabalhar. É também por cumprir seu dever que Alexandre Saraiva foi exonerado da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas.

Ibama, ICMBio, Funai estão sob ataque do presidente e do ministro do Meio Ambiente. O INPE foi ameaçado. O projeto de Bolsonaro de interferir na Polícia Federal deu certo e a exoneração de Saraiva é prova cabal. Com esse histórico, Bolsonaro não poderá falar que vai aumentar as ações de comando e controle na região. Não será crível.

Uma alta autoridade do governo brasileiro foi a uma reunião com um grupo de embaixadores dos Estados Unidos e países europeus. Várias autoridades foram chamadas no último

mês. O relato do que foi dito lá mostra que não adianta ter conversa para inglês ver.

"Para minha surpresa o tom dos embaixadores foi duríssimo. A gente tem que agir rápido, a narrativa de que eles destruíram as florestas deles, e nós, não, é muito ruim. Se a conversa for pedir dinheiro, não vai pra frente. É preciso pôr em duas páginas quais são os compromissos para os próximos dois anos. Tem que levar algo concreto. Essa é a única forma de apaziguar e virar essa página", afirmou a autoridade.

O governo brasileiro foi avisado. Pelos embaixadores, pelos gestores dos grandes fundos globais, pelos bancos privados brasileiros, pelas grandes empresas, pelo agronegócio exportador. Bolsonaro insiste em

seu projeto e tem ajuda. Salles é a motosserra. Ele diariamente derruba uma peça do edifício regulatório brasileiro com portarias e instruções normativas. Usa o espaço infraregular para conspirar contra as leis ambientais do país. Exatamente como avisou que faria naquela famosa reunião ministerial. A instrução normativa que obriga o fiscal a submeter a multa que aplicou a um superior hierárquico foi apenas uma de inúmeras normas. O vice-presidente Hamilton Mourão tem sido usado como um biombo. Ele conversa, ouve, impressiona bem, mas é deixado de lado. E, quando cobrado por algum interlocutor, diz que não tem poderes.

Salles usa também o truque de se apropriar de termos para impressionar. Quando ele fala de

"bioeconomia", não está se referindo ao conceito desenvolvido por alguns especialistas, como o climatologista Carlos Nobre, para defender uma nova economia a partir da nossa rica biodiversidade. A "bioeconomia" que Salles quer é a dos madeireiros e garimpeiros ilegais.

Quando Bolsonaro falar de regularização fundiária, os governantes estrangeiros devem saber que ele está se referindo aos projetos de legalizar a grilagem, como os que já apresentou ao Congresso. Quando falar em apoio às populações indígenas, ele está se referindo ao projeto já enviado ao Congresso que permite mineração, exploração de petróleo e pecuária em terras indígenas.

Apesar de tudo, a sociedade brasileira tem encontrado seu

caminho para falar com o mundo. A Carta dos Governadores é resultado de lenta costura entre os chefes de executivo estaduais, iniciada pelo governador Renato Casagrande, do Espírito Santo.

Na carta, eles fazem valer o princípio federativo. Lembram que representam mais de 90% do território nacional, propõem aumentar a "ousadia das NDCs", (as metas nacionais), e dizem que os estados possuem fundos e mecanismos criados para "responder à emergência climática".

Sugerem uma parceria para deter o desmatamento e para restaurar. Lembram que será preciso "reflorestar uma área do tamanho do território dos Estados Unidos" e, completam, "O Brasil pode ampliar o verde da Terra não apenas na Amazônia, mas também em biomas de grande capacidade de captura de carbono, inestimável biodiversidade e relevância socioeconômica como o Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e o Pantanal".

Os governadores entenderam. A mudança climática é também a oportunidade da nova economia. É o "green new deal", um tempo aberto pra nós.

# PGR: Aras não interferiu em ofícios a governadores

**NOTIFICAÇÃO** Depois de distribuir ofícios a todos os 27 governadores, cobrando informações sobre a desativação dos hospitais de campanha e o uso de verbas públicas na pandemia, a Procuradoria Geral da República (PGR) minimizou o movimento e disse ontem que 'cumpre seu dever de fiscalizar' e que as notificações a agentes públicos fazem parte da rotina da instituição.

"É dever da ICCR [Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral] velar por atos, contratos e aplicação de verbas públicas, e fiscalizar e controlar a correta destinação de recursos públicos federais nas áreas de saúde e educação", diz a nota institucional.

Os governantes foram notificados após a instalação da CPI da Covid no Senado, que vai investigar a atuação e possíveis omissões do governo Bolsonaro na crise sanitária. Foram requisitados esclarecimentos complementares depois que uma primeira leva de informações foi considerada 'insuficiente' ou 'incompleta' pelo Ministério Público Federal (MPF).

"A fiscalização, que é dever do órgão superior do Ministério Público Federal, não aconteceu na semana passada", segue a PGR. "Em outra linha de atuação, na esfera criminal, a PGR investigava oito governadores desde o início da pandemia."

Nos documentos, a subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo pede esclareci-



Aras estaria, segundo adversários, tentando agradar Bolsonaro para ser indicado ao STF

**Na nota divulgada, a PGR esclarece que a decisão de enviar os ofícios aos governadores foi tomada em conjunto**

mentos sobre o uso de repasses federais. Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), em guerra com governadores e prefeitos desde o início da pandemia, levantou desconfiança sobre supostos desvios de recursos da Saúde. No final de fevereiro, o presidente chegou a publicar nas redes sociais uma lista com valores enviados pela União para cada Estado em 2020.

Lindôra é braço direito do chefe do MPF, Augusto Aras, que vem sendo criticado nos bastidores da PGR por, na visão de adversários, tentar se cacifar para a vaga que será aberta no Supremo Tribunal Federal em julho, com a aposentadoria do decano

Marco Aurélio Mello.

Na nota divulgada, a PGR esclarece que a decisão de enviar os ofícios aos governadores foi tomada em conjunto pelos membros da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF.

Na semana passada, Aras pediu informações dos governadores sobre o ritmo de vacinação contra a covid-19. Ele quer esclarecimentos sobre diferença entre número de vacinas que Ministério da Saúde diz ter distribuído e doses efetivamente aplicadas. Reservas para segunda aplicação e intervalo para entrega de lotes e registro de informações contribuem para diferença nas contagens.

## Programas emergenciais fora de meta fiscal de 2021

**SANCIONADA** O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com um veto ontem a lei que autoriza o governo a abrir crédito para custear medidas de enfrentamento à pandemia sem indicar de onde virá o dinheiro para cobrir esses gastos. Além de dispensar o governo de indicar uma compensação a esses gastos adicionais, o texto da lei exclui os programas emergenciais de auxílio a empresários da meta fiscal estabelecida para 2021 - que é um rombo de R\$ 247,1 bilhões nas contas públicas.

A lei também autoriza o governo a bloquear gastos discricionários (facultativos) para recompor despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários.

A nova norma altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para liberar a abertura dos créditos extraordinários. A mudança é vista pela equipe econômica como necessária para a retomada dos programas de crédito a micro e pequenas empresas (Pronampe) e de redução de salário e jornada (BEm), adotados em 2020.

## Carlos Bolsonaro mistura 'LGPD' com 'LGBT' em sessão

**RIO** O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) confundiu um termo da nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) com 'identidade de gênero', tema comum em discussões sobre direitos de LGBTs, durante sessão virtual na segunda-feira da Câmara Municipal do Rio. Filho do presidente Jair Bolsonaro, Carlos pediu a palavra para comentar o termo "autodeterminação informativa" e argumentou: "Na autodeterminação, você vê por aí gente que, inclusive, se autodenomina tigre, leão, jacaré, papagaio, periquito Carlos Bolsonaro

**Na autodeterminação, você vê por aí gente que, inclusive, se autodenomina tigre, leão, jacaré, papagaio, periquito Carlos Bolsonaro**

Verador do Rio

legislações superiores que caracterizam o sexo da pessoa como homem e mulher, X e Y, baseado na ciência, e você entra com uma característica de autodeterminação, fica algo muito vago, porque coloca em situação delicada tanto a pessoa que se autodetermina quanto as pessoas que estão ao redor dela". Ontem em uma rede social, Carlos negou ter se confundido.

## JULGAMENTO DE WITZEL SERÁ DIA 30

**IMPEACHMENT** O julgamento do pedido de impeachment do governador afastado do Rio, Wilson Witzel (PSC), foi marcado para o dia 30 de abril. A decisão é do desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), que também preside o Tribunal Especial Misto (TEM).

O TEM é formado por 5 desembargadores e 5 deputados que vão definir o futu-

ro político de Witzel. Os autores da denúncia que pede o impeachment dele, os deputados Luiz Pualo (Cidadania) e Lucinha (PSDB), pedem que ele seja condenado por crime de responsabilidade e perda os direitos políticos por 5 anos. Witzel está afastado do mandato desde agosto de 2020, por determinação do STJ, em um outro processo - que deu origem ao pedido de impeachment que corre paralelamente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS**  
**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021**  
O Preito do Município de Maracás - BA, realizará licitação nº 867661 - Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021, no dia 04/05/2021 às 08:30h, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos de grande porte, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias do Município de Maracás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital. Edital disponível nos sites: www.maracas.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações: T:(73)3533-2121 - ANTONIO LUIZ NUNES GOMES - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO-BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PE SRP Nº 014/2021**  
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2021. PA Nº 055/2021. OBJ. contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para a Sec de Educação. Abertura: 06.05.2021 AS 9h. Editais - Fone: (74) 3535-1101, 08 às 14h. Edital disponível: www.portaldecompraspublicas.com.br. Remanso/BA, 20/04/2021. Wanderson Alves dos Santos - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU**  
**AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2021, CARTA CONVITE 001/2021.** Por meio do presente tomamos público que a licitação objeto CARTA CONVITE acima mencionado cujo objeto era a contratação de pessoa jurídica para reformas e ampliações de prédios públicos situados na Zona Rural do Município de Ituaçu/BA, publicado no Diário Oficial da União, Jornal da Tarde e Correio da Bahia, na data de 20 de abril de 2021, para realização da sessão pública na data de 29 de abril de 2021, fica CANCELADA a pedido da Assessoria Jurídica desta Municipalidade, tendo em vista a necessidade de alterações no Edital. Nova data será designada posteriormente. Ituaçu/BA, 20 de abril de 2021. Aleomar Gomes Brito - Pregoeiro.  
**AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 087/2021. TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021.** O MUNICÍPIO DE ITUAÇU, ESTADO DA BAHIA, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhor Aleomar Gomes Brito, devidamente nomeado através da Portaria nº 003/2021, de 07 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de procedimento licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇOS autuado sob o nº 003/2021, Processo Administrativo nº 087/2021, no dia 07 de maio de 2021, às 14:00h, na sala Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Ituaçu, sita na Praça Gilberto Gil, s/nº, visando a contratação de empresa para Execução de Obra de Implantação de Drenagens e Passagens Molhadas em estradas vicinais em Povoados deste Município de Ituaçu/BA, em conformidade com os detalhamentos e especificações contidos no Projeto Básico (Plantas, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro) Anexo I do Edital. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) estará disponível na Comissão Permanente de Licitação no endereço precitado, de segunda a sexta-feira das 8:00as 12:00h e das 14:00 h às 17:00h, bem como no site: www.ituacu.ba.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@ituacu@hotmail.com. Esclarecimentos adicionais através do telefone:(77)-3415-2418. Ituaçu/BA, 20 de abril de 2021. Aleomar Gomes Brito - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRAGUÁ - BAHIA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021**  
OBJETO: contratação de empresa do ramo para fornecimento de medicamentos na forma do Edital. REUNIÃO 03/05/2021 às 09h00min. EDITAL: de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min.  
INFORMAÇÕES: (73)3285-2170 no setor de Licitações com o pregoeiro.  
Potiraguá/BA, 20 de Abril de 2021.  
James Barbosa Galvão - Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAVELAS**  
CNPJ Nº: 13.761.689/0001-19  
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**  
PRP 022-2021.  
PRP FMS 012-2021.  
onde se lê: PREGÃO GLOBAL. Leia-se: PREGÃO POR LOTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**  
**AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-2021-PE** A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA, vem tornar público a abertura do processo de licitação Pregão Eletrônico nº. 010-2021-PE, objeto: Locação de equipamentos para laboratório tipo analisador hematológico e bioquímico, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde deste município, conforme especificações contidas no edital e anexos. Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote/Item. Horário, Data de Recebimento das propostas: a partir do dia 22/04/2021 a 04/05/2021 até às 09:00 horas. Sessão: às 09:30h do dia 04/05/2021 (horários de Brasília/DF), no site http://www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível: http://www.boquira.ba.gov.br e http://www.licitacoes-e.com.br ou na sede desta Prefeitura. Informações: (77) 3645-3802 ou licitacao@boquira.ba.gov.br. Boquira-BA, 20 de abril de 2021. EVANDRO REGO NOVAES FILHO - Secretário de Administração; LUAN PORTO ARAUJO - Pregoeiro.  
**AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011-2021-PE** A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA, vem tornar público a abertura do processo de licitação Pregão Eletrônico nº. 011-2021-PE, objeto: Aquisição de bomba multistágio centrífuga de alta pressão, 30,0 CV, para atender a demanda da Administração Municipal, conforme especificações contidas no edital e anexos. Tipo de julgamento: Menor Preço por Global. Horário, Data de Recebimento das propostas: a partir do dia 22/04/2021 a 04/05/2021 até às 14:00 horas. Sessão: às 14:30h do dia 04/05/2021 (horários de Brasília/DF), no site http://www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível: http://www.boquira.ba.gov.br e http://www.licitacoes-e.com.br ou na sede desta Prefeitura. Informações: (77) 3645-3802 ou licitacao@boquira.ba.gov.br. Boquira-BA, 20 de abril de 2021. EVANDRO REGO NOVAES FILHO - Secretário de Administração; LUAN PORTO ARAUJO - Pregoeiro

## DORIA REAGE A 'CAMPANHA' POR TASSO NO PSDB

**ELEIÇÃO** Pressionado no PSDB por movimentos contrários à sua potencial candidatura ao Palácio do Planalto, o governador de São Paulo, João Doria, intensificou as conversas com líderes do partido nos estados e montou um núcleo de trabalho voltado para articular a disputa de 2022. Seus aliados e auxiliares reagiram à inclusão do senador Tasso Jereissati (CE) como "presidenciável" pelo presidente nacional da legenda, Bruno Araújo (PE). Doria escalou interlocutores para ir aos Estados e tem recebido tucanos no Palácio dos Bandeirantes. Em outra frente, o governador paulista criou um grupo de colaboradores para preparar o terreno para 2022.

**BRASIL**

# PF intima Boulos por tuíte com base na LSN

**DEPOIMENTO** A Polícia Federal intimou o ex-candidato a prefeitura de São Paulo e co-ordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos (PSOL), a prestar depoimento no âmbito de inquérito aberto com base na Lei de Segurança Nacional (LSN) em razão de um comentário feito pelo político em seu perfil do Twitter em abril de 2020. Boulos deve comparecer à sede na superintendência da PF em São Paulo na tarde da próxima quinta, 29.

O tuíte de Boulos se deu na esteira de uma declaração dada pelo presidente Jair Bolsonaro um dia após ato antidemocrático em frente ao Quartel General do Exército, com faixas contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, Bolsonaro afirmou: "O pessoal geralmente conspira pra chegar no poder. Eu já estou no poder. Eu já sou o presidente da República". Em outro momento, completou: "Eu sou realmente a Constituição".

A declaração acabou remetendo à frase "O Estado sou eu", atribuída ao rei Luís XIV, que governou a França entre 1643 e 1715. O chamado "Rei Sol" foi antepassado de Luís XVI, que foi executado em 1793 - um dos acontecimentos mais importantes da Revolução Francesa, que levou ao fim do regime absolutista no país. Comentando a fala de Bolsonaro, Boulos fez a referência histórica e escreveu:

**Boulos classificou o inquérito como uma tentativa vergonhosa de intimidação'**

"Um lembrete para Bolsonaro: a dinastia de Luís XIV terminou na guilhotina".

O tuíte foi levado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) pelo deputado José Medeiros (Podemos-MT) na mesma representação que o parlamentar atribuiu crime contra a segurança nacional ao jornalista Ricardo Noblat, também em razão de uma postagem na rede social.

O então chefe do MJSP, André Mendonça - atual Advogado-Geral da União e um dos cotados para assumir vaga no Supremo Tribu-

nal Federal - pediu à PF que abrisse inquérito com base na LSN para investigar a publicação.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, Boulos classificou o inquérito como uma "tentativa vergonhosa de intimidação" que "demonstra a escalada autoritária e o desespero desse governo de não aceitar a oposição e a diversidade". O político lembrou ainda que a LSN tem sido usada para "tentar silenciar diferentes pessoas que fazem oposição" a Bolsonaro.

O número de inquéritos abertos com base na lei edi-

tada em plena ditadura militar aumentou 285% nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, na comparação com o mesmo período das gestões Dilma Rousseff e Michel Temer.

"Chega a ser irônico que eu esteja sendo alvo de um inquérito policial por suspeita de ter ameaçado o presidente ao ter feito um comentário rebatendo uma frase proferida por Bolsonaro a qual, ela sim, representa uma ameaça às instituições e à ordem constitucional no nosso país", registrou Boulos em nota.



**Guilherme Boulos irá depor à Polícia Federal na quinta-feira da semana que vem**

## MEC DEIXA ALUNOS FORA DE RECURSOS DO FUNDEB

**RECLAMAÇÃO** O governo Jair Bolsonaro (sem partido) deixou de contabilizar neste ano milhares de alunos na divisão de recursos do Fundeb, o que reduziu o repasse aos municípios.

Desde a publicação da Portaria Interministerial nº 1, de 31 de março, as Secretarias de Educação têm se surpreendido com os cálculos: eles não condizem com o que consta do Censo Escolar. Na divisão do bolo, ficaram de fora os alunos do ensino fundamental em tempo integral, cujas matrículas ainda pesam mais nos pesos da categoria.

O caso é tratado como erro por integrantes do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), vinculado ao Ministério da Educação. Secretários de educação e entidades representativas de prefeituras questionam o governo. Até agora, eles não receberam respostas.

A falha resultou, segundo estudo da CNM (Confederação Nacional de Municípios), em 1.282 municípios com recursos estimados abaixo do que lhes é devido pelo Fundeb. A entidade, que representa as prefeituras do país, não calculou os valores.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica.

## Limite de execução orçamentária de ministérios é mudado

**DECRETO** Para impedir a paralisação de órgãos públicos e fazer frente a gastos emergenciais, o presidente Jair Bolsonaro editou na última terça-feira decreto que altera o limite provisório de execução orçamentária de sete ministérios e mais dois órgãos federais. Como o Orçamento Geral da União de 2021 só será sancionado hoje, os novos limites vigorarão até o fim de maio.

Em nota, o Palácio do Planalto informou que os novos limites de gastos foram pedidos por sete ministérios: Educação; Infraestrutura; Desenvolvimento

Regional; Saúde; Ciência Tecnologia e Inovações; Defesa; e Comunicações. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) também haviam pedido novos limites.

O Planalto não detalhou os novos valores. Apenas informou que a mudança permitirá a execução de gastos discricionários (não obrigatórios), obrigatórios com controle de fluxo e de restos a pagar (verbas de anos anteriores) de modo a manter os ministérios e os órgãos em funcionamento e permitir que eles arquem com gastos emergenciais decorrentes

principalmente da pandemia de covid-19.

Os limites servirão até que o governo edite um decreto com a programação orçamentária definitiva de 2021, o que deve ocorrer até 30 dias depois da sanção do Orçamento Geral da União. "Como a lei orçamentária ainda não foi sancionada, o Executivo continua efetuando as suas programações com base na execução provisória do orçamento. Essa situação, contudo, deverá ser superada a partir do mês de maio, quando a programação definitiva já estará em vigor", informou o Palácio do Planalto.

## Quando o Bolsonaro lhe proibiu de comprar vacinas, você deveria ter pedido demissão. Obedecendo, você se ferrou e nos ferrou junto Edson Leal Pujol

Ex-comandante do Exército, ao ex-ministro Eduardo Pazuello, num encontro recente, segundo a coluna de Anelmo Gois, no O Globo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021** PA Nº 089/2021 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE / OBJETO: Objetivando registrar preços para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios para suprir as demandas das diversas secretarias do município de Prado - BA, dados complementares no Anexo I do Edital, Data e horário: 04 de Maio 2021 às 09:00, Local: Sala de Licitações e Contratos do Município de Prado, Prefeitura Municipal de Prado, na Rodovia Pradolattamaraju Km 01 L 14, Prado - BA. Informações: no endereço supra mencionado ou pelo Tel. (75) 3021-1124 no horário 08:00 às 14:00. Edital disponível no portal oficial www.prado.ba.gov.br. Prado, 20 de Abril de 2021, André Dorneles Alves Daniel, Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDEUBA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021** A Pregoeira torna público aos interessados que se realizará licitação. Modalidade Pregão Eletrônico nº 18/21-PA/3021, tipo menor preço por lote. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material didático e de expediente para manutenção das Secretarias Municipais e órgãos da Prefeitura Municipal de Condeuba. Recebimento das Propostas e Habilitação: 22.4.21 às 5.5.21 até as 10h. Abertura das Propostas: 5.5.21 às 10h. Dia: 05.5.21 às 10:30h - horário de Brasília. Edital disponível em: Setor de Licitações Pq. Jovino Arsenio da Silva Filho, 53-A, Centro, Condeuba - BA. www.licitacoes-e.com.br ID nº 863784 ou na íntegra em www.condeuba.ba.io.org.br. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial (www.condeuba.ba.io.org.br). Condeuba, BA - 22.4.21. Waníléia Soares de Azevedo do Nascimento, Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRERAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 015/2021** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreras/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Nº 015/2021 Objeto: Aquisição de IMPRESSORA LASER COLORIDA 220 V (copiadora + impressora e scanner) e IMPRESSORA COLORIDA PLOTTER e os resumos necessários (cartuchos e tonner), requisitado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. Sessão de Abertura: 04/05/2021 às 10:00 horas. O Edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, através do nº 859958. André Avelino de Oliveira Neto - Pregoeiro. Barreras/Ba, 20 de abril de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON**  
**AVISO DE LICITAÇÃO.** Aviso de Licitação: Edital: Pregão Eletrônico nº 027/2021. Abert.: 05/05/2021 às 09:00h. Através do site www.licitacoes-e.com.br. Obj: registro de preço para eventual aquisição de placas automotivas, placas de identificação de ruas e residencial, e contratação de empresa especializada em levantamento metílico linear. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon, no site: http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon e no site: www.licitacoes-e.com.br. 7. 34 7627-2121. Wesley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAIRA**  
**CNPJ N: 13.910.690/0001-68**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021** AVISO DE LICITAÇÃO  
 A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2021. Processo Administrativo: 099/2021. Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM. Objeto: O registro de preço para fornecimento de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para manutenção das diversas Secretarias deste Município de Ubaira/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. SESSÃO DE ABERTURA: às 15h30min do dia 03/05/2021, no BLL - Bolsa De Licitações Do Brasil - www.bll.org.br - Maiores informações através do tel. (75) 3544 - 2034 das 08:00hrs às 12:00horas. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial do Município - https://www.ubaiba.ba.gov.br/ ou no BLL - Bolsa De Licitações Do Brasil (41) 3097-4800 (suporte ao fornecedor) - www.bll.org.br ou na Prefeitura Municipal de Ubaira - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 12h00min.Sama Rodrigues Dias - Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS**  
**CNPJ N: 14.894.400/0001-59**  
**AVISO DE PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 001/2021 E CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021**  
**CREDCIAMENTO Nº. 001/2021.** OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS CONTÍDAS no edital e anexos. Horário e Data Audiência Pública: às 10:00h do dia 12/05/2021, na sede da Prefeitura Municipal. Editais disponíveis: https://saio.org.br/ba/lencois/Site/DiarioOficial e https://lencois.ba.gov.br/moradores/ através do link, Diário Oficial ou na sede desta Prefeitura. Informações: (75) 3334-1121 ou licitacao@pmilencois@gmail.com. Lençóis-BA, 20 de abril de 2021. WENILSON DIAS DE ALMEIDA -Presidente da CPT.

## **NOVA UNIDADE DE HEMODIÁLISE É ENTREGUE**

**ROBERTO SANTOS** O governo do estado anunciou ontem a entrega da nova Unidade de Hemodiálise do Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), em Salvador. Com a reforma e ampliação, o setor passou a ter 32 poltronas para adultos e oito para crianças. A capacidade de atendimento é de 252 pacientes por mês. Entre obras e equipamentos, quase R\$ 8,4 milhões foram investidos. O novo setor possui uma Sala Amarela, além de leitos para Diálise Peritoneal Intermitente, sendo três adultos e três pediátrico.

---

# Arrecadação sobe 18,5% em março e bate recorde

**TRIBUTOS** Com o aumento na produção industrial e maior pagamento de tributos por empresas, a arrecadação de impostos e contribuições federais bateu recorde em março e no primeiro trimestre. No mês passado, a arrecadação federal somou R\$ 137,9 bilhões, um aumento real (descontada a inflação) de 18,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. É o maior valor da série da Receita Federal, que teve início em 1995.

Já no primeiro trimestre, o recolhimento de impostos e contribuições somou R\$ 445,9 bilhões, também o maior volume para o trimestre da série. O montante ainda representa um avanço real de 5,6% na comparação com os primeiros três meses do ano passado.

Apesar de os valores terem animado a equipe econômica, os dados do mês passado são referentes a fatos ocorri-



“O Brasil se levantou. foi derrubado pela pandemia, mas se recuperou em ‘V’ e se recuperou novamente”  
**Paulo Guedes**

Ministro da Economia

dos ainda em fevereiro, cujo tributo foi recolhido apenas em março. Dessa forma, os números ainda não foram afetados pela segunda onda da covid-19, que exigiu que novas medidas de restrição de circulação fossem adotadas em muitos estados para evitar o colapso do sistema hospitalar.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o resultado da arrecadação em março e no primeiro trimestre deste ano, mas admitiu que a segunda onda da covid-19 pode ter impacto no nível de atividade.

“O Brasil se levantou. Foi derrubado pela pandemia, mas se recuperou”, disse. Guedes não costuma participar das entrevistas mensais da Receita Federal que divulgam os dados da arrecadação, mas, pelo segundo mês consecutivo, diante do dado recorde, fez um pronunciamento no início da coletiva e deixou a transmissão antes das perguntas dos jornalistas.

De acordo com a Receita Federal, o comportamento da arrecadação de março e no primeiro trimestre decorre, entre outros fatores, de arrecadações extraordinárias do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contri-

buição Social sobre o Lucro Líquido (R\$ 4 bilhões em março).

Isso se deveu a operações de reorganização societária e ao desempenho de setores como siderurgia e mineração, que tiveram aumento no faturamento por conta da alta no preço das commodities e pela apreciação do dólar.

Também houve ajuste nas previsões de lucros por parte do setor financeiro, refletidos no maior pagamento de impostos. Além disso, o câmbio e o aumento nas importações contribuíram para o maior recolhimento de impostos.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, a arrecadação de abril também tem sido “satisfatória” e está dentro das expectativas do Fisco.

Para o economista-chefe da Órama, Alexandre Espírito Santo, a “grata surpresa” em março indica que a atividade econômica não foi, no primeiro trimestre, tão fraca como se previa no mercado. “Para abril, a expectativa é de número mais fraco, já que passamos um mês praticamente dentro da pandemia”, completa o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira.

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.5498	R\$ 5.5508
Dólar Turismo	R\$ 5.567	R\$ 5.713
Euro turismo	R\$ 36.707	R\$ 6.887

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	120.06199	-0,72%

### POUPANÇA

21/4/2021	0,1159%
-----------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00
--------------

### INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

## CHINA REDUZ COMPRAS DE SOJA DO BRASIL

**AGRONEGÓCIOS** As importações de soja pela China junto ao Brasil recuaram em março com a chuva atrasando alguns embarques do principal exportador global da oleaginosa, mas as compras do país nos Estados Unidos dispararam e aumentaram mais de quatro vezes com a chegada de carregamentos atrasados, atingindo o maior total mensal desde dezembro de 2016.

A China, maior importadora global de soja, importou 315.334 toneladas do Brasil em março passado, queda de 85% frente as 2,1 milhões de toneladas no mesmo mês do ano anterior, segundo dados da Administração Geral de Alfândegas ontem.

As importações do Brasil foram as menores desde janeiro de 2017, segundo registros da agência Reuters com os dados da alfândega.

Mais do que compensando esse recuo, a China importou 7,18 milhões de toneladas de soja dos EUA em março, alta de 320% frente à 1,7 milhão de toneladas no mesmo mês do ano anterior.

## VINHOS

# 18,4%

**foi o aumento do consumo de vinhos no Brasil no ano passado, segundo a maior autoridade no setor, a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). O país passou de aproximadamente 360 milhões de litros para 430 milhões de litros entre o ano de 2019 e de 2020. O aumento foi o maior entre os países associados da entidade, mesmo que o brasileiro ainda não seja destaque no mercado mundial: nossa fatia é de apenas 2% do total.**



Nova companhia aérea terá voos ligando Salvador a São Paulo (Guarulhos) a partir de junho

## Grupo Itapemirim inicia voos sob desconfiança do mercado

**TRANSPORTE** Em meio a um processo de recuperação judicial conturbado e à maior crise da história da aviação, o grupo Itapemirim, de transporte rodoviário, iniciou uma série de voos técnicos para poder operar uma companhia aérea. Na semana passada, o primeiro avião da nova empresa do grupo - um Airbus de 15 anos e capacidade para 180 passageiros - realizou 14 voos.

O grupo está na última fase do processo exigido pela Agência Nacional de Aviação

Civil (Anac) para obter o certificado de operador aeronáutico e já conseguiu slots (horários de pouso e decolagem nos aeroportos) para voar, a partir de junho, entre Ribeirão Preto e Recife, Ribeirão Preto e Guarulhos, Porto Seguro e Guarulhos, Salvador e Guarulhos - considerando apenas os terminais mais disputados do país.

O nascimento da empresa área, porém, ocorre sob desconfiança do mercado. Além de enfrentar uma recuperação judicial desde 2016 - cuja exe-

cução é alvo de questionamentos -, o grupo Itapemirim está no meio de uma disputa entre seu atual dono e o proprietário anterior. O plano de negócios da companhia também já mudou completamente em pouco mais de um ano.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o grupo afirmou que, para contornar a crise do setor, seu projeto prevê um “serviço diferenciado aos seus passageiros”. “Em resumo, é a pessoa, o olho no olho, que vamos priorizar entre todos os colaboradores e os passageiros”, afirmou, em nota. Disse ainda apostar no avanço da vacinação. Por e-mail, afirmou ainda que o foco será ligar capitais brasileiros e oferecer preços competitivos.

## STJ retira aeroporto de Manaus de leilão já feito

**CONCESSÃO** Com leilão já realizado no último dia 7, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, decidiu ontem retirar o Aeroporto Internacional de Manaus do bloco de terminais cujas operações serão repassadas à iniciativa privada. Segundo apurou a reportagem, o governo estudava recorrer contra a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). O aeroporto foi arrematado pela francesa Vinci Airports, junto de outros seis terminais na Região Norte, por R\$ 420 milhões.

A medida de Martins altera posicionamento adotado pelo próprio ministro, que suspendeu, no dia anterior ao leilão, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que excluía o Aeroporto de Manaus da concessões.

Agora, o presidente do STJ atendeu a pedido do consórcio SB Porto Seco, que venceu uma licitação aberta em 2017 pela Infraero para exploração comercial e operação de atividades de armazenamento e movimentação de cargas no aeroporto pelo prazo de dez anos. Além de Manaus, a Vinci - que administra o aeroporto de Salvador - arrematou os aeroportos de Porto Velho, Rio Branco, Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista.

### ECONOMIA

# Economia cresceu 1,4% em fevereiro, aponta FGV

**PESQUISA** A economia brasileira cresceu 1,4% em fevereiro deste ano na comparação com o mês anterior, na análise da série dessazonalizada, segundo o Monitor do PIB-FGV divulgado ontem. O dado ficou abaixo da estimativa divulgada na véspera pelo Banco Central: o IBC-Br apontou uma expansão de 1,7% no nível de atividade em fevereiro, com o indicador retornando ao patamar anterior à pandemia.

Segundo o coordenador do estudo, Claudio Considera, a alta em fevereiro mostra continuidade na recuperação da economia. Ele ressalta, no entanto, que, embora a taxa seja "expressiva", ela "não é motivo de euforia, já que são taxas comparadas a meses sob forte impacto da recessão da pandemia".

**O crescimento de 1,4% da economia em fevereiro, em relação a janeiro mostra continuidade na recuperação da economia**  
Claudio Considera Economista

Na comparação dos três meses encerrados em fevereiro com os três meses anteriores, a FGV apontou que houve alta de 2,9%. Já ante fevereiro de 2020, houve alta de 1,6%. Em fevereiro de 2020, a taxa havia sido de zero frente a fevereiro de 2019 e em janeiro havia sido de alta de apenas 0,3% ante janeiro de 2019.

Considera lembra que dentre as três grandes atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços), apenas a indústria apresentou pequena retração de 0,4% em fevereiro, enquanto os serviços cresceram 1,4% influenciado pelo desempenho dos serviços de informação (5,3%) e intermediação financeira (7%) além da contribuição da taxa negativa de outros serviços (-0,8%).

Segundo o Monitor, o consumo das famílias caiu 3% no trimestre móvel findo

em fevereiro em comparação a igual período do ano passado. Apenas o consumo de produtos duráveis cresceu no trimestre e o consumo de serviços segue sendo o grande responsável pelo desempenho ainda negativo do consumo das famílias.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 19,5% no trimestre móvel encerrado em fevereiro, em comparação a igual período do ano passado, segundo a FGV. O componente de máquinas e equipamentos foi o principal responsável por este "resultado expressivo" na taxa trimestral, ainda influenciado pelo forte crescimento em dezembro de 2020 devido à importação de plataforma de exploração de petróleo.

A exportação caiu 3,1% no trimestre móvel findo em fevereiro, em comparação a igual período do ano passado.

### LOJAS AMERICANAS ADQUIRE GRUPO UNI.CO

**VAREJO** A Lojas Americanas comunicou ontem que sua subsidiária IF Capital fechou contrato para adquirir 70% das ações do Grupo Uni.co, atuante em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e Lovebrands. Segundo a companhia, o Grupo Uni.co é líder do segmento de "fun de sign", lançando anualmente mais de quatro mil produtos inovadores e exclusivos, e suas três marcas possuem mais de 1,8 milhão de clientes ativos.

---

### NETFLIX

# 1,71

**bilhão de dólares**

foi o lucro líquido do Netflix no primeiro trimestre de 2021, o que representa alta de 141,2% em relação ao mesmo período do ano passado. O lucro por ação diluído ficou em US\$ 3,75, ante os US\$ 1,57 em janeiro e março de 2020, impulsionado por um ganho cambial de US\$ 253 milhões em relação ao euro. A receita da companhia cresceu 24,2% no comparativo anual, para US\$ 7,2 bilhões.

## Operadoras de turismo perdem dois terços do faturamento em 2020

**PANDEMIA** As operadoras de turismo perderam dois terços do faturamento em 2020, segundo o anuário do setor divulgado ontem pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa). Segundo o levantamento, o faturamento das empresas caiu de R\$ 15,1 bilhões em 2019 para R\$ 4 bilhões no ano passado.

O número de passageiros transportados caiu pela metade, de 6,5 milhões no ano anterior para 3,3 milhões em

2020. A maior parte das vendas (77%) ficou concentrada em viagens dentro do Brasil, enquanto o turismo para o exterior respondeu por 23% da renda das empresas no período.

A crise causada pela pandemia de covid-19 também afetou o emprego no setor, que perdeu, segundo o anuário, 2,7 milhões de postos de trabalho ao longo de 2020. Os serviços de alimentação foram os que mais demitiram, com o corte de 1,7 milhão de

empregos, seguido pelo setor de transporte rodoviário, que reduziu em 559 mil vagas a força de trabalho e as agências de viagem que demitiram 197 mil pessoas.

Apesar da forte retração, o presidente da Braztoa, Roberto Haro Nedelciu, acredita que, comparando com o cenário mundial, a queda no Brasil não foi tão forte. "Eu acredito que a retração não foi tão grande assim", disse. "Os números do Brasil não são significativos, são até

melhores do que foram no mundo".

O mercado do turismo no país caiu para um patamar inferior ao registrado em 2009, quando o setor faturou R\$ 6,1 bilhões, segundo os dados da Braztoa. Uma retomada para um nível semelhante ao de 2019, Nedelciu avalia que só deve acontecer na metade ou no fim de 2022.

## INTENÇÃO DE CONSUMO VOLTA A CAIR EM ABRIL

**CRISE** O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) alcançou o patamar de 70,7 pontos em abril, o menor nível desde novembro de 2020, quando atingiu 69,8 pontos. Após ajuste sazonal, a série apresentou queda mensal de 2,5%, ante recuperação pontual no mês anterior.

O resultado foi divulgado ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que destacou que foi o pior mês de abril da série histórica. Em relação ao mesmo período em 2020, houve retração de 26,1%.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, essa redução no mês de abril é resultado do agravamento da pandemia de covid-19 no país. "É um momento de oscilação, de grande incerteza. Isso se reflete no orçamento familiar, já que o agravamento da pandemia, somado à lentidão da vacinação, acaba gerando pessimismo e cautela no consumo. Acreditamos que, com a imunização em massa da população, o crescimento econômico será retomado", disse.

SECRETARIA DA SAÚDE

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 047/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB.** A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO MÉDICO HOSPITALAR (MESA DE TRABALHO)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, **entre os dias 22/04/2021 a 29/04/2021, das 08h30min às 18h00min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - Ba, CEP: 41.750-300.** Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: [sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br). O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site: <https://www.comprasnet.ba.gov.br> ou por meio de solicitação via e-mail: [sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br). Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 20 de abril de 2021. **Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.**

**SESAB**

SECRETARIA DA SAÚDE

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 049/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB.** A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS (FÓRMULAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, **entre os dias 22/04/2021 a 29/04/2021, das 08h30min às 18h00min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - Ba, CEP: 41.750-300.** Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: [sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br). O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site: <https://www.comprasnet.ba.gov.br> ou por meio de solicitação via e-mail: [sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br). Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 20 de abril de 2021. **Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.**

**SESAB**

SECRETARIA DA SAÚDE

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 051/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB.** A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (SISTEMA DE CONTRAPULSAÇÃO INTRAORTICA)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, **entre os dias 22/04/2021 a 29/04/2021, das 08h30min às 18h00min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - Ba, CEP: 41.750-300.** Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: [sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br). O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site: <https://www.comprasnet.ba.gov.br> ou por meio de solicitação via e-mail: [sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.cconpropostas@saude.ba.gov.br). Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 20 de abril de 2021. **Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.**

**SESAB**

SECRETARIA DA SAÚDE

**AVISO DE REMARCAÇÃO - DISPENSA EMERGENCIAL Nº 016/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA / DIRETORIA DE LICITAÇÕES.**  
O Secretário da Saúde do Estado da Bahia comunica aos interessados em participar da dispensa acima referenciada, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL ESPANHOL, SITUADO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA**. Família: 02.37, com sessão de abertura online designada para o dia 22/04/2021 às 09h30min, **QUE FICA REMARCADA PARA O DIA 27/04/2021 ÀS 09H30MIN.** Outras informações e/ou o Termo de Referência e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico: [dlic.licitacao@saude.ba.gov.br](http://dlic.licitacao@saude.ba.gov.br), através do contato pelo telefone: (71) 3115-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - Bahia, 20 de abril de 2021. **FÁBIO VILAS-BOAS PINTO - SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE.**

**SESAB**

**ATAKAREJO DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A.**  
CNPJ/MF nº 73.849.952/0001-58  
NIRE 29300036382

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA ORGANIZADA SOB A FORMA DE SOCIEDADE ANÔNIMA DENOMINADA**  
**Data e Horário:** Realizada no dia 07 de abril de 2021, às 16:00 horas. **Local:** Sede, situada a Avenida Santiago de Compostela, nº 425, Parque Bela Vista, Salvador/BA, Messar Sr. Gabriel Nascimento da Costa - Presidente e Sr. Teobaldo Luis da Costa - Presidente do Conselho de Administração. **Convocação:** Dispensada comprovação de convocação prévia pela imprensa, conforme o disposto no artigo 124, § 4°, da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme constante do Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** (a) Tomada de conta dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício 2020; (b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos relacionados aos juros a título de remuneração sobre capital próprio e acionistas; (c) Alteração do Jornal de publicações legais, nos termos do § 3º do Art. 289 da Lei das Sociedades por Ações. **Deliberações Tomadas:** Instalada a Assembleia Geral, após a discussão das matérias presentes na ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram o quanto segue: (i) a lavratura da ata da assembleia em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, na forma do artigo 130 da Lei 6.404/76; (ii) ratificar a aprovação das contas dos administradores da empresa e demonstrações financeiras do exercício de 2020 conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/02/2021 e registrada sob nº 98046403 em 23/02/2021 perante a Junta Comercial da Bahia, sem ressalvas, em conformidade com o disposto no Artigo 134, §1º da Lei nº 6.404/76; (iii) Aprovar a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, nos termos abaixo consignados:

	2020	2019
<b>Saldo de Dividendos no início do exercício</b>	<b>1.178.275,97</b>	<b>22.955.578,41</b>
<b>Adições</b>	<b>59.751.080,00</b>	<b>48.869.280,00</b>
Lucro líquido do exercício	59.231.080,00	48.765.280,00
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos	520,000	104.000,00
<b>Constituição de reserva legal</b>	<b>2.987.554,00</b>	<b>2.443.464,00</b>
<b>Destinação</b>	<b>47.963.000,00</b>	<b>11.606.454,00</b>
<b>Antecipação de distribuição de dividendos</b>	<b>47.963.000,00</b>	-
Dividendos do período	-	11.606.454,00
<b>Reserva de lucro a realizar</b>	<b>18.118.806,00</b>	<b>29.871.362,00</b>
Constituição de Reserva a realizar	21.509.806,00	34.819.362,00
Juros sobre capital próprio	3.393.000,00	4.948.000,00
<b>(-) Reversão de reserva de lucros a realizar</b>	<b>29.871.362,00</b>	<b>19.796.243,56</b>
<b>Reserva para futuro aumento de capital</b>	<b>955.000,00</b>	<b>3.029.000,00</b>
Total de Adições - Destinação do lucro	64.170.082,00	28.373.697,56
Pagamentos no período	62.825.000,00	50.121.000,00
<b>Saldo de Dividendos no fim do exercício</b>	<b>2.493.357,97</b>	<b>1.178.275,97</b>

(iv) Aprovar a alteração do Jornal de publicações legais para "Tribuna da Bahia". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, que, lida e unanimemente aprovada, foi assinada por todos os presentes, a presente ata é e será assinada em livro próprio, Salvador/BA, 07 de abril de 2021. Gabriel Nascimento da Costa, Teobaldo Luis da Costa, **Junta Comercial do Estado da Bahia. Certifico e Registro sob nº 98061517 em 14/04/2021. Protocolo 219240221 de 08/04/2021. Nome da empresa ATKAREJO DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. - NIRE 29300036382. Titania Regina M G de Araújo - Secretária-Geral.**

## Estado possui a segunda menor taxa de mortalidade

Com tantas mortes acontecendo diariamente, a cientista Margareth Dalcolmo afirmou, em artigo publicado no jornal O Globo, que os dados demonstram que a covid-19 é a terceira causa de morte no mundo, superando doenças cardiovasculares, o câncer e outras endêmicas. “No Brasil, o número de mortes supera o de nascimentos em algumas regiões em 2021. O colapso do sistema hospitalar se materializou nesta segunda on-

da, com a falta de oxigênio, até a falta de kits de intubação”, descreveu.

Mesmo com o cenário negativo, a Bahia é o estado que possui a segunda menor taxa de mortalidade do Brasil. São 116,8 mortes por 100 mil habitantes, perdendo só para o Maranhão, que tem 97,6 mortes para cada 100 mil pessoas. A taxa de letalidade da covid-19 na Bahia é de 2%, menor do que a do país como um todo, que tem 2,7%.

Segundo a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, esses números são frutos das medidas de contenção e do esforço de toda a sociedade para evitar e reduzir a contaminação. “Esta é uma doença traiçoeira, que afeta jovens e idosos, com evoluções clínicas que podem levar ao óbito em qualquer faixa etária. O cidadão deve ser um fiscal, garantindo a inexistência de aglomerações e também exigindo que outras pessoas

usem a máscara e façam a higiene frequente das mãos”, disse o órgão em nota.

Outra medida defendida tanto pela equipe de saúde como os cientistas do Portal Geocovid é a vacinação em massa, para reduzir os casos graves da doença. Para isso, a Sesab defende constantemente o envio de novas doses pelo Governo Federal. “Para acelerar ainda mais a vacinação, o governador Rui Costa adquiriu 9,7 milhões

de doses da Sputnik V e aguarda autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação da vacina russa”, completou o texto.

O CORREIO também perguntou à Sesab se eles também fazem projeções do futuro da pandemia na Bahia e como analisam os números de possíveis novos casos e óbitos até junho, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Correio **Mais** 23  
Salvador, quarta-feira, 21 de abril 2021

## Estados buscam acordo para liberar vacina

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, se reuniu ontem com governadores do Norte e Nordeste que pedem um acordo sobre a vacina contra covid-19 Sputnik V. O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), presidente do Consórcio do Nordeste, que reúne nove estados da região, afirmou na saída do encontro que há interesse de mais vacinas e condições de uso da Sputnik. O Consórcio do Nordeste fechou a compra de 37 milhões de doses da vacina russa e quer que elas sejam incluídas no Programa Nacional de Imunização (PIN), do Ministério da Saúde.

“O ministro também mantém a posição que todas as vacinas sejam colocadas no PNI. Significa que, nos estados que têm contrato firmado, vamos encontrar uma solução jurídica. Falta posição da Anvisa sobre colocar as vacinas no PNI”,

**Queiroga quer incluir a vacina russa Sputnik V, que foi custeada pelos estados, no Plano Nacional de Imunização**

disse o governador do Piauí.

Dias afirmou que, na próxima segunda-feira, se reúne com secretários-executivos e com a área jurídica do Ministério. “O objetivo é chegar ao entendimento de como será o modelo de pagamento da vacina. Vamos tratar de um convênio. Há uma outra decisão a ser tomada. Se cabe a cada estado monitorar, como será feito o monitoramento?”, indaga o governador.

Os governadores vêm cobrado a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que autorize a importação da Sputnik V ainda em abril. Técnicos da empresa seguem na Rússia para realizar visitas de inspeção nos laboratórios que produzem a vacina.

O Brasil mantém duas negociações paralelas com o instituto russo Gamaleya, fabricante da vacina, para obter a Sputnik: uma do Ministério da Saúde, que prevê a compra de 10 milhões de doses, e outra dos governadores, por mais de 60 milhões.

Segundo Dias, o caminho encontrado é a recompra do contrato global. “Ou a compensação, assim mantém o equilíbrio nacional. Na Rússia, a vacina está sendo aplicada. Tem disponibilidade de entrega em abril. Falta autorização da Anvisa. Toda a nossa prioridade é não perder a entrega da Sputnik para o Brasil.”

Ontem, a Anvisa recorreu da decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, que deu prazo de 30 dias para a autarquia decidir sobre a importação da vacina russa Sputnik V pelo governo do Maranhão. Segundo a agência, a falta de dados e de um relatório técnico que ateste a segurança e eficácia do imunizante comprometem a liberação da compra da vacina.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 22/04/2021	Página: 02

# Tribuna

## Em defesa da Bahia

Se alguém pensa que vai meter a mão no dinheiro público no estado, ainda mais em tempos de pandemia e recursos limitados, já viu que não vai ser assim. O governo baiano realizou recentemente uma licitação para compra de veículos a serem usados como ambulância. Uma empresa ganhou com o menor preço. O Estado, segundo a Secretaria de Comunicação do governo, pagou, mas na hora de entregar as viaturas, a empresa recuou alegando a necessidade de um reequilíbrio contratual. O governador Rui Costa não aceitou a revisão e em defesa dos interesses da Bahia e dos baianos, encaminhou o assunto à Procuradoria Geral do Estado que, amparada na lei, requisitou administrativamente os 9 veículos Renault Master que estavam ainda no pátio da concessionária Eurovia Veículos. Logo as 9 ambulâncias estarão rodando a serviço dos baianos e sem ter de sangrar mais os cofres do Estado.



**Rui Costa**

## Auxílio

A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada de ontem, o Projeto de Lei (PL) 795/2 que prorroga o auxílio emergencial de trabalhadores do setor da cultura em razão da pandemia da Covid-19. O projeto, que reformula a Lei Aldir Blanc, prorroga os prazos de utilização de recursos repassados a título de apoio ao setor cultural em decorrência da pandemia de Covid-19. A matéria será enviada à sanção presidencial.



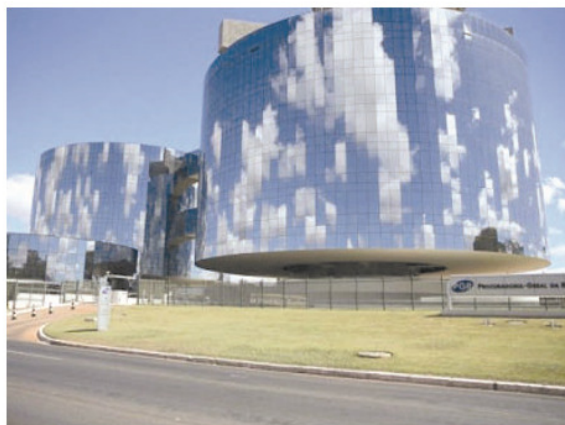
# Tribuna

## MPF cumpre seu dever de fiscalizar aplicação de verbas públicas, diz PGR

ESTADÃO CONTEÚDO

**E** propósito de matérias e textos de opinião veiculados na imprensa sobre ofícios enviados aos governadores, com solicitação de informações, a Procuradoria-Geral da República (PGR) esclareceu ontem que "os ofícios foram enviados no âmbito de procedimento instaurado na Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (1CCR) com a finalidade de acompanhar a situação dos hospitais de campanha para atendimento de pacientes com covid-19. É dever da 1CCR velar por atos, contratos e aplicação de verbas públicas, e fiscalizar e controlar a correta destinação de recursos públicos federais nas áreas de saúde e educação".

O texto segue afirmando que "a decisão de enviar os ofícios aos 27 governadores foi do colegiado, do qual a



**A PROCURADORIA-Geral da República se posicionou sobre a fiscalização de verbas públicas**

subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo é uma das integrantes. Um primeiro ofício, referente ao mesmo procedimento, já havia sido enviado aos governadores em 12 de março, e foi parcialmente respondido. A fiscalização, que é dever do órgão superior do Ministério Públi-

co Federal, não começou na semana passada. O novo pedido de informações foi um complemento ao primeiro. Pedidos de informação formulados pelos órgãos superiores do MPF, sobre os mais variados temas, são enviados a agentes públicos rotineiramente – a exemplo dos

que envolveram, recentemente, a falta de oxigênio medicinal e dados discrepantes entre doses de vacina distribuídas e efetivamente aplicadas".

"Em outra linha de atuação, na esfera criminal, a PGR investigava oito governadores desde o início da pandemia. Um deles está afastado do mandato e outros foram destinatários de medidas cautelares de busca e apreensão, sempre autorizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), devido à prerrogativa de foro dos chefes do Poder Executivo estadual. Essas apurações, realizadas há meses, têm o objetivo de identificar eventuais desvios na compra de respiradores, de insumos do kit intubação, de oxigênio medicinal, entre outros casos. Por fim, é preciso destacar que as Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF são órgãos cujos membros têm independência funcional e que o procurador-geral da República, Augusto Aras, não interfere nos seus trabalhos", acrescenta.

# Tribuna

## Senado barra projeto que liberaria compra de vacinas por empresas

BRASILECONÔMICO

O projeto que libera a compra de vacinas contra Covid-19 por empresas privadas, aprovado às pressas pela Câmara dos Deputados, será engavetado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Há inclusive a possibilidade de o projeto sequer ser levado a votação. As informações são da coluna de Mônica Bergamo na Folha de S.Paulo.

Nesta quinta-feira (22), os senadores devem discutir os próximos projetos a serem debatidos na Casa, e o projeto aprovado na Câmara que libera o 'fura-fila' de vacinas por empresas privadas deve ser barrado, ficando na gaveta de Pacheco. O presidente do Senado, inclusive, tem dúvida se há, no

mundo, ofertas de vacinas contra Covid-19 para a iniciativa privada. Grandes farmacêuticas já negaram a possibilidade, reiterando que só negociam com governos federais.

Enquanto empresários buscam aprovar a compra de vacinas para seus funcionários e até mesmo os parentes deles, o mundo sofre com a escassez de doses e o Brasil vive situação parecida, com imunização lenta. Segundo cientistas, a compra privada de doses poderia atrasar a vacinação no Brasil.

Cercado de dúvidas, o projeto não cita nenhuma vacina que já é atualmente aprovada no Brasil e poderia ser comprada pela iniciativa privada. Por enquanto, o Senado deve mesmo adiar a apreciação do texto aprovado pelos deputados.

## Orçamento criativo ameaça meta fiscal, avaliam especialistas

CORREIO BRAZILIENSE

O acordo firmado entre o governo e o Congresso para a sanção do Orçamento de 2021, alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e abrindo espaço para gastos emergenciais fora da regra do teto, foi mal recebido pelo mercado ontem. A terça-feira foi marcada com alta do dólar, queda na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e alta nos juros futuros, em um claro sinal de desconfiança.

Especialistas não pouparam críticas ao acordo ainda mal explicado, que deve incluir mais de R\$ 100 bilhões de despesas fora do teto de gastos, em clara indicação de que a âncora fiscal foi recolhida. Os analistas afirmaram que as contas não fecham e que os riscos de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF) só aumentaram.

O Orçamento deste ano precisa ser sancionado até amanhã. Durante a votação da peça orçamentária, aprovada no último dia 25, parlamentares incluíram uma série de emendas que explodiram as despesas. Apenas o relator, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), criou R\$ 26,5 bilhões em emendas para obras eleitoreiras, cortando gastos obrigatórios como aposentadorias. As irregularidades estão sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para analistas, a confusão resulta da falta de atualização de dados macroeconômicos pela equipe econômica, subestimando as despesas. Esse vácuo permitiu ao Palácio do Planalto negociar alto com parlamentares do Centrão nas eleições das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado.

## Reduzir jornada, adiar FGTS. Medidas que governo deve editar

O ESTADO DE S. PAULO

A nova rodada do programa de manutenção do emprego vai permitir até 5 milhões de novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O conjunto de medidas trabalhistas deve ser lançado em duas Medidas Provisórias (MPs), a serem editadas pelo presidente Jair Bolsonaro logo após a sanção do projeto que destravou as ações de combate aos efeitos da covid-19.

Na segunda-feira, 19, o Congresso aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego. Além disso, o texto autoriza descontar

da meta fiscal o valor gasto nessa ação. Embora não haja limite definido no projeto, a equipe econômica prevê gastar R\$ 10 bilhões com o pagamento do benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial dos trabalhadores que fecham os acordos.

O aumento do valor a ser destinado ao programa permitiu a ampliação no número de acordos previsto para "pouco menos de 5 milhões", segundo uma fonte. Antes, a previsão era de 3,8 milhões a 4,0 milhões de trabalhadores, para uma despesa de R\$ 7,4 bilhões. Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm. O programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato.



## Após reanálise de perdas de safra, mais 2.208 famílias baianas passam a receber o seguro Garantia-Safra

20 abril 2021



Foto: Divulgação/SDR

Mais 2.208 famílias, dos municípios baianos de Ibiassucê e Pindaí, que aderiram ao benefício na safra 2019/2020, tiveram o pagamento do benefício do Programa Garantia-Safra autorizado. O montante de recursos autorizados para o pagamento desses agricultores e agricultoras é de R\$ 1,8 milhão, que passa a circular na economia desses municípios e garante insumos para um novo plantio.

A ação é resultado da reanálise dos laudos que foram encaminhados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio de uma ação conjunta das Superintendências de Agricultura Familiar (Suaf) e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater) e prefeituras municipais.

Com a decisão da Portaria nº 18, de 13 de abril de 2021, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o pagamento integral do benefício Garantia-Safra começou a ser realizado neste mês de abril de 2021, em parcela única, em decorrência das medidas de enfrentamento da propagação da pandemia do coronavírus. As datas de pagamento são definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

O Garantia-Safra vem proporcionando as condições mínimas de sobrevivência às famílias agricultoras de municípios sujeitos à perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. Os benefícios da safra 2019/2020, na Bahia, somam, até este mês de abril, R\$ 135,9 milhões, que circulam nas economias municipais, em 150 municípios da Região 1, Safra Verão, beneficiando mais de 159 mil famílias.

Na Bahia, o Garantia-Safra é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf), com o apoio operacional da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater). O benefício é composto por contribuições dos agricultores familiares, Estados, Municípios e União. O Estado da Bahia assumiu o pagamento de 50% do valor devido aos agricultores familiares e às prefeituras municipais.

As indenizações dessa safra poderão seguir beneficiando os municípios de Baianópolis, Boa Nova, Caculé, Cocos, Correntina e São Desidério, podendo entrar em folha, a depender dos resultados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

“Seguimos defendendo outra reanálise para os municípios restantes, na perspectiva da garantia de direitos e renda às famílias que aderiram ao seguro, além de possibilitar a movimentação na economia destes municípios. Em municípios com até 3.000 adesões, chegam a circular até R\$ 2,5 milhões. Benefício real para as economias locais e para o estado da Bahia, com geração de renda, trabalho e arrecadação de impostos”, destacou o diretor de Apoio e Fomento à Produção da Suaf/SDR, Welliton Rezende.

Os agricultores desses dois municípios, que aderiram ao Garantia-Safra e tiveram a concessão do benefício bloqueado, deverão consultar, no prazo de 30 dias, contados do ato da publicação da Portaria, o seu cadastro de inscrição no sistema informatizado de gerenciamento do Garantia-Safra, disponibilizado no site do MAPA.

Em 2020, o Garantia-Safra 2018/2019 (Safra Verão e Safra Inverno), injetou na economia do Estado o valor total de R\$ 215.640.750,00, sendo R\$ 15,3 milhões pagos no primeiro semestre e R\$ 61,4 milhões no segundo semestre. Os recursos, pagos em uma única parcela, movimentaram a economia de 225 municípios.

***Fonte: Ascom/SDR***

Veículo: Gov Bahia	
Data: 20/04/2021	



## Governador anuncia mudanças no fluxo de carreira da PM para garantir mais promoções; 1.000 novos soldados serão convocados

20 abril 2021

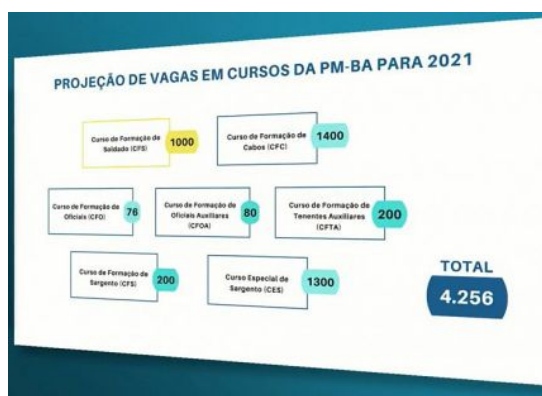


Foto: Camila Souza/GOVBA

A promoção de soldado para sargento, na Polícia Militar da Bahia (PMBA), que demorava em média 15 anos, poderá acontecer de forma mais rápida com a [reformulação da lei de promoções](#) anunciada pelo governador Rui Costa, na manhã desta terça-feira (20), que institui o Curso de Formação de Sargentos (CFS). O projeto de lei que estabelece as novas regras também trata de outras promoções e será enviado para aprovação na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

O evento virtual, com a presença do secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino, e do comandante-geral da PMBA, coronel Paulo Coutinho, foi transmitido do Centro de Operações e Inteligência (COI), da Secretaria da Segurança Pública (SSP/BA), para o canal oficial do Governo do Estado no YouTube. Ao todo, estão previstas mais de 3 mil progressões de carreira apenas para o ano de 2021, entre sargentos e outras patentes, além da convocação – no segundo semestre deste ano – de 1.000 aprovados em concurso para o Curso de Formação de Soldado (CFS).

Rui destacou que a nova lei prevê que os soldados, no mínimo, cheguem ao final da sua carreira profissional como tenentes ou, eventualmente, cheguem a capitão ou major. “Nós vamos ocupar plenamente as vagas existentes e dar fluidez a essas vagas. Para isso, nós ampliamos a quantidade de cursos e de formação. Formação inclusive que, durante esse período de pandemia, está sendo feita de forma virtual, de forma remota, para não paralisar o processo de promoção”. Ainda segundo o governador, o processo continuará ao longo do ano. “É algo que nunca foi feito na história da Bahia e que não existe em outros estados, essa fluidez, esse fluxo que nós criamos aqui no estado”, explicou.

Para o secretário Ricardo Mandarino, o Governo do Estado está fazendo um grande esforço para a valorização das polícias Militar e Civil. “As pessoas trabalham melhor quando elas sentem que elas têm um futuro dentro da carreira. Elas vão realizar o sonho delas, ficam mais empenhadas, elas incorporam a instituição ao seu projeto de vida. Isso é muito importante”.

O comandante Paulo Coutinho elencou os maiores avanços institucionais recentes, que melhoraram as condições de trabalho da tropa. “Tivemos uma renovação de frota significativa e também o pagamento do

Prêmio de Desempenho Policial, a compra de acessórios, equipamentos de proteção individual da tropa. Tivemos a formação de novos soldados, aumento do quadro de psicólogos com o objetivo de dar suporte à saúde mental de nossa tropa, reajuste do salário base, concessão de vale transporte, que era um pleito antigo de todo o nosso efetivo. E tivemos, principalmente, os atos promocionais, a nível de oficiais e praças, que foram em 25.900, um número extremamente significativo neste último quinquênio”.

## Cursos e vagas

Ao todo, entre sargentos e outras patentes, estão previstas 3.256 promoções apenas para o ano de 2021. Dentro do quadro dos cursos para oficiais há projeção para um total de 76 vagas para o Curso de Formação de Oficiais (CFO) em 2021 e 100 vagas por ano até 2024, sendo dividido em 50 vagas no primeiro semestre e 50 vagas no segundo semestre. Já para o Curso de Formação de Oficiais Auxiliares (CFOA), estão previstas 80 vagas para 2021, sendo a mesma quantidade de vagas por ano até 2024.

Para o Curso de Formação de Tenentes Auxiliares (CFTA), são 100 vagas no primeiro semestre de 2021 e 100 vagas no segundo semestre de 2021, totalizando 200 no ano. Da mesma forma, a projeção de vagas seguirá em 2022, 2023 e 2025. Em 2024 a projeção é de 75 vagas para cada semestre, totalizando 150 para o ano.

Dentro do quadro dos cursos para praças, há projeção de 1000 vagas por ano para Curso de Formação de Soldado (CFS) até 2025. Para o Curso de Formação de Cabos (CFC) serão 1400 vagas em 2021, 1000 vagas projetadas por ano até 2024. Para o Curso de Formação de Sargento (CFS), que está em implementação, a previsão é de 200 vagas para o ano de 2021. Já para o Curso Especial de Sargento (CES), são 1300 vagas para 2021, 1000 para 2022, 900 para 2023 e 900 para 2024.

## Ganhos salariais

A promoção da carreira de praças pode resultar em ganhos salariais para os policiais e bombeiros militares, que variam conforme a sua patente. Um soldado quando é promovido a cabo, por exemplo, tem ganho salarial aproximado de 6%. Já quando sai de cabo para sargento, o ganho é de 8,37%; e, de 1º sargento para subtenente, chega a 7,25%. Quando é promovido de subtenente a 1º tenente, o policial ou bombeiro militar tem ganho salarial médio de 30%. A promoção de oficiais também resulta em importantes ganhos salariais para os policiais e bombeiros militares. Quando promovido de 1º tenente para capitão, o salto salarial chega a 20,20%. Já de capitão para major, o ganho é de 19,96%.

## Saúde mental

A implantação do projeto de Avaliação Psicológica Preventiva, com a contratação de mais psicólogos, permitirá uma ampliação da rede de atendimento, com avaliações frequentes, psicoterapia, terapias de grupos, entre outras dinâmicas. Os profissionais atenderão os militares que atuam na capital baiana, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e no interior do estado.

Com o suporte é possível mensurar traços comportamentais e cognitivos de ansiedade, depressão e descontrole emocional em geral. Somente nos meses de março e abril de 2021, mais de 800 militares receberam algum tipo de acompanhamento.

**Repórter: Raul Rodrigues**



## Mais de 335 quilômetros de rodovias passarão por recuperação no oeste da Bahia

20 abril 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Mais de 335 quilômetros de rodovias serão recuperados pelo Governo do Estado no oeste da Bahia. O aviso de licitação da obra foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (20). Os serviços estarão sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), por meio do Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias (Premar), em cinco diferentes trechos nas BAs 463, 459 e 460.

A BA-463, entre São Desidério e Roda Velha, será requalificada em 125,8 quilômetros. Na BA-459, os 92,5 quilômetros do distrito de Placas, em Barreiras, até entroncamento da BA-454, e os 64,8 quilômetros que ligam os entroncamentos da BA-454 e da BR-242 passarão por restauração. Os 45,6 quilômetros do entroncamento da BR-242 até Placas e os 9 quilômetros ligando a localidade à divisa entre Bahia e Tocantins também vão ser recuperados na BA-460. Os envelopes com as propostas das empresas interessadas na execução dos serviços tem a previsão de serem abertos no dia 2 de junho.

As três rodovias possuem um papel importante para o escoamento da produção de grãos, como a soja, o algodão e o milho, do oeste baiano. A restauração dos trechos na região do Anel da Soja, de São Desidério até Roda Velha e até a divisa entre Bahia e Tocantins, vai contribuir no transporte dos grãos até destinos como o nordeste brasileiro, China, Vietnã, Indonésia e a União Europeia.



O secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, explica a necessidade da publicação do novo edital. “Em 2017, uma construtora venceu o processo licitatório para a realização de obras no oeste, porém paralisou os serviços no segundo semestre de 2019. A Seinfra conseguiu a liberação na justiça para iniciar uma outra licitação para a continuidade da recuperação das rodovias na região, acrescentando também a BA-460, do distrito de Placas à divisa entre Bahia e Tocantins”.

**Fonte: Ascom/Seinfra**



## Governador entrega nova Unidade de Hemodiálise do Hospital Roberto Santos

20 abril 2021



Foto: Reprodução

O governador Rui Costa anunciou, nesta terça-feira (20), nas suas redes sociais, a entrega da nova Unidade de Hemodiálise do Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), em Salvador. Com a reforma e ampliação, o setor passou a ter 32 poltronas para adultos e oito para crianças. A capacidade de atendimento é de 252 pacientes por mês.

Entre obras e equipamentos, quase R\$ 8,4 milhões foram investidos na unidade. “Já entregamos várias etapas dessa obra. Desta vez, é o setor de Hemodiálise para atender com qualidade, conforto e dignidade todos os pacientes que fazem o tratamento no Roberto Santos. E o trabalho de melhoria progressiva continua nesse que é o maior hospital do Norte e Nordeste do Brasil”, afirmou.

O novo setor possui ainda uma Sala Amarela, com duas poltronas, além de leitos para Diálise Peritoneal Intermitente (DPI), sendo três adultos e três pediátrico.



Foto: Reprodução



Veículo: Gov Bahia	
Data: 20/04/2021	



## Hospital Metropolitano passa a funcionar com capacidade máxima

20 abril 2021



Foto: Divulgação/Sesab

A partir desta terça-feira (20), o Hospital Metropolitano (HM), em Lauro de Freitas, passa a funcionar com todos os seus 280 leitos, atingindo plena operação no atendimento a pacientes acometidos pela Covid-19 provenientes de todo o estado da Bahia. Aberto em 20 de março deste ano, o HM iniciou as atividades com 40 leitos, aumentando a oferta de forma gradativa.

Até segunda (19), o hospital contava com 250 leitos. Hoje, com a abertura de mais 30 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), chega à capacidade máxima. Com isso, a população tem à disposição uma unidade hospitalar com infraestrutura completa e tecnologia de ponta, dispendo de 100 leitos de UTI e 180 leitos de enfermaria que incluem Clínica Médica e Unidade de Assistência Respiratória (UAR).

Passados 30 dias da abertura dos trabalhos, o time gestor do HM comemora a implantação do equipamento, que teve o cronograma de instalação de 100% dos leitos concluído com sucesso. O diretor técnico do HM, Gabriel de Carvalho Cunha, expressou a satisfação pelo cumprimento do cronograma estabelecido, como sendo fruto do trabalho em equipe.

“A primeira etapa da missão foi concluída com êxito, graças ao empenho e dedicação do time de trabalho do Hospital Metropolitano. Seguiremos mantendo o foco na qualidade da assistência prestada à população baiana, durante o período necessário”, disse o diretor.

O Hospital Metropolitano segue agora em operação plena, comprometido em oferecer, durante todo o período de funcionamento emergencial, assistência de qualidade focada em humanização e segurança do paciente.

**Fonte: Ascom/Sesab**

## Folga de R\$ 38,9 bi no teto de gastos pode deflagrar nova disputa por Orçamento em 2022



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A disputa entre governo federal e Congresso pelos recursos do Orçamento pode se repetir em 2022, ano eleitoral.

Estimativas da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal, apontam uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos no próximo ano, devido a despesas superestimadas no PLDO (Projeto de **Lei de Diretrizes Orçamentárias**) enviado ao Congresso na semana passada.

O número representa a diferença entre as projeções da instituição e as apresentadas pelo governo no projeto e foram divulgadas nesta segunda-feira (19) no relatório mensal avaliação fiscal da IFI.

O PLDO traz projeção de despesas sujeitas ao teto exatamente iguais ao limite do teto, que considera o valor de 2021 corrigido pela inflação acumulada em 12 meses até junho deste ano.

As divergências incluem projeções para gastos com Previdência (de pelo menos R\$ 15,6 bilhões), despesas não obrigatórias, pessoal e de benefícios como BPC, abono salarial e seguro-**desemprego**.

No caso da Previdência, o governo prevê a correção dos benefícios por uma inflação mais alta que a projetada pela IFI. Também espera um número maior de concessões.

Segundo a IFI, em 2020, as projeções mais pessimistas do governo, de aumento de 7% nas despesas com benefícios previdenciários, não se confirmaram. O dado final foi de cerca de 6%, em linha com a projeção da instituição.

No relatório, a instituição afirma que o cenário mais conservador adotado pelo governo também pode refletir o objetivo de evitar uma discussão sobre a divisão dessa folga no teto.

Para a instituição, o aumento de despesas aproveitando essa folga prejudicaria os resultados fiscais e a **dívida pública**, dado que o déficit fiscal no próximo ano ainda será elevado e não há sinal de estabilização do endividamento, que deve chegar a 93,5% do **PIB**.

"É um quadro que não avalizaria aumentos de gastos que não fossem estritamente necessários, como os relacionados ao combate à Covid-19, uma vez que o déficit e a dívida estarão altos", afirma a instituição.

Em relação ao Orçamento de 2021, aprovado pelo Congresso e que precisa ser sancionado até a próxima quinta-feira (22) pelo governo, a instituição reafirmou que a versão final possui despesas que superam o limite do teto de gastos em R\$ 31,9 bilhões.

Isso correu porque as despesas obrigatórias, como Previdência, foram estimadas para baixo pelo Congresso para abrir espaço para **emendas parlamentares**.

**Arrecadação** em março No relatório, a IFI também divulgou dados preliminares que apontam um crescimento da **arrecadação** federal em março em relação ao mesmo mês do ano anterior, segundo levantamento feito junto ao portal Siga Brasil, do Senado Federal.

De acordo com relatório, a receita líquida do governo central teria sido de R\$ 107 bilhões no mês passado. Considerando dados atualizados pela inflação, o aumento seria de 9,9% em relação a março de 2020. No acumulado do primeiro trimestre de 2020, o crescimento seria de 4,4%, também em termos reais.

A IFI destaca que a **arrecadação** de março reflete os fatos geradores ocorridos em fevereiro, quando as

medidas de restrição à atividade econômica eram menores que as adotadas nos meses de março e abril. O efeito dessas medidas na **arrecadação** só deve aparecer nos dados de abril e maio.

Os dados fechados de março serão divulgados pelo Ministério da Economia ainda neste mês.

"É provável que, a partir de abril, a **arrecadação** tenha sofrido influência das medidas de isolamento e de restrições ao funcionamento de algumas atividades econômicas", afirma a IFI em seu relatório.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Emendas Parlamentares | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Desemprego, PIB - Produto Interno Bruto | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, Dívida Pública

## Afetados pela crise fazem lobby por socorro com impacto de R\$ 250 bi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A equipe econômica e o Palácio do Planalto tentam barrar projetos de lei no Congresso que funcionarão como socorro a setores prejudicados pela pandemia.

A chamada "bomba fiscal" criada pelos projetos de amparo a produtores de eventos, empresas de turismo, donos de bares e restaurantes e agricultores passa de R\$ 250 bilhões.

Até o momento, já foi aprovado o programa que ajuda empresas de eventos, com um impacto de R\$ 243,5 bilhões em cinco anos.

Mas há outros dois, com votação prevista para esta semana, que auxiliarão empresas do setor de bares e restaurantes, turismo e a agricultura familiar. Juntos, vão gerar gastos de mais de R\$ 250 bilhões, a maioria por isenção de impostos e refinanciamento de dívidas.

Aprovado há cerca de dez dias, o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) foi ampliado e acabou englobando praticamente toda a cadeia da produção cultural e do turismo.

Aguarda agora a sanção presidencial e a consequente regulamentação para o início da adesão de cerca de 60 mil empresas contempladas.

O programa define uma indenização para empresas que tiveram redução de 50% de seu faturamento entre 2019 e 2020 devido à pandemia. O valor global dessa ajuda será de R\$ 2,5 bilhões.

Além disso, suspende por cinco anos o pagamento de impostos (PIS, Cofins, CSLL e Imposto de Renda) e permite a renegociação de dívidas tributárias com descontos de até 70% e prazo de até 12 anos. Débitos previdenciários, no entanto, terão prazo menor (cinco anos).

Durante a tramitação, o governo foi contrário a esse projeto, especialmente no que se refere à renegociação das pendências tributárias. Isso porque, já sem recursos no caixa, o Tesouro terá ainda mais perdas de **arrecadação** com essa medida, considerada uma "bomba fiscal", no jargão dos técnicos do Ministério da Economia.

Esse pacote valerá para empresas de hotelaria,

cinemas, casas de eventos, como shows, salões de feiras, festas e bufês. Também inclui **agências de viagens**, transportadoras de turismo, parques temáticos, acampamentos e hotéis, pensões e outros meios de hospedagem.

Assessores parlamentares do Ministério da Economia e do Palácio do Planalto tentaram barrá-lo, afirmando que os trabalhadores desses setores já tinham recebido o auxílio emergencial. Não queriam abrir precedente para programas setoriais, mas foram vencidos.

A relatora do projeto, deputada Daniella Ribeiro (PP-PB), defendeu que esse grupo conta com milhares de empresas e gera 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Na avaliação dela, "o número é maior do que o da indústria automotiva".

Somente o setor de eventos, ainda segundo a deputada, arrecada R\$ 48 bilhões por ano com impostos.

Representantes da categoria, liderada pela Associação Brasileira do Produtores de Eventos, afirmaram aos congressistas terem registrado perdas de mais de R\$ 80 bilhões desde o início da pandemia.

O lobby dos representantes de bares, restaurantes e lanchonetes também surtiu efeito. Tramita um projeto pelo Senado que pretende dar uma ajuda de até R\$ 10 bilhões ao setor, que, durante a pandemia da Covid-19, concentrou esforços nas entregas como forma de evitar a perda total de receitas.

Segundo o relator, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o ritmo lento da vacinação no país está levando diversos estados a decretar medidas mais restritivas, impondo o fechamento do comércio, o que afetará ainda mais a economia e o caixa dos empresários do setor.

A Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) informou empregar 6 milhões de funcionários e faturar o equivalente a 2,7% do **PIB (Produto Interno Bruto)** nacional. Dentre o cerca de 1 milhão de estabelecimentos, 93,4% são de micro e pequenos negócios, a maior parte nas regiões Sudeste e Sul.

O projeto, que tem previsão de votação nesta semana, prevê que essas empresas sejam beneficiadas com um auxílio que varia de R\$ 2.000 a R\$ 3.500 por três meses.

Além disso, suspende a cobrança de tributos federais com a posterior renegociação das dívidas, com descontos de até 70% e prazo de até 12 anos.

Em contrapartida, restaurantes, bares e lanchonetes terão de doar alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na exposição de motivos, o senador compara a iniciativa com a dos Estados Unidos que, segundo o documento, concedeu um crédito tributário de até US\$ 10 mil por funcionário de empresas que tiveram a atividade totalmente ou parcialmente paralisadas em decorrência das medidas adotadas na pandemia.

A agricultura familiar também conseguiu um projeto de lei com deputados da bancada ruralista prevendo uma ajuda de até R\$ 2,2 bilhões para parte das cerca de 4,4 milhões de famílias.

Os autores do projeto, alguns ligados à bancada ruralista, afirmam que a "Lei Assis Carvalho" foi vetada praticamente na íntegra pelo presidente Bolsonaro, fato que deixou milhões de famílias de agricultores familiares sem nenhuma assistência pública durante todo o ano dramático de 2020".

Para eles, a situação tende a se agravar neste ano, "aprofundando-se a crise na base produtora de alimentos da população brasileira onde a agricultura familiar é a principal protagonista".

Sem um novo decreto estendendo o período de calamidade e sem a deliberação de vetos pelo Congresso [inclusive o da Lei Assis Carvalho], os parlamentares decidiram atender ao pleito dos agricultores.

O projeto institui o Fomento Emergencial de **Inclusão Produtiva** Rural para as famílias que estiverem em situação de pobreza. Inicialmente, a União terá de arcar com o pagamento de R\$ 2.500 em parcela única para cada família.

O valor será de R\$ 3.000 quando a líder familiar for uma mulher. O teto será de R\$ 3.500 caso seja necessário a construção de cisternas nas propriedades para a

garantia de acesso à água.

Somente esse auxílio tem um custo estimado de R\$ 550 milhões para o Tesouro.

Também está prevista a criação de uma nova modalidade de crédito rural com até R\$ 1,7 bilhão disponíveis dentro do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Famílias com renda de até três salários mínimos poderão tomar empréstimos sem juros para financiar a produção. Uma pequena parte poderá ser vertida para sua própria subsistência. O valor máximo será de R\$ 10 mil.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) comprará a produção desses agricultores, limitando-se a R\$ 6.000 por família.

Além disso, prevê a prorrogação das dívidas desse grupo por um ano contraídas desde janeiro do ano passado. Abre ainda espaço para renegociação de pendências financeiras com rebates que variam de 50% a 95% do valor principal do período que se estende desde dezembro de 2019 até agora para pagamento em 2022 a 2032, nas condições originais do contrato.

De acordo com assessores do Palácio do Planalto, o lobby tem sido feito por donos de grandes empresas, que conseguem benefícios usando os pequenos como escudo. Até o momento, o governo não conseguiu barrar nenhum desses projetos, mesmo enviando

pareceres contrários sobre a bomba fiscal.

Assessores do chefe da Economia, Paulo Guedes, afirmam que o ministro tenta agora oferecer algum tipo de pacote aos setores que não foram contemplados até o momento como forma de evitar a "bomba fiscal" via Congresso.

Desde que a pandemia deu sinais de que o isolamento e políticas restritivas seriam duradouras, as principais empresas de eventos e de turismo tentaram junto ao governo, principalmente na Economia, um pacote de socorro.

Defendiam que programas de empréstimos com garantias ou taxas de juros mais baixas não seriam suficientes para dar conta das perdas bilionárias geradas pelos cancelamentos de shows, feiras, eventos e dos principais destinos turísticos no país e no exterior.

A equipe econômica, no entanto, resistia a pacotes setoriais porque prioriza o pagamento do auxílio para funcionários. Para as empresas, lançou os programas de crédito.

Diante da resistência e do novo cenário político, em que o governo vem cedendo em troca de apoio de parlamentares do centrão, as empresas viram no Congresso a chance de conseguir socorro.

Caso sejam aprovados, os recursos desses projetos permitiram estender a segunda rodada do auxílio emergencial por mais seis meses. O programa levou

meses para ser negociado pelo governo. Na época, o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) alegou que não havia dinheiro em caixa para que fosse estendido.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SETUR - Secretaria de Turismo - Agências e Operadores de Viagens | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - PIB - Produto Interno Bruto | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural - Inclusão produtiva | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 20/04/21	



## MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS BAIANOS TEM FORTE CRESCIMENTO NO 1º TRIMESTRE, SINALIZANDO A RETOMADA DA ECONOMIA



admin 20 Abril, 2021

Os portos públicos da Bahia registraram um crescimento surpreendente na movimentação de cargas no 1º trimestre de 2021, demonstrando uma nítida recuperação da atividade econômica, especialmente no que se refere aos setores exportadores e aqueles que se valem do comércio por vias internas. Os 3 portos, Aratu, Salvador e Ilhéus, registraram um crescimento de 25% na movimentação de cargas no 1º trimestre de 2021, O Porto de Aratu registrou uma movimentação de 1,76 milhões de toneladas, no 1º trimestre, representando um crescimento de 50% em relação ao mesmo período em 2020. Esse crescimento reflete a base deprimida do 1º trimestre de 2020, quando houve significativa redução dos embarques por causa da pandemia, mas reflete também um maior aumento na atividade econômica em setores que utilizam o porto, como explica o diretor-presidente da Codeba, Carlos Autran Amaral.

“Além das novas estratégias de gestão, otimizando operações, e mais proatividade na busca por novos clientes. De modo geral houve no Porto de Aratu aumento na importação de Nafta, com a movimentação pela Braskem, por demanda, e também de fertilizante e concentrado de Cobre. Com o concerto da linha de importação do Terminal I de granéis sólidos, o Porto de Aratu resgatou carga de concentrado de Cobre, que estavam sendo operadas por terminais portuários privados, os TUPs. A reativação da linha permitiu também que maior quantidade de fertilizante fosse operada”, afirmou Amaral.

O desempenho do Porto de Salvador também foi expressivo já que por ser uma porto de contêineres manteve o crescimento no 1º trimestre de 2020 mesmo na pandemia, e agora em



2021 registra uma movimentação de cargas de 1,34 milhões de toneladas, um crescimento de 7% em relação ao 1º trimestre de 2020. Com isso, o terminal da Tecon/Salvador já representa 43% de toda a movimentação de cargas no Estado da Bahia.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 21/04/21	



## SALVADOR PERDE QUASE 60% DE ISS COM TURISMO E HOSPEDAGEM



admin 21 Abril, 2021

O rombo no orçamento de Salvador já ultrapassou a casa dos R\$ 400 milhões apenas em 2021, sendo que gasta quase R\$ 30 milhões extras por mês contra a pandemia, segundo afirma o prefeito Bruno Reis. O Imposto Sobre Serviço (ISS), que representa 32,6% da receita municipal própria e é uma das principais fontes de arrecadação da cidade, sofreu queda de 21% nos primeiros meses do ano.

No caso específico do turismo e hospedagem, um dos segmentos mais importantes para a arrecadação, o tombo é ainda maior, de acordo com informações do Correio. Chegou a 63% nos dois primeiros meses do ano e fechou o mês de março com queda de 58% em comparação ao mesmo período de 2020. O imposto está diretamente relacionado às atividades comerciais como construção civil, saúde e educação.

O setor hoteleiro é o que registra queda mais nítida. Enquanto, no primeiro trimestre de 2020, o município arrecadou R\$ 5,4 milhões até março, neste ano, o número caiu para apenas R\$ 1,9 milhão. Uma queda de 58%. Tudo isso é por conta das medidas de restrição para combate ao coronavírus, ainda de acordo com o jornal. “Janeiro e fevereiro foram os piores meses, chegamos a um acumulado de perda de 50% em alguns setores, notadamente turismo, hospedagem e atividades afins, que houve uma queda gravíssima. Esses foram os setores mais prejudicados até março, com queda de 63% em relação ao mesmo período do ano passado”, diz a secretária da Fazenda de Salvador, Giovanna Victor

Foto: Valter-Pontes\_SECOM

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 21 e 22/04/2021	Caderno: Economia



# Os recordes da arrecadação federal em março

*Arrecadação alcançou R\$ 137,9 bilhões, com aumento real de 18,49% sobre março do ano passado*

A presença, pelo segundo mês consecutivo, do ministro da Economia, Paulo Guedes, no anúncio da arrecadação tributária da União, ato normalmente cumprido por técnicos da Receita Federal, mostra a importância dada pelo governo aos resultados. São, de fato, números exuberantes.

**Em março, a arrecadação federal alcançou R\$ 137,9 bilhões, com aumento real de 18,49% sobre março do ano passado.** Também o resultado acumulado nos três primeiros meses do ano foi expressivo, tendo alcançado R\$ 445,9 bilhões, com aumento real de 5,64% sobre o resultado do primeiro trimestre de 2021, período ainda não afetado pela pandemia. Os dois números são os maiores para o período desde 1995, quando a Receita adotou os critérios hoje utilizados na aferição da arrecadação.

“Superamos as melhores expectativas de arrecadação de impostos em março”, comemorou Guedes, que destacou os recordes no mês e no trimestre, com aumentos reais expressivos. “Isso mostra que realmente o Brasil se levantou”, completou o ministro. “Foi derrubado pela pandemia, mas se levantou em V (queda acentuada seguida de recuperação igualmente acentuada).”

Segundo a Receita, parte do resultado de março é explicada por fatores não recorrentes, isto é, que não se repetirão nos próximos resultados mensais. Entre esses fatores são apontados os recolhimentos extraordinários de R\$ 10,5 bilhões do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no primeiro trimestre, ante R\$ 2,8 bilhões um ano antes.

Analistas do mercado financeiro apontam também a desvalorização cambial observada até agora, que encareceu o valor dos produtos importados e, assim, fez crescer o valor do tributo sobre eles. Também a valorização, no mercado internacional, de bens importados teve esse efeito.

O ministro da Economia apontou as vendas do comércio e a recuperação do setor de serviços, atingindo ou superando o nível de antes da pandemia, como sinais de que a economia se recupera bem.

A arrecadação de março reflete a atividade econômica em fevereiro. Técnicos da Receita avaliam que a de abril também está tendo bom desempenho. Mas o cenário neste mês ficou mais incerto, com medidas mais fortes para conter a pandemia, o que pode afetar resultados futuros.

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## A nova lei de licitações traz avanços para a concorrência pública?

### Sim Mais segurança jurídica

Há maior preocupação com planejamento e providências anteriores ao certame

**Maria Elisa Marcolin e Ricardo Moraes**

Sócia e integrante da área de direito público de Silveiro Advogados

Doutor em direito (UFRRGS), é sócio e líder da área de direito público de Silveiro Advogados

Foi sancionada com vetos, no dia 1º de abril, a lei 14.133/2021, que reorganiza e estabelece novas normas gerais de licitação e de contratação pela administração pública.

O texto legal sancionado surge em um contexto de racionalização de investimentos públicos e de busca de eficiência e competitividade nas contratações com o poder público. Nesse sentido, a nova lei traz alterações que almejam justamente conferir maior segurança jurídica e racionalidade às contratações, permitindo, também, maior participação dos concorrentes no planejamento do contrato, celeridade no processo e alocação de riscos mais eficiente.

Dentre as principais inovações, pode-se mencionar maior preocupação com o planejamento e com as providências anteriores à licitação. A previsão de um plano de contratações anual tende a possibilitar maior previsibilidade e participação nos certames. A incorporação das figuras do diálogo competitivo e do PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), este até então restrito às concessões de serviços públicos, busca viabilizar o apoio do particular na estruturação da própria contratação pretendida, permitindo que a administração se valha da experiência e do conhecimento técnico científico da iniciativa privada para a identificação e a elaboração de soluções para suas necessidades.

Especificamente no tocante à licitação por diálogo competitivo, já iniciando o processo licitatório, a administração divulgará ao público

as suas demandas e as exigências que precisam ser atendidas. Então, dialogará com os licitantes para o fim de desenvolver, em conjunto com a iniciativa privada, as alternativas aptas à solução dessas necessidades, possibilitando soluções melhores e mais inovadoras. Revele-se, dessa forma, o esforço do legislador em trazer a administração pública para a modernidade e para um ambiente de inovação tecnológica e científica do qual a iniciativa privada já tira proveito.

Sob a perspectiva do licitante, a preferência pela realização de licitações de forma eletrônica e a centralização das licitações no Portal Nacional de Contratações Públicas, assim como a inversão das fases de habilitação de julgamento das propostas, suprem a demanda por mais agilidade, publicidade e competitividade para o certame, ao mesmo tempo em que reduzem os custos de transação e ampliam a possibilidade de controle das licitações.

[...]

A previsão do seguro garantia, com cláusula de retomada para obras de grande vulto, exterioriza a preocupação com o sucesso na execução do contrato. (...) É possível que, em caso de inadimplemento por parte do contratado, a seguradora assumirá a execução da obra e conclua o objeto do contrato

com o sucesso na execução do contrato, suprindo uma deficiência do antigo diploma. Além de aumentar a importância assegurada, é possível que, em caso de inadimplemento por parte do contratado, a seguradora assumirá a execução da obra e conclua o objeto do contrato, possibilitada a subcontratação. Nesse contexto, a norma visa garantir a continuidade da obra e da prestação de serviço em prol da coletividade, mesmo em casos de inadimplemento.

Sob a perspectiva do licitante, a preferência pela realização de licitações de forma eletrônica e a centralização das licitações no Portal Nacional de Contratações Públicas, assim como a inversão das fases de habilitação de julgamento das propostas, suprem a demanda por mais agilidade, publicidade e competitividade para o certame, ao mesmo tempo em que reduzem os custos de transação e ampliam a possibilidade de controle das licitações.

Naturalmente, a nova lei não é perfeita — e nem poderia ter o condão de, por si só, revolucionar a sociedade e a forma como esta se relaciona com o poder público.

Se é verdade que se poderia ter avançado mais em termos de desburocratização nos procedimentos, também é verdade que a possibilidade de controle dos gastos públicos e a segurança jurídica foram aprimoradas, de maneira que a nova lei representa inegável avanço, com ganhos tanto para o poder público quanto para os particulares e para a sociedade em geral.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Foto de macaco carbonizado que integrou trabalho de Lalo de Almeida ganhador do prêmio World Press Photo na categoria Meio Ambiente

### Tétrica

Que a tétrica imagem captada magistralmente pelo fotógrafo Lalo de Almeida permaneça como estandarte para que o mundo nunca se esqueça como tratamos o meio ambiente na era Bolsonaro. E parabéns pelo prêmio. Pena ter sido com a morte.

**Arildo Carneiro Neto** (São Paulo, SP)

### Demissão antiambiental

Com demissão de delegado que cumpriu seu dever, Bolsonaro afronta o Estado\* (Opinião, 16/4). O que mais precisa acontecer para que seja tirado esse cidadão da Presidência? Ele não tem a menor condição ética e moral de exercer nenhum cargo político. Que dizer ocupar a posição de presidente de uma nação.

**Katycia Nunes** (São Paulo, SP)

É o serviço público brasileiro que a Folha e a maioria dos órgãos de imprensa se esforçam diuturnamente para desmoralizar, tentando convencer a sociedade de que é melhor acabar com ele. A inanição por falta de recursos é pior do que essa atitude de Ricardo Salles; a política da precarização tem seus pais e padrinhos.

**Geraldo Gustavo de Queiroz Teixeira** (Palmas, TO)

Este governo rompe todos os limites. É insuportável. É preciso dar um basta.

**Sandro Carvalho** (Curitiba, PR)

Infelizmente, neste governo, quem é competente é punido, e os incompetentes são premiados, numa total inversão de valores. É uma vergonha para o país. O Brasil está isolado do mundo por conta dessa má administração.

**Marilda C. Machado** (São Paulo, SP)

E daí, Folha? Mais um editorial e o ignóbil do mal continua lá. Temos que unir todas as pessoas de bem e expulsar este desgoverno, já.

**Antonio Ferreira de Castilho** (Dois Córregos, SP)

### Futuro?

O artigo de Rogério Cezar de Cerqueira Leite desta sexta ("Era uma vez um país do futuro", Tendências / Debates, 16/4) é digno de ser emoldurado e guardado para mostrar aos nossos netos. Talvez eles nos perguntem por que lhes deixamos esse legado depravável, essa profusão de homens iníteis e amantes de si mesmos.

**Luiz Carlos Vieira** (Indaiatuba, SP)

Ao ler o artigo do Rogério Cezar de Cerqueira Leite senti uma grande melancolia... do que fomos e do que poderíamos ter sido. Agora só nos resta esse pouco sem fundo de mortes e destruição provocadas por um psicopata e sua equipe.

**Martha Tanizaki** (São Paulo, SP)

Os artigos de Fábio Terra ("Bolsonaro, os Bolsonaristas e o Bolsonarismo", Tendências / Debates, 16/4) e do professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite já valeram a assinatura anual do jornal.

**Cassiano Alves Macedo**, professor aposentado (Suzano, SP)

A seção Tendências / Debates desta sexta "está de arrancar sabão do galho". Parabéns.

**Ademar G. Feiteiro** (São Paulo, SP)

### Covid

O comportamento da Índia no enfrentamento da Covid-19 lembra muito o do Brasil — ou, pelo menos, o de algumas de nossas ditadas autoritárias. Lá na Índia, o ministro-chefe afirmou que "ninguém será impedido em nome da Covid-19 de participar de festivais religiosos, pois temos certeza de que a fé em Deus vai superar o medo do vírus" ("Índia vê Covid desaparecer em meio a festival religioso e comícios", Mundo, 16/4). E por aqui? Nuno Marques não age assim?

**Elisabeto Ribeiro Gonçalves** (Belo Horizonte, MG)

### CPI da Covid

Causou-me indignação ler a entrevista do senador Ciro Nogueira ("CPI foi criada para combater político e atingir Bolsonaro", Poder, 16/4). Esse indivíduo é incapaz de responder com seriedade aos questionamentos formulados pelos jornalistas e demonstrados pelos fatos de que a defesa do governo nas ações criminais ocasionadas na gestão da pandemia, tanto pelo presidente Bolsonaro como pelo general Pazuolo. Suas respostas beiram o escárnio.

**Auro C. Oliveira** (São Paulo, SP)

Em 1992, tivemos o impeachment (renúncia) de Collor, "apenas" por corrupção e fraudes. Em 2016, sofrimos o impeachment de Dilma, por "suposto" desrespeito à Lei Orgânica e à Lei de Improbabilidade Administrativa. Em abril de 2021, temos claras conclusões — de comissão da OAB, de juristas nacionais e de comissões e juristas internacionais — de que Bolsonaro cometeu crime contra a humanidade. Como a sociedade brasileira ainda não o retirou do poder — o que provavelmente teria preservado dezenas de milhares de vidas? João Zanetic, professor sênior do Instituto de Física - USP (São Paulo, SP)

### STF e o PT

Pelas últimas decisões do STF, está provado que a corte virou um puxadinho do PT. E houve a famosa "troca com troco". A máscara caiu. Agora podemos sem dúvida dizer que torcem pelo Lula e pelo PT — e, clara, pela corrupção.

**Antonio José Gomes Marques** (São Paulo, SP)

O recado do STF foi claro. O crime compensa e vale a pena. O STF disse também que nosso Judiciário é inútil e que nossos juizes não merecem nenhum respeito nem consideração. Só nos resta a justiça divina.

**André Coutinho** (Campinas, SP)

### Menino assassinado

Muito importante a cobertura da Folha para o caso do garoto Henry. Por mais que seja revoltante e triste esse brutal assassinato de uma criança indefesa, é a mídia que pode ajudar a que se faça justiça. Como sabemos bem, poderosos no Brasil, geralmente não pagam por seus crimes ou conseguem penas brandas. Que os assassinos do menino de quatro anos sejam exemplarmente punidos. Justiça por Henry. Lígia Maria de Oliveira (São Paulo, SP)

## Não Outra oportunidade perdida

Processo continuará incapaz de afastar as assimetrias de informações

**Rodrigo Bertocelli**

Advogado e sócio do Felsberg Advogados nas áreas de compliance, infraestrutura, privatização e saneamento

A nova lei de licitações perdeu uma grande oportunidade de inovar em contratações públicas. O texto da lei nº 14.133/2021 sistematiza uma série de dispositivos das leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, transfere em lei a jurisprudência do TCU (Tribunal de Contas da União), amplia controles, sanções e formalidades. Mas vai resolver o problema?

Penso que não. Seguiremos com um processo de contratações públicas ineficaz e que não será capaz de afastar as assimetrias de informações e ineficiências. Quanto mais complexa a licitação e repleta de critérios formais, menor é o número de interessados e maiores as distorções que conduzirão à seleção adversa: pagar muito por um bem ou serviço público de qualidade inferior. Ainda mais neste momento que precisamos de previsibilidade para a retomada do crescimento econômico.

O legislador buscou com a lei nº 8.666/1993, em resposta aos escândalos de corrupção à época, reduzir a discricionariedade do administrador público no processo de contratações; não eram tão importantes considerações sobre eficiência e custos da licitação, mas a adoção de critérios objetivos e procedimentos formais burocratizados para afastar os oportunistas. Mas não funcionou. O formalismo excessivo deu espaço a um processo licitatório moroso, sobrepreços em razão dos custos de transação, cartéis e contratações antieconômicas para o interesse público, além de não servir

ao combate à corrupção. Não significa dizer que a nova lei de licitações não contemple inovações positivas ou não tenha contribuído na boa sistematização das alterações recentes, como a lei do preço e do RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). A crítica reside sobre a estrutura da nova lei, que mantém colunas do século passado que não resolverão os problemas do cidadão e da infraestrutura, sobretudo de forma inovadora, por meio de uma administração pública de resultados.

A lei nº 14.133/2021 poderia ter oferecido um caminho mais seguro para inovações nas contratações públi-

[...]

cas. Na era do apagão das canetas e da forte influência dos órgãos de controle, sobra pouco espaço para o experimentalismo jurídico por parte da administração pública e oportunidades para as startups. No campo sancionatório, a nova lei apostou no rigor punitivo, ainda que a história recente já tenha demonstrado que o recrudescimento não evita a corrupção. Nesse sentido, ela deve alcançar dois resultados: criar mais definições e aumentar a punição, ampliando os riscos de negócio com o poder público, e fortalecer os órgãos de controle, sobretudo os tribunais de contas. Esse não parece ter sido o melhor caminho para estimular a boa gestão pública e aumentar a eficiência nas contratações públicas brasileiras. Entre as boas novidades destaque o diálogo competitivo e a adoção de programas de compliance para as empresas que contratarem com o poder público. Por outro lado, mais uma vez perdemos a oportunidade de trazer mais racionalidade e pragmatismo às contratações públicas. Novos princípios e uma lei mais complexa não vão resolver o problema das contratações públicas. A solução estava no sentido contrário: um processo mais simples, com decisões transparentes e motivadas, pautadas por critérios adequados ao mercado e com horizontes mais amplos para a inovação. Infelizmente ainda não superamos a crença da lei nº 8.666/93 de que a formalidade e os caminhos prescritos em lei previnem a corrupção.

## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painela@grupofolha.com.br

## Protocolo

A reabertura dos shoppings em São Paulo liberada pelo governador João Doria neste domingo (18) não eliminou a tensão no setor. Para a Abrasce (associação que reúne os grandes empreendedores) e o movimento ainda é baixo. "Operar com 25% da capacidade é difícil. Quase inviável para muitos lojistas", diz Glauco Humai, presidente da entidade. Ele defende mudanças no horário de funcionamento. Na chamada fase de transição o atendimento presencial vai das 11h às 19h.

**VACINA** Na lista de queixas do comércio sobre as medidas do governo para tentar conter a Covid, Humai diz que os movimentos de abertura e fechamento seguidos e as mudanças de horário confundiram o consumidor, além de prejudicarem o planejamento dos lojistas e as folhas de pagamento.

**TERRITÓRIO** Segundo Tito Bessa Junior, dono da rede TNG e presidente da associação de lojistas Ablos, neste domingo (18), as vendas das unidades localizadas no interior do estado de São Paulo tiveram desempenho entre 10% e 15% acima do registrado na capital.

**ZAP** Apesar da liberação do funcionamento das lojas de material de construção, a Tethanorte resolveu manter nas vendas digitais 50% dos funcionários que direcionou para atender clientes pelo WhatsApp na fase emergencial. No período, a empresa elevou de 10 para 280 o número de vendedores focados no app.

**FÍSICO** O resultado vai na contramão da percepção da Anabaco (associação do setor) sobre o comércio online de materiais de construção. Para a entidade, os clientes preferem conhecer esse tipo de produto pessoalmente e ouvir instruções dos vendedores.

**AR** A Eurofarma, uma das fabricantes de remédios do kit intubação prevê alta de 44,5% na oferta de rocurônio em 2021 com 626,5 mil unidades mensais, na projeção até o fim de abril. Para o cloridrato de dexmedetomidina, alta prevista é de 195%, para 175 mil. As ações para elevar a produção na pandemia envolvem investimento de R\$ 22 milhões e contratação de 500 temporários, diz a empresa.

**CANETA** As centrais sindicais não desistiram da campanha pelo aumento do auxílio emergencial e começaram a buscar apoio da indústria. Em uma carta ao governador Doria na semana passada, elas elogiaram os esforços de SP na vacinação e defenderam a volta dos R\$ 600. Além de UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CSB, as indústrias de brinquedos, Abriung, remédios, Sínusfarma, e outros assinaram embaixo.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

## INDICADORES

## JURIS

Mar. em % ao mês | Mínimo | Máximo  
7,73 | 8,00 | 3,89 | 7,89

Cheque especial | Empréstimo pessoal  
Força Procen-SP

## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março  
Autônomo, empregador e facultativo  
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00  
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Doras de casa da baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 abr.

MEI (Microempreendedor)  
Valor mín. R\$ 1.100 | 5% R\$ 55,00

Assalariado  
Até R\$ 1.100 | Alíquota 7,5%  
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 | 9%  
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 | 12%  
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 | 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

**ESPELHO** O chamado efeito batom, como ficou conhecido o consumo de produtos mais acessíveis por indulgência em tempos de crise, deve se transformar em efeito creme de mão. Essa é a tendência que aparece nas projeções da Euromonitor para as vendas no setor de beleza até 2025.

**PENTEADEIRA** Com um faturamento em torno de R\$ 9,5 bilhões em 2020, as vendas de maquiagens caíram 6% no ano passado. A categoria deve ainda enfrentar uma queda média anual de 0,7% até 2025. Enquanto as pessoas ficarem mais tempo em casa sem pintar o rosto, as mãos ressecaram pelo sabonete e o álcool em gel na pandemia.

**HIDRATANTE** Na crise, o creme aparece como opção de consumo acessível, especialmente as embalagens menores, que costumam ser um dos itens mais baratos das marcas de cosméticos. Em 2020, a venda dos produtos de cuidado com as mãos subiu 8%, para quase R\$ 404,5 milhões. Nos cálculos da Euromonitor, a categoria deve crescer, em média, 3,4% por ano até 2025.

**MAIORIDADE** O público mais jovem também embarcou no governo de vida, mercado que o coronavírus ajudou a turbinar em 2020. Segundo a Brasília Seg, do Banco do Brasil, a contratação pelos clientes de 18 a 25 anos cresceu quase 205% em janeiro, na comparação com igual período do ano passado.

**JOVEM** A empresa diz que a mudança no perfil do consumidor diminuiu em dois anos a idade média dos clientes da modalidade. Pelos dados da Susep (Superintendência de Seguros Privados), o mercado de seguros de vida cresceu quase 10% em janeiro deste ano ante o mesmo mês do ano passado. O órgão não tem estatística por faixa etária.

**LUZ** A EDP doa R\$ 4 milhões para o combate da pandemia. Segundo a empresa de energia, foram 3,400 cestas básicas para o Programa Alimentar Solidário do governo de SP. Cerca de R\$ 17 milhão vão para projetos de economia de energia, como lâmpadas LED e painéis solares em hospitais da rede pública de SP.

## Orçamento travado faz governo pagar só 17% dos recursos previstos para Covid

Auxílio e programas de emprego e de crédito atrasam; Bolsonaro tem até quinta (22) para sancionar texto e tende a optar por vetos parciais

Fábio Pupo e Daniel Carvalho

**BRASÍLIA** Os impasses vividos por governo e Congresso nas discussões orçamentárias afetaram a execução das medidas ligadas à Covid-19.

Até agora, a União executou apenas 17% do valor mínimo calculado pela equipe econômica como necessário para combater a crise em 2021.

O cenário é agravado pela demora na sanção do Orçamento, situação gerada por uma batalha entre congressistas e equipe econômica e que tem travado uma série de medidas.

Segundo diferentes membros do governo ouvidos pela Folha no fim de semana, a tendência é que Jair Bolsonaro opte por vetos parciais no texto para resolver o imbróglio. O prazo vai até quinta (22).

Até lá, as medidas devem seguir em grande parte paralisadas enquanto a equipe econômica pensa em saídas para liberar os recursos sem agredir diferentes regras fiscais e sem a decretação do estado de calamidade pública — que permitiria gastos de forma mais ampla, o que o ministro Paulo Guedes (Economia) quer evitar.

Outras medidas já observadas após Executivo e Legislativo ignorarem a Covid-19 no Orçamento de 2021. Agora, precisam criar as medidas por créditos extraordinários

— instrumentos que ficam fora do Orçamento e são permitidos pela Constituição só em casos imprevisíveis e urgentes.

A situação se complica pelo fato de técnicos da Economia sentirem insegurança na criação das medidas, por verem possíveis controvérsias no uso do instrumento.

Um dos motivos é justamente o fato de o crédito extraordinário só ser permitido em casos imprevisíveis e urgentes. Como a Covid-19 é um problema vivido pelo país desde o começo de 2020, liberar os instrumentos fora do Orçamento em 2021 pode enfrentar questionamentos por parte de órgãos de controle.

Agrava a situação a própria falta de sanção do Orçamento. O texto tem uma série de problemas — como a subestimativa de gastos obrigatórios, o que deu espaço a emendas parlamentares.

Bolsonaro tem de decidir se sanciona o Orçamento como está, ariscando uma acusação por crime de irresponsabilidade; ou se vota ao menos parcialmente a proposta, desagradando ao Congresso.

De qualquer forma, enquanto a peça ainda está em aberto, fica reforçada a tese de que poderiam ser feitas modificações nos números para acomodar a Covid dentro as despesas tradicionais. Ou seja, um cenário em que não se

+ MEDIDAS AFETADAS

Auxílio emergencial

50 teve R\$ 44 bi liberados após respaldo da PEC Emergencial.

Pagamento só começou no dia 6

Programa de empregos

Equipe econômica tem insegurança de assinar medida, já que recursos seriam liberados por crédito extraordinário (que só podem ser criados em casos imprevisíveis).

Como Covid chegou em 2020, há dúvidas da aceitação por órgãos de controle

Programa de crédito (Pronampe)

Mesma situação do programa de empregos

configuraria o requisito da imprevisibilidade para criar créditos extraordinários.

O governo tentou dar segurança às medidas com uma PEC que liberaria medidas específicas de atender regras fiscais — inclusive a exigência de imprevisibilidade e urgência para abrir os créditos extraordinários demandados.

Mas a proposta perdeu força depois que a ala política quis embutir no texto também a liberação de até R\$ 18 bilhões para obras. Com isso, medidas seguem travadas. Uma das mais demandadas é o programa de manutenção do emprego, que demandará R\$ 10 bilhões.

A medida vem sendo pedida por empresários há meses, por permitir corte de salário e jornada ou suspensão de contratos. Os empregados afetados receberiam dos cofres públicos um benefício emergencial (batizado de BEM).

Também segue travado o envio de R\$ 7 bilhões do Tesouro para o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas).

A demora nas discussões afetou até o auxílio emergencial deste ano, iniciativa que chega a mais de 40 milhões de pessoas para compensar a menor renda em um momento com necessidade de distanciamento social. Os valores só começaram a ser pagos à população em 6 de abril.

Isso ocorreu após governo e Congresso passarem boa parte do segundo semestre de 2020 pensando em um programa social para ser pago após o término do auxílio de 2020.

A ideia era ampliar o Bolsa Família com a revisão de despesas (como outros programas sociais), mas, diante de resistências — inclusive de Bolsonaro —, a medida não foi criada. O Orçamento de 2021 ficou sem o novo programa e sem o auxílio emergencial.

Após novas discussões em 2021, a solução acabou sendo liberar o auxílio com crédito extraordinário com respaldo da PEC Emergencial, que trouxe um parágrafo com até R\$ 44 bilhões aos vulneráveis fora das limitações orçamentárias.



Consumidores passam à frente de loja vazia na rua Oscar Freire, neste domingo (18), primeiro dia da chamada fase de transição em SP, no dia 24, reabrem atividades como restaurantes e salões de beleza. Ronny Santos/Folhapress

## Comércio reabre em SP com movimento nas ruas e shoppings, mas vendas em baixa

Daniela Arcanjo

**SÃO PAULO** O paulistano matou a saudade de loja e compareceu aos principais centros de comércio neste domingo (18), primeiro dia da fase de transição anunciada na sexta (16) pelo governo de São Paulo. As vendas, porém, ficaram bem abaixo das registradas em um domingo normal, segundo o relato de lojistas.

A reportagem visitou a rua 25 de Março, centro popular de compras da capital, a Oscar Freire, conhecida por abrigar lojas de grifes e artigos de luxo, e o Shopping Cidade São Paulo, na avenida Paulista.

Desde este domingo, ficou permitida a abertura para o setor de comércio, das 11h às 19h, além de cultos religiosos. No próximo sábado (24), rea-

brir as lojas de serviços, como restaurantes, salões de beleza, academias e atividades culturais, além de parques.

Tito Bessa Júnior, presidente da Ablos (Associação Brasileira dos Lojistas Satélites), diz que a média de vendas foi de 40% de um domingo normal. "Temos alguns 'ofensores' para esse resultado ruim: restaurantes e praças de alimentação sem funcionamento, idem para cinemas. Tudo isso contribui para uma redução de fluxo além dos 25% máximos permitidos", afirma.

Havia bastante movimento nas ruas, especialmente na 25 de Março, onde foram vistas pessoas sem máscara.

Ondamar Antônio Ferreira, 49, gerente da loja matriz dos Armarinhos Fernando, diz que o movimento foi

quase 70% menor em relação a domingos normais, antes da pandemia.  
Na Oscar Freire, Bruna Biazzi, 30, que mantém a loja Bendog, com acessórios para cachorros, na Galeria Oscar, conta que clientes até às 16h40. O número é 40% inferior ao de um domingo normal.  
Apesar de as vendas terem ficado aquém das expectativas, ela diz ter visto a movimentação próxima de um domingo normal. "Eu acho que as pessoas estavam com vontade de ir para a rua", afirma.  
O Shopping Cidade São Paulo tinha diversas lojas vazias. Apesar disso, os corredores e escadas rolantes estavam com movimento no início da tarde. A praça de alimentação ainda não pode funcionar.

“

Temos alguns 'ofensores' para esse resultado ruim: restaurantes e praças de alimentação sem funcionamento, idem para cinema

Tito Bessa Júnior presidente da Ablos (Associação Brasileira dos Lojistas Satélites)

Colaborou Bruna Narcizo, de São Paulo

## mercado

## É uma irresponsabilidade matar o teto

Minimizar os custos de 'enterrar' as regras fiscais é um verdadeiro crime de responsabilidade

Solange Srour

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUCRio

Sempre que a situação fiscal se torna uma restrição ao aumento de gastos, grupos de pressão organizados propõem um rearranjo das contas públicas sem explicar muito bem o caminho a seguir.

Críticos do teto de gastos vêm agora à imprensa exaltar que este está morto, só falta ser enterrado. Tentam fazer colar a ideia de que a regra fiscal, criada em 2016, abortou o crescimento, não foi capaz de reequilibrar as contas públicas, tampouco conseguiu explicitar a rigidez dos gastos obrigatórios e a necessidade de reformas.

Infelizmente, depois da aprovação do projeto de lei que finalmente viabilizará a sanção do Orçamento deste ano, o te-

to de gastos ficou mais fragilizado. Não devido ao fato de que todas as despesas relacionadas ao combate da pandemia em 2020 passarão a ser contabilizadas fora do teto e da meta de primário, mas sim pelo fato de não haver nenhuma limitação de seu valor. Ainda que o ministro da Economia diga que o montante deve ficar circunscrito a cerca de R\$ 100 bilhões, ante quase R\$ 500 bilhões do ano passado, não há a menor garantia.

Depois do balão de ensaio da PEC fura-teto, que iria destinar R\$ 18 bilhões para obras fora da regra fiscal, como não duvidar de que parte do orçamento do Ministério da Saúde sairá do teto justamente para

abrir espaço às emendas parlamentares que brotaram a partir da subestimação de despesas obrigatórias? Tal desconfiância parece fazer sentido diante de uma insuficiência no Orçamento aprovado de cerca de R\$ 25 bilhões para cumprir o teto, mesmo depois de todas flexibilizações feitas pelo Congresso.

É chocante que, depois da extraordinária expansão fiscal do ano passado, a qual evitou uma recessão da ordem de 10% do PIB, não questionemos como isso foi possível sem gerarmos uma prolongada fuga de capitais. Foi somente a enorme liquidez internacional a responsável por esse feito? Ou será que a existência do teto de

gastos, a aprovação da reforma da Previdência, o fim dos subsídios que passavam por fora do Orçamento até 2016, entre outras medidas, fizeram a diferença? A Selic pôde alcançar 2%, simplesmente por falta de opção aos investidores?

Não é difícil imaginar que, sem o teto, a crise seria muito mais profunda, e os números mostram isso: antes da aprovação do teto, em 2016, a Selic era de 14,25%, a inflação estava acima de 10%, o PIB estava acumulado em cerca de -5%, e o desemprego girava em torno de 11%.

Além de ignorar a brutal redução do risco-país e suas consequências sobre a inflação e os juros, os críticos do teto me-

nosprezam a concreta realidade: qualquer gasto, dentro ou fora do teto, precisa ser pago com emissão de dívida.

É verdade que vários países continuam se endividando de forma acelerada, mesmo com a economia já se recuperando, como os EUA. No entanto, estes gozam de juros reais menores do que a taxa de crescimento do PIB, o que diminui o ritmo de crescimento da dívida ao longo do tempo.

No entanto, as coisas não são tão simples para o Brasil. Chegaremos ao fim de 2021 com uma dívida de 90% do PIB, e estamos há mais de três décadas com um crescimento do PIB muito inferior à nossa taxa de juros real. Se não colocarmos nossa dívida em trajetória declinante, seremos vistos como insolventes. O fim do teto, implicará ou explicitamente, só acelerará esse processo e aumentará o peso do ajuste necessário para as futuras gerações.

A situação pós-pandemia é dramática. Partindo desse nível de dívida e de um déficit primário de 4% do PIB, cumprir

o teto de gastos não é mais suficiente para reduzir a dívida/PIB. Supondo uma hipótese benigna da manutenção dos juros reais em 2,5% e crescimento do PIB de 2,5%, seria necessário um ajuste de cinco pontos do PIB para estabilizar a dívida em 90%. Mesmo com o teto, isso não ocorreria nos próximos cinco anos.

Se quisermos abrir algum espaço fiscal a fim de enfrentar novas crises como conseguimos com a pandemia, teremos de colocar a dívida em trajetória declinante. Para tal, seria necessário manter o teto e também recompor a carga tributária.

Política fiscal é dinâmica, e sua avaliação não pode ser feita sem pensarmos no contrafactual. Não foi apenas o cenário internacional que nos permitiu assumir muito mais dívida sem grandes preocupações. Foi o teto também! Sem ele, não teremos mais defesa para enfrentar a próxima crise. Minimizar os riscos e os custos de "enterrar" as regras fiscais é um verdadeiro crime de responsabilidade.

| DOM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecilia Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srour | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

## Pandemia afunda mais economia e eleva inflação e pobreza na Argentina

Além das consequências da Covid, país terá de renegociar dívida de US\$ 45 bi com FMI neste ano

Peter S. Goodman e Daniel Politi

LONDRES E BUENOS AIRES | THE NEW YORK TIMES. Antes da pandemia, Carla Huanca e sua família faziam melhorias modestas, mas importantes, em seu pequeno apartamento numa favela de Buenos Aires.

Ela trabalhava como cabeleira. Seu companheiro cuidava de um bar em uma boate. Juntos, eles levavam para casa cerca de 25 mil pesos por semana (R\$ 1,500) — o suficiente para construir um segundo andar em sua casa, criando espaço extra para os três filhos. Eles também iam rebocar as paredes. "Então tudo fechou", disse Huanca, 33. "Ficamos sem nada."

Em pleno lockdown, a família precisou de empréstimos de emergência do governo para pôr comida na mesa. Eles se resignaram às paredes sem reboco. E gastaram com serviço de internet sem fio para que as crianças continuassem estudando remotamente.

"Gastamos todas as nossas economias", afirmou Huanca.

A devastação econômica global que acompanhou a Covid-19 foi especialmente dura na Argentina, país que entrou na pandemia já em crise profunda. Sua economia encolheu quase 10% em 2020, terceiro ano seguido de recessão.

A pandemia acelerou o êxodo de investimento estrangeiro, que derrubou o valor do peso. Isso aumentou o custo de importações como alimentos e fertilizantes e manteve a inflação acima de 40%. Mais de 40% dos argentinos estão mergulhados na pobreza.

Pairando sobre a vida nacional está uma renegociação inevitável no fim deste ano com o FMI (Fundo Monetário Internacional), instituição que os argentinos em geral detestam por ter imposto uma paralisante austeridade fiscal como parte de um pacote de ajuda, 20 anos atrás.

Com suas finanças públicas arrasadas pela pandemia, a Argentina precisa elaborar uma nova agenda de pagamentos de US\$ 45 bilhões ao Fundo. Esse é o resultado do mais recente socorro e o maior na história da instituição — um pacote de US\$ 57 bilhões emprestados à Argentina em 2018.



Favela em Buenos Aires, na Argentina, cuja economia retrocedeu quase 10% em 2020; mais de 40% da população está na pobreza



Voluntária em cozinha comunitária em favela em Buenos Aires; inflação acima de 40% colaborou para o aumento da pobreza no país. Fotos Sarah Pabst/The New York Times

Agora sob nova direção, o Fundo reduziu sua tradicional reverência pela austeridade, aliviando em parte o nervosismo habitual. Mesmo assim, as negociações certamente serão complexas e politicamente tempestuosas.

O governo argentino, liderado pelo presidente Alberto Fernández, nada em discórdia antes da eleição de seu mandato em outubro. O governo enfrenta um duro desafio da esquerda, com Cristina Kirchner — ex-presidente e atual vice-presidente — pe-

dindo uma posição mais combativa com o FMI.

As empresas comentam que o governo falhou em apresentar uma estratégia capaz de gerar crescimento sustentável. Livrar a Argentina da estagnação e da inflação é um objetivo que escapa aos líderes do país há décadas. Em um país que declarou a moratória da dívida externa nada menos que nove vezes, o otimismo acompanha constantemente as fortunas nacionais, limitando os investimentos. "Não há plano, não há cami-

no a seguir", disse Miguel Kiguel, ex-secretário das Finanças e que dirige a consultoria Econviews. "Como fazer as empresas investir? Ainda não há confiança."

O governo aposta nos méritos de uma relação mais cooperativa com o FMI, tentando garantir um acordo com a instituição que poupe o governo dos duros cortes orçamentários e permita que ele gaste para promover o crescimento.

Tais esperanças teriam sido irreais antigamente. Da Indonésia à Turquia e à Argen-

tina, Martin Guzmán, que estudou com Stiglitz.

Na superfície, seu governo representa um retorno ao pensamento que animou a avidez pública argentina desde os anos 1940, sob a liderança de Juan Domingo Perón. Sua Presidência se caracterizava pela firme autoridade do Estado, a generosidade pública com os pobres e o desprezo por considerações orçamentárias.

Os políticos peronistas desde então desejaram ajuda em comunidades pobres e gastaram à vontade, pagando as contas com a impressão de pesos. Isso frequentemente produziu uma inflação galopante, crise e desespero. Os reformistas assumiram o poder de forma intermitente, com mandatos para restaurar a ordem fiscal cortando os gastos públicos. Isso enfureceu os pobres, depositando as bases para o próximo levante peronista.

O presidente anterior, Mauricio Macri, assumiu como a suposta solução para esse ciclo de altos e baixos. Os investidores internacionais o comemoraram como a vanguarda de uma nova abordagem tecnocrática à governança.

Mas Macri exagerou ao explorar sua popularidade com os investidores. Ele pegou empréstimos exuberantes, enquanto se indisponha com os pobres com cortes em programas do governo. Sua onda de dívida combinada com mais uma recessão obrigou o país a se submeter à humilhação máxima — pedir ajuda ao FMI.

Dois anos atrás, os eleitores rejeitaram Macri e elegeram Fernández, um peronista. Alguns sugeriram que Fernández poderia adotar uma posição dura com os credores. Mas seu governo se mostrou pragmático, conquistando a confiança do FMI, enquanto mantinha a ajuda aos pobres.

O problema mais pernicioso continua sendo a inflação, realidade que ataca empresas e famílias, aumentando a tensão sobre os preços comerciais e os preços dos alimentos.

Na favela ao sul de Buenos Aires, o companheiro de Huanca havia recuperado o emprego na boate, mas o aumento da comida e do combustível efetivamente reduziu sua renda.

Então veio uma onda de casos de Covid em seu bairro. O governo impôs novas restrições, por temer variantes que se espalham rapidamente no vizinho Brasil. O patrão de seu companheiro reduziu suas horas de trabalho, cortando seu pagamento pela metade.

"Estou com medo do que poderá acontecer agora", disse ela. "Todo o mundo está muito preocupado".

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Política ambiental

Empresários que participaram da reunião virtual com Bolsonaro e dez ministros organizada pela Fiesp nesta terça-feira (20) saíram frustrados com a performance de Ricardo Salles. Segundo alguns dos presentes, o titular do Meio Ambiente falou como se o Brasil andasse muito bem na área, e o problema estivesse nas mãos dos estrangeiros. A avaliação da elite do setor privado é que, às vésperas da Cúpula do Clima, Salles ainda não tem a postura esperada.

**TENTE OUTRA VEZ** Foi marcada uma nova reunião na quarta (21) para que o ministro fale, de novo, com os empresários sobre a questão ambiental. A ministra Tereza Cristina (Agricultura) e o negociador da agenda climática Leonardo Athaide, diretor do departamento de meio ambiente do Itamaraty, são esperados.

**SATISFAÇÃO** Outra impressão deixada pelo governo nos empresários foi a de que Bolsonaro fez uma introdução curta e colocou cada ministro fazendo uma espécie de prestação de contas, enumerando realizações, mas ninguém falou o suficiente de futuro.

**PLATEIA** Participaram do encontro nomes como Abílio Diniz (Península), André Gerda (Gerda), André Esteves (BTG), Elie Horn (Cyrela), Rubens Ometto (Cosan), Wesley Batista Filho (JBS) e outros.

**LUTO** Emília Haydee Fricke, a dona do Bar da Haydee, boteco encravado em um trecho degradado da av. Nove de Julho, frequentado por gerações de ex-alunos da FGV, morreu na quinta (15), aos 75 anos. Haydee era conhecida por ler como "sem tesão não há solução". Após um AVC em 2018, a saúde enfraqueceu, pegou Covid e morreu na Santa Casa, diz a filha, Cecília Fricke.

**LEMBRANÇA** "Era sinônimo de democracia, de respeito à diversidade. A alunos vindos do interior como eu, eram acolhidos como filhos", afirma Clodoaldo Pelissioni, estudante da turma de 1993, que foi secretário dos Transportes Metropolitanos de São Paulo.

**CERVEJA** Calouro em 2001, o hoje diplomata João Zanini, esteve com Haydee pela última vez em 2020. "Foi no Bar da Haydee que muitos tiveram o primeiro contato com a política fora de casa, com rodas de MPB, de amor bom e com o amor sofrido", diz.

**LAR** Para Rafael Furlanetti, sócio da XP que se formou em 2008, ela deixou um legado de carinho. "Aquele abraço gostoso, aquela risada única que contagiava. Para quem veio para São Paulo estudar, eram momentos em que você sentia ter um ombro amigo", afirma.

**DUAS VIAS** Enquanto esperam apoio federal, o SindResBar (sindicato de bares e restaurantes), a Alshop (associação de lojistas) e a CNTUR (de turismo) foram ao governo de SP nesta terça (20) para pedir parcelamento das dívidas tributárias estaduais.

**DIGESTÃO** Segundo o vice-presidente jurídico do SindResBar e da CNTUR, Carlos Dias, a crise impediu as empresas de pagar o ICMS em dia. "É fundamental um parcelamento de longo prazo, com a exclusão de multas e juros, principalmente das parcelas que venceram na pandemia", diz.

**TEMPO** Investidores que observam o movimento da empresa de negócios digitais Infracommerce, que deve estrear na Bolsa no fim do mês, consideraram curto o tempo mínimo para membros da diretoria estatutária exercerem a opção de compra das ações reservadas a eles na companhia.

**RELÓGIO** Em programa apresentado pela Infracommerce, o prazo é de um ano a partir de 25 de fevereiro. Além disso, a partir desse período, e contando que tenham se passado 180 dias após a abertura de capital, os membros poderão vender seus papéis. Na avaliação de especialistas, a condição remete a uma espécie de bônus. Procurada pela coluna, a Infracommerce não comenta.

**BRONZEADO** A brasileira Órgo Energia, de fazendas solares, vai receber um aporte de R\$ 166 milhões do fundo de capital sustentável Blue like an Orange, segundo a empresa. Pelo acordo, que alia dívida e participação, a companhia pretende elevar a capacidade de 50 MW para 100 MW até o fim do ano. A Órgo Energia tem acionistas como TPG e Mitsui.

**IGNIÇÃO** A Mercedes-Benz vai abrir na quinta (22) mais um programa de aceleração de startups sobre mobilidade com a Liga Ventures, aceleradora parceira da montadora há cinco anos. O projeto vai selecionar jovens empresas para oferecer mentorias de executivos da Mercedes. A empresa busca inovações em áreas como sustentabilidade, logística e digitalização.

com Mariana Grazzini e Andressa Motter

INDICADORES

**JUROS**  
Abr, em % ao mês | Mínimo Máximo  
7,73 8,00  
3,89 7,89  
Cheque especial Empréstimo pessoal  
Fonte: Procon-SP

**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**  
Competência abril  
Autônomo, empregador e facultativo  
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00  
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71  
O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Doras de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 17 mai.

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

**Assalariado**  
Até R\$ 1.100 Aliquota 7,5%  
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%  
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%  
De R\$ 3.305,23 a R\$ 4.433,57 14%  
O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 mai. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

**IMPOSTO DE RENDA**  
Em R\$ Aliquota, em % Deduzir, em R\$  
Até 1.903,98 Isento  
De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80  
De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80  
De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13  
Acima de 4.664,68 27,5 869,36

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**  
Considerando o piso na capital e Grande SP  
R\$ 1.252,48 Valor, em R\$  
Empregado 96,22  
Empregador 250,46  
O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7 mai. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisão do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% a 9%. Para o salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

# Segunda onda agrava mais a situação social do Brasil, diz economista da OCDE

Responsável por análises do país, Jens Arnold afirma que principal entrave para crescimento é a estagnação da produtividade

ENTREVISTA  
JENS ARNOLD

Thiago Resende

BRASÍLIA Responsável pelas análises sobre o Brasil, Jens Arnold, economista da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), disse que renovar em 2021 todas as medidas de emergência adotadas no primeiro ano de pandemia não é fácil e implica escolhas difíceis entre apoiar uma economia ainda fraca e retomar o ajuste fiscal.

"Muitas pessoas ainda precisam de ajuda, mais de um ano após a Covid-19 chegar ao Brasil. E a segunda onda da pandemia agrava ainda muito mais a situação social", afirmou em entrevista à Folha.

Para ele, o Brasil elaborou um dos pacotes fiscais mais fortes da América Latina no combate à crise, mas essa conta complica ainda mais as finanças públicas. Por isso, sugere mudanças no sistema tributário, como corte de subsídios e desonerações fiscais.

A OCDE recentemente adotou uma medida pouco comum: criou um grupo de monitoramento sobre o combate à corrupção no Brasil após o fim da Lava Jato. "O tema da corrupção e da governança tem muito a ver com prioridades fiscais e aumentos na eficiência dos gastos".



Divulgação/OCDE

Jens M. Arnold, 46

É economista sênior da [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], responsável pelas análises sobre o Brasil e a Argentina desde setembro de 2012. De 2004 a 2006, trabalhou no Banco Mundial.

**Qual sua avaliação sobre o combate à Covid-19 no Brasil? As medidas econômicas e políticas adotadas foram, na sua opinião, suficientes quando comparadas com o que outros países fizeram? O governo brasileiro elaborou um dos pacotes fiscais mais fortes da América Latina.**

Os trabalhadores formais podiam se beneficiar de um regime de trabalho em horário reduzido em que o governo pagava parte de seus salários e, assim, sem empregadores poderiam manter os [contratos de] empregos. Além da criação de um benefício de emergência inteiramente novo para os informais, o auxílio emergencial. Teve também ajuda a empresas, medidas de crédito.

No conjunto, uma resposta econômica muito parecida às medidas adotadas por outros países no mundo inteiro.

**Em 2021, apesar do auge no número de casos e mortes por Covid-19, o Ministério da Economia tem evitado abrir o cofre. Por isso, adota medidas não tão amplas como no ano passado. Essa é a maneira mais adequada de lidar com a crise? A conta que o Estado terá de pagar como legado da Covid-19 complicará ainda mais as finanças públicas, que já estavam complexas antes da crise.**

A dívida pública aumentou de maneira significativa. Diante disso, dar continuidade a todos os benefícios de emergência não é fácil e implica escolhas difíceis entre apoiar uma economia ainda fraca e retomar o ajuste fiscal.

Ainda há muitos que perderam o emprego com a pandemia e não conseguiram encontrar trabalho desde então. Muitas pessoas ainda precisam de ajuda, mais de um ano após a Covid-19 chegar ao Brasil. E a segunda onda da pandemia agrava ainda muito mais a situação social. São escolhas difíceis em tempos difíceis.

**Como resolver esse dilema Brasil? A carga tributária no Brasil já é tão alta quanto nas economias avançadas.**

Além disso, o próprio sistema tributário do Brasil precisa de reforma, pois faz pouco para reduzir a desigualdade e suas regras complicadas pesam sobre a produtividade. Mas um olhar mais atento sobre os gastos públicos do Brasil revela uma série de ideias. Os atuais subsídios, desonerações fiscais, regimes fiscais especiais e outras despesas fiscais custam quase 5% do PIB [Produto Interno Bruto] em receitas perdidas. Esse é um valor semelhante ao que o Brasil gasta com educação.

Embora algumas reduções [nos benefícios tributários] tenham sido alcançadas nos últimos anos, tocar nessas despesas é muitas vezes politicamente desafiador, mas ainda mais importante agora na esteira da Covid-19. O Legislativo terá de colaborar nos esforços para tornar o gasto público mais eficaz.

**O PIB do Brasil recuou em 2020 e, de acordo com ranking preliminar da agência de classificação de risco Austin Rating, o país saiu da lista de dez maiores economias do mundo. Há alguns anos o Brasil havia assumido uma posição de nação promissora. Por que o Brasil deixou escapar a chance de estar entre as maiores nações do mundo? No Brasil, o principal problema para o crescimento é que a produtividade tem ficado estagnada ao longo das últimas décadas.**

Até agora, isso passou despercebido por causa de mudanças favoráveis, que permitiram que o PIB crescesse sem crescimento de produtividade.

A produtividade terá de se tornar o principal motor do crescimento do país, mas isso exigirá uma agenda ampla de reformas. O Brasil tem feito progresso nas políticas econômicas, mas também tem muitas políticas que atrapalham o crescimento e que poderiam ser melhoradas. Por exemplo, é difícil encontrar um sistema tributário mais complexo que o brasileiro.

Isso é agravado pela fraca concorrência externa. O Brasil ainda é uma das economias mais fechadas no mundo, com muitos setores protegidos por barreiras comerciais.

**O presidente Jair Bolsonaro tem sido criticado internacionalmente pela postura dele em relação ao coronavírus. Como o senhor avalia a imagem do Brasil atualmente? Essa visão negativa sobre o governo brasileiro pode afetar investimentos? Não sou a pessoa mais adequada para falar da imagem do Brasil. Acho que a coisa mais importante para avançar com a recuperação econômica hoje é o combate à pandemia, com um avanço rápido da vacinação. E ao mesmo tempo ter coragem para fazer reformas que ajudem no crescimento e que melhorem o clima de negócios.**

**Um auxílio emergencial de R\$ 150 a R\$ 375 é suficiente para atender às demandas dos mais pobres num cenário de crise econômica e hospitais lotados? É importante proteger a renda das famílias vulneráveis nestes tempos difíceis, sem dúvida.**

Em termos gerais, manter as transferências e aperfeiçoar seu direcionamento é uma boa ideia. Mas também vai ser importante mandar um recado de que o ajuste fiscal vai retomar depois da crise.

A queda das taxas de juros nos últimos anos abriram um espaço fiscal importante. Isso pode financiar coisas boas, como melhoras no âmbito da proteção social. É importante preservar esse espaço.

**Com o encerramento de investigações do caso Lava Jato, a OCDE adotou uma medida pouco comum: criou um grupo de monitoramento sobre o combate à corrupção no país. Na sua visão, houve retrocesso nessa área no Brasil nos últimos anos? Eu não faço parte do grupo que adotou essa medida. Mas o tema da corrupção e da governança tem muito a ver com prioridades fiscais e aumentos na eficiência dos gastos.**

Aumentar a eficiência dos gastos não será possível sem tirar partido dos notáveis progressos alcançados na luta contra a corrupção e os crimes econômicos.

**O Brasil tem dado passos adiante para ingressar na OCDE. O retrocesso na economia pode atrapalhar o plano do país? O Brasil tem dado muitos passos adiante. Hoje, o Brasil é o país não membro com a maior participação nos comitês e no trabalho da OCDE. Na economia, a pandemia causou retrocessos econômicos no mundo inteiro. A decisão sobre o pedido oficial de acesso à organização vai ser uma decisão política dos países-membros da OCDE.**

A pandemia exigiu adaptações. O ensino por meios digitais é um exemplo. Em um país tão desigual como o Brasil, esse método de ensino pode ampliar a desigualdade? Pode, sem dúvida. É um fenômeno que a gente está vendo no mundo inteiro, não somente no Brasil.

Alunos que têm acesso a ferramentas digitais, que vivem em ambientes privilegiados, sofreram muito menos com as escolas fechadas do que outros. Este vai ser um grande desafio para o futuro, recuperar o tempo perdido, evitar que mais jovens abandonem a escola. Vai requerer um esforço adicional nos próximos anos.









Saída. O Palácio Guanabara, sede do governo do estado. Secretária de Fazenda e especialistas estudam medidas de austeridade como contrapartida para conseguir estender pagamento de dívidas

# SOCORRO A LONGO PRAZO

## Estado vai propor ajustes para aderir em maio a novo plano de ajuda federal

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES  
luz.magalhaes@oglobo.com.br

### MEMÓRIA

#### Saída para conter greves, salários atrasados e déficit bilionário

Depois de ficar três anos sem pagar suas dívidas com a União beneficiado pelo Regime de Recuperação Fiscal em vigor desde setembro de 2017, o governo do estado se prepara para aderir a um novo modelo que vai exigir mais medidas de austeridade. Para selar outro acordo com o governo federal que permitirá o pagamento dos débitos em parcelas mais baixas por até 30 anos, o Palácio Guanabara pretende apresentar, em maio, um plano de controle de gastos. Entre as propostas em estudo, estão a exigência de idade mínima e tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria de seus servidores, assim como já existe em nível federal com a Reforma da Previdência, e o fim das promoções automáticas de carreira, a cada três anos.

O pacote com todas as medidas listadas para entrar no novo acordo da União, regulamentado na última terça-feira por decreto do presidente Jair Bolsonaro, será enviado à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Também

O Estado do Rio vivia seu inferno astral em 2017 quando deu o primeiro passo para entrar no Regime de Recuperação Fiscal. Com os salários dos servidores atrasados, hospitais desabastecidos, um déficit de R\$ 26 bilhões e uma greve de policiais civis, a Assembleia Legislativa apro-

estão sendo analisados mais cortes de incentivos fiscais e a fixação de um teto de gastos. Os deputados estaduais terão até um ano para analisar e aprovar o projeto.

Mas, antes disso, o Rio já começa a usufruir dos benefícios. Enquanto os projetos não são votados e acertados outros detalhes do acordo, o pagamento da dívida com a União, um dos fatores que mais pesam nas contas do Rio, será suspenso. Apesar de ainda

vou, em meio a muitos embates, a venda da Cedae em fevereiro daquele ano. Era condição indispensável imposta pela União para que o governo fluminense recebesse ajuda federal. Naquele momento, estava em vigor um decreto de calamidade financeira.

Só em junho, o então governador Luiz Fernando Pezão assinou a lei que autorizava a adesão ao regime, que traria um alívio ao caixa estadual de R\$ 62 bilhões em três anos e a possibilidade de acertar as folhas do funcionalismo. Com o ajust-

mantido no regime atual graças a um liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), o estado voltou a arcar, desde setembro, com os juros dessas dívidas. Até agora, mesmo em plena crise financeira, já pagou ao governo federal R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão apenas entre janeiro e abril deste ano.

— Serão medidas difíceis, mas necessárias, que serão discutidas com a sociedade. No regime atual, o Rio teria que pagar R\$ 60 bilhões até

2023, sendo R\$ 5,7 bilhões só este ano. Para se ter uma ideia, R\$ 60 bilhões é com o que contamos, líquidos, para administrar o estado por ano.

Sem a adesão ao novo regime, teríamos dificuldades para oferecer boas políticas públicas — explicou o secretário estadual de Fazenda, Guilherme Mercês.

O secretário acrescentou que, nos primeiros 12 meses até a celebração de um novo acordo, um dos principais

objetivos será buscar fontes de novas receitas.

— No plano atual, nós focamos muito nos cortes de gastos. Agora, temos que criar mecanismos que garantam o desenvolvimento econômico e gerem recursos.

O decreto de Bolsonaro regulamentou a Lei Complementar 178/2021, de autoria do deputado federal licenciado e secretário municipal de Fazenda, Pedro Paulo Carvalho Tei-

xeira. A nova legislação, ao contrário do ajuste fiscal em vigor, com prazo de três anos, contempla dez anos, com o prolongamento do pagamento da dívida por 30 anos.

— No caso de servidores, o estado terá que, no mínimo, seguir as regras já previstas em nível federal. A contribuição de 14% para a previdência já é aplicada. Mas, no caso da idade mínima para servidores, terá que seguir a regra geral de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens — explicou Pedro Paulo.

Na comparação entre as regras de 2017 e de 2021, Pedro Paulo diz que a nova versão é mais vantajosa para o estado ao dar mais tempo e com parcelas mais baixas para quitar a dívida, depois de até dois anos (dependendo da data da celebração do acordo). A partir de então, a cada ano, o estado pagaria o equivalente a 11,1% do montante total da dívida. Outra mudança é que, pela regra atual, se descumprisse as regras, o estado como punição teria que pagar de imediato o total das dívidas que deixaram de ser quitadas. Pelas novas orientações, a penalidade, em caso de inadimplência, será um aumento automático do valor das parcelas cobradas pela União.

### CONSELHO DE ESPECIALISTAS

Segundo o estado, a adesão ao novo regime já no mês que vem não exigirá a aprovação prévia da Alerj, porque o parlamento já autorizou a entrada do Rio em 2017. A previsão é que o novo plano seja enviado à União em maio de 2022, mas ele deve demorar mais um ano para ser aprovado pelo Ministério da Economia, valendo até 2031. As primeiras medidas vão ser discutidas pela equipe econômica do estado e por um conselho de profissionais que estudam ajustes fiscais, como os economistas Raul Velloso e Mauro Osório.

Para o economista da área de gestão de políticas públicas André Luiz Marques, do Insper, esse novo Regime de Recuperação é mais rigoroso:

— Na versão atual, as regras não eram cumpridas e nada acontecia. Agora, há sanções como a volta antecipada de pagamento de dívidas em percentuais maiores. Não é porque o primeiro não deu certo que não se pode tentar de novo.

Ao longo dos três anos em que esteve beneficiado pelo regime, o governo do estado descumpriu várias metas. Uma delas foi a privatização da Cedae, cujo leilão está marcado para o próximo dia 30. Mas uma decisão judicial, obtida por deputados estaduais, reduziu o prazo de concessão previsto no edital de 35 anos para 25 anos, o que pode afugentar os investidores.

FUNCIONÁRIOS DE EX-TERRITÓRIOS

# GASTO EXTRA NO ORÇAMENTO

## Reintegração de servidores à União pode custar R\$ 560 milhões

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br  
BRASILIA

**S**em retomar as reformas estruturais, como a administrativa, o governo pode ter um aumento de até R\$ 560 milhões nos gastos com pessoal em 2021 apenas com a reintegração de servidores dos ex-territórios.

A Comissão Especial dos ex-Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá (CEEXT-SGP) precisa analisar 35.380 processos de funcionários que foram contratados nos territórios e agora pleiteiam a transposição para os quadros da União. Desde 2014, quando a comissão foi instituída, foram recebidos 75,3 mil pedidos de migração. A maior parte, 25,5 mil, foi indeferida, mas já migraram para a folha do governo federal 8.933 servidores.

Segundo a comissão, a maioria dos pedidos de transposição vem de professores e pessoas que ocuparam cargos comissionados diversos em secretarias de Estado ou prefeituras. Também há pedidos de policiais e profissionais da saúde, como médicos.

Até os anos 1980, era a União que autorizava contratações e repassava verba para os pagamentos aos territórios. Ao se tornarem estados, assumiram a despesa com pessoal.

De acordo com o Ministério da Economia, os quase nove mil servidores que já migraram para os quadros da União representam

um gasto anual de R\$ 671,9 milhões, com base na folha de fevereiro de 2021. Ainda há 5.537 pedidos aprovados, mas que têm algum tipo de pendência jurídica para terem a inclusão formalizada.

O impacto financeiro será ampliado a partir das novas migrações que ocorrerão neste ano: há uma reserva de R\$ 560 milhões no Orçamento para isso. Mas o processo de inclusão é lento: em média, são analisados 600 processos por mês.

### REGRAS DIFERENTES

O governo pode registrar o gasto extra no ano em que lida com pressão nos cofres em razão das despesas necessárias para fazer frente à pandemia. Além disso, a União enfrenta dificuldades para avançar com a proposta de reforma administrativa, que está parada no Congresso e afetará apenas os futuros funcionários públicos.

Os servidores que migram para os quadros da União desempenhavam funções diversas nos territórios, mas a maior parte atuava nos setores de educação, saúde e segurança. No governo federal, são enquadrados em função equivalente, para que não haja prejuízo nem benefício. Atualmente, recebem, em média, R\$ 6.200 mensais, com remunerações que vão de R\$ 1.100 a R\$ 35.900.

Três emendas à Constituição regulamentaram a transposição dos servidores. As regras de migração,

### O TAMANHO DA JANELA

Criada em 2014, a Comissão Especial de Ex-Territórios analisa pedidos de incorporação de servidores de RO, RR e AP ao serviço público federal



**75.386**  
Pedidos de integração já foram feitos às três câmaras da comissão nos estados

**53%**  
já foram julgados

**8.933** servidores já foram integrados à folha da União

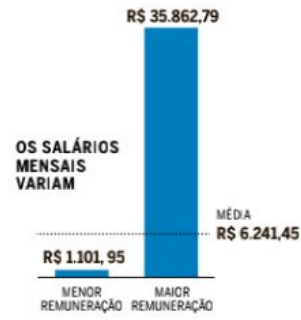
**88,5%** estão na ativa

**10%** são aposentados

**1,5%** é pensionista

**R\$ 671,9 milhões**  
É o que o governo federal gasta por ano com os salários dos já integrados

**R\$ 560 milhões**  
É o impacto fiscal que a aprovação dos pedidos pendentes pode provocar nas contas públicas



### VEJA A DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS NOS TRÊS ESTADOS

ESTADO	RECEBIDOS	JULGADOS	PENDENTES	DEFERIDOS (PUBLICADOS EM PORTARIA)	DEFERIDOS (COM PENDÊNCIA*)	INDEFERIDOS
Rondônia	34.998	20.722	14.276	6.016	1.870	15.187
Roraima	14.477	6.683	7.794	508	1.938	2.979
Amapá	25.911	12.601	13.310	2.409	1.729	7.370
<b>Total</b>	<b>75.386</b>	<b>40.006</b>	<b>35.380</b>	<b>8.933</b>	<b>5.537</b>	<b>25.536</b>

\*Um parecer jurídico pode confirmar ou não o deferimento  
\*O valor inclui a anulação dos ingressos ocorridos em 2020 e uma estimativa de impacto dos ingressos de 2021  
Fonte: Ministério da Economia

“A transposição é uma questão de justiça. Além disso, a transposição também vai desonerar a folha dos estados em valores significativos e acrescentar nova receita na economia dos mesmos”

**Marcos Rogério,** senador (DEM-RO)

no entanto, não são as mesmas para todos. Rondônia, que foi transformado em estado antes, em 1981, pode passar para a União servidores admitidos entre dezembro de 1981 e março de 1987 e que comprovem vínculo atual com o ente.

Já nos casos do Amapá e de Roraima, que se tornaram estado em 1988, a transposição abarca os servidores que trabalharam entre outubro de 1988 e outubro de 1993 e que mantiveram vínculo de trabalho de pelo menos 90 dias.

Uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) visa a uniformizar essas regras. Apresentada em 2018, a matéria foi relatada pelo senador Marcos Rogério (DEM-RO) e aguarda inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

— A PEC vai garantir o enquadramento de todos que mantiveram vínculo de trabalho com a administração dos ex-territórios e seus municípios, incluindo Executivo e poderes Legislativo e Judiciário, além do MPE e do TCE, e dos policiais civis e militares, durante os dez primeiros anos de criação dos respectivos estados — explicou Marcos Rogério.

### ALÍVIO PARA OS ESTADOS

Algumas categorias ainda pleiteiam inclusão nas regras de transposição ou esclarecimentos em relação ao enquadramento, o que pode provocar judicialização da questão. É o caso dos delegados de Roraima, que tinham cargos comissionados, e de funcionários de algumas estatais de Rondônia, como as companhias telefônica (Teleron) e de eletricidade (Ceron) e o

banco do estado (Beron). Para os parlamentares, a migração desses servidores é um tipo de reconhecimento a esses funcionários públicos que trará repercussões importantes tanto para aliviar as contas públicas dos estados, que gastarão menos com pessoal, quanto para movimentar a economia local.

— Num estado pequeno, que tem sua economia muito voltada para a remuneração dos funcionários públicos, isso melhora muito a economia — avaliou o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR).

O senador Marcos Rogério segue a mesma linha:

— A transposição é uma questão de justiça. Além disso, a transposição também vai desonerar a folha dos estados em valores significativos e acrescentar nova receita na economia dos mesmos.

# Orçamento: acordo não evita shutdown, diz economista

Para Marcos Mendes, do Insper, país corre risco de paralisar serviços públicos para preservar emendas, enquanto inaugura 'um monte de pracinhas e quadras esportivas no interior'. Negociação não cobre buraco de quase R\$ 40 bi nas contas

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@b1b1globo.com.br  
BRASÍLIA

O acordo entre governo e Congresso para a sanção do Orçamento é insuficiente para cobrir o buraco de R\$ 39,7 bilhões em despesas de custeio e não estourar o teto de gastos, a regra que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Os cálculos foram feitos pelo economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, que produziu nota técnica sobre o assunto. Segundo ele, nos moldes do acordo fechado, o país ainda corre risco de enfrentar um shutdown, a pa-

ralisia dos serviços públicos.

O Orçamento de 2021 precisa ser sancionado até hoje. Após semanas de impasse, foi fechado um acordo que preserva R\$ 18,5 bilhões em emendas, com uma proposta que altera as diretrizes do Orçamento este ano. A mudança permite que o Executivo faça ajustes no texto mais facilmente, viabilizando a reedição do Pronampe, para crédito a empresas, e do programa de manutenção de emprego e renda (BEm).

Mendes aponta que 2021 será um ano de execução orçamentária muito difícil. A tendência é jogar mais gastos

públicos para fora do limite do teto, o que pressionaria a dívida pública, e fazer bloqueios em despesas que vão afetar o funcionamento da máquina pública.

—O grande problema para fechar o Orçamento é o excês-

**Foco.**  
Problema do Orçamento é excesso de emendas, diz Mendes



PEDRO LADERIA/FOLHAPRESS

so de emendas, que nada mais é do que a captura do Orçamento por interesses eleitorais e paroquiais dos parlamentares — afirmou Mendes. —O Congresso deu preferência às prioridades dos parlamentares em detrimento das prioridades do país, que claramente são o tratamento da crise sanitária sem gerar estresse na dívida pública.

O pesquisador frisa que, se não tivessem sido negociadas emendas parlamentares acima do mínimo obrigatório — seriam R\$ 17 bilhões em emendas individuais e de bancadas, que são impositivas

—, haveria uma folga orçamentária maior. O governo teria disponível R\$ 32,2 bilhões para cobrir o buraco de quase R\$ 40 bilhões, o que praticamente resolveria o problema.

Para chegar a esse rombo, o pesquisador partiu do limite de despesas fixado pelo teto de gastos e listou os gastos obrigatórios.

## RISCO DE ESTAGFLAÇÃO

Com isso, o governo teria disponibilidade de R\$ 49,3 bilhões para as demais despesas, mas precisaria de, ao menos, R\$ 89 bilhões, considerando o padrão de gastos com despesas de custeio e investimentos feitos no ano passado.

Para cobrir esse rombo e não estourar o teto, o governo terá de promover bloqueios em despesas e remanejar recursos. Mendes aponta que os cancelamentos em emendas parlamentares não obrigatórias apenas diminuiriam o tamanho do buraco.

Para isso, outras ações teriam de ser adotadas. No texto, Mendes cita quatro medidas que foram levantadas como alternativas, que resultariam em mudanças que vão do Bolsa Família até o auxílio-doença. Juntas, elas renderiam R\$

30 bilhões. O problema, segundo o economista, é que as negociações não indicam que todas elas seriam usadas. Na prática, a conta continuaria a não fechar. Para ele, este cenário eleva o risco de shutdown, a paralisação da máquina pública:

— Um dos riscos dessa negociação é, justamente, jogar parte grande do ajuste sobre as despesas discricionárias (não obrigatórias) de manutenção da máquina para preservar as emendas. Corremos o risco de ter serviços públicos parados, mas um monte de pracinhas e quadras esportivas inauguradas no interior do país.

Para Mendes, como o governo foi ineficaz na prevenção de problemas na saúde e na economia, agora terá de gastar mais para custear políticas de socorro. Segundo ele, isso terá um custo, pois vai aumentar a dívida pública, que já está excessivamente alta. O resultado, nos cálculos do economista, será acentuar a saída de capital e a desvalorização do real, além de pressionar a inflação e reduzir investimentos.

— Estamos no limiar de entrar em mais uma década de estagflação — alertou.

# Governadores pedem interlocução direta com EUA

Em contraponto a Bolsonaro, grupo de 24 chefes de Executivos estaduais entregou carta a embaixador sobre questões ambientais

HENRIQUE GOMES BATISTA  
henrique.batista@oglobo.com.br  
SÃO PAULO

Um grupo com 24 dos 27 governadores do país entregou ontem a Todd Chapman, embaixador americano no Brasil, uma carta em que se comprometem com a “emergência climática global” e pedem cooperação para questões ambientais. Denominado Coalizão Governadores pelo Clima, o grupo visa se contrapor ao governo Bolsona-

ro, criticado mundialmente por sua política ambiental, dias antes da Cúpula de Líderes sobre o Clima, convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e que começará amanhã.

— Foi uma conversa boa com o embaixador americano, ele prometeu que enviará hoje (ontem) ainda a carta à Casa Branca e pedimos a ele uma conexão e um canal de comunicação com o governo americano para que possamos tratar do tema das mu-

danças climáticas — afirmou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), que articulou o documento e que participou da reunião virtual junto com seus colegas Paulo Câmara (PSB-PE), representando o Nordeste, Helder Barbalho (MDB-PA), pelo Norte, e Mauro Mendes (DEM-MT), pelo Centro-Oeste.

Não assinaram o documento a governadora interina de Santa Catarina, Daniela Reinehr (sem partido), o

de Rondônia, Coronel Marcos Rocha (PSL), e o de Roraima, Antonio Denarium (sem partido). Juntos, estes estados somam uma população de 9,7 milhões de pessoas, ou apenas 4,5% do país.

Para Casagrande, as ausências não são um problema. “A coalizão Governadores Pelo Clima, ampla e diversa, envolvendo progressistas, moderados e conservadores, de situação e de oposição, sinaliza o desejo do Brasil por união e cons-

trução colaborativa de soluções em defesa da humanidade e de todas as espécies de vida que estão ameaçadas pela degradação de ecossistemas”, afirma a carta.

O governador capixaba disse ainda que a carta não é uma afronta ao governo federal:

— Nestes últimos dois anos e pouco, o governo federal não deu muita atenção ao tema ambiental, mas queremos que ele dê, e estamos fazendo isso para que o governo federal possa recu-

perar a sua prática, entrar no tema e nós também entrarmos no tema, junto com toda a sociedade brasileira — afirmou Casagrande.

Ele, contudo, diz não descartar uma articulação direta dos estados com outros países se o governo federal se omitir, repetindo o que ocorreu no tema climático nos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump.

— Os estados brasileiros têm responsabilidades e compromissos, independente do governo federal. Nós queremos que o governo federal esteja junto, mas nós podemos desenvolver as nossas ações, com mais dificuldade, independente do governo federal.

MESMO COM ACORDO DO ORÇAMENTO

# SOCORRO ÀS EMPRESAS DEMORA A SAIR

## Medidas só devem entrar em vigor em maio, e setores já amargam demissões

GERALDA DOCA E CAROLINA NALIN  
economias@globo.com.br  
BRASIL 180

Apesar de governo e Congresso terem fechado um acordo para destravar o impasse em torno do Orçamento, a reedição de ações para combater os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a economia só deve sair do papel após a sanção da proposta. Fazem parte do pacote a renovação da medida provisória (MP) 936, que permitiu a realização de acordos de redução de jornada e salário e suspensão de contratos para evitar demissões, e o novo Pronampe, de crédito para pequenas empresas.

A demora é acompanhada com apreensão por setores que aguardam ajuda do governo desde o início do ano, quando a crise já dava sinais de recrudescimento. Representantes de indústria, comércio e serviços amargam demissões, encerramento de operações e suspensão de investimentos.

Na segunda-feira, o Congresso aprovou um projeto de lei que tira das regras fiscais os programas emergenciais contra a pandemia e gastos com saúde. O texto deve ser sancionado hoje pelo presidente Jair Bolsonaro. Já o Orçamento deve ser sancionado amanhã, último dia do prazo.

Só depois disso, os textos serão editados. O processo burocrático para isso ocorrer dentro do governo costuma demorar alguns dias, por isso a previsão é que tudo só seja confirmado semana que vem. Segundo o Ministério da Economia, serão destinados R\$ 10 bilhões para o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda



Crise. Comércio fechado no Centro de Rio, onde vários estabelecimentos encerraram as atividades por conta da pandemia; governo deve reeditar o Pronampe

(BEm) e R\$ 5 bilhões para o Pronampe. O pacote de ações deve incluir ainda a reedição da medida provisória (MP) 927, que flexibilizou regras trabalhistas no ano passado e permitiu, entre outros pontos, a antecipação de férias.

Para os segmentos mais afetados, o temor é que as medidas cheguem tarde demais. A nova MP 936 é a ajuda mais aguardada, mas deve ter efeitos práticos somente a partir de maio. Por questões jurídicas, a medida não poderá retroagir, explicou um técnico a par das discussões.

— Muitas empresas já demitiram trabalhadores em



*“A questão não é quanto custa o BEm, é quanto custa o desemprego, não só naquilo que o governo tem que pagar de seguro-desemprego, mas a perda de qualificação e a preservação das empresas”*

**Fernando Pimentel**, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

abril, outras anunciaram férias coletivas de duas semanas ou não conseguiram efetivar aqueles que estão em contrato de experiência. Cada dia que a edição da medida protetiva ao emprego demora para sair, infelizmente demissões passam a acontecer — comenta Haroldo Ferreira, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados).

Para José César da Costa, presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o retorno das medidas emergenciais é tardio e com valores que po-

dem ser insuficientes:

— O programa é bem-vindo e necessário, mas esses valores de R\$ 10 bilhões para o BEm e R\$ 5 bilhões para o Pronampe são muito fracos em relação ao tamanho da crise. No ano passado, os recursos do Pronampe já não chegaram aos pequenos empresários. Muitos (lojistas) nos comunicaram que não conseguiram sobreviver este ano.

A equipe econômica identificou que serviços em geral, bares, restaurantes e eventos são os segmentos que mais sofreram com a crise.

Segundo dados da Associação Brasileira de Bares e Res-

taurantes (Abrasel), nove de cada dez empresas do setor não conseguiram pagar a folha de março, que venceu em abril. Com o fim da vigência do programa de manutenção de emprego em dezembro, 73% delas tiveram que demitir nos três primeiros meses do ano, de acordo com pesquisa da entidade.

— Faltou senso de urgência no governo — afirmou o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci, acrescentando que as medidas são aguardadas desde janeiro.

### 13º DE APOSENTADO À ESPERA

O presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), Doreni Caramori Junior, disse que a situação do setor é ainda mais difícil porque as atividades estão suspensas há mais de um ano. Ele afirmou que a pandemia já eliminou 800 mil postos de trabalho e um terço das empresas já fechou:

— A cada dia que passa a situação fica mais difícil.

Na avaliação de Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), tanto o auxílio emergencial quanto os programas para empresas não deveriam ter sido interrompidos:

— É mais barato ter o BEm do que ter o desemprego. A questão não é quanto custa o BEm, é quanto custa o desemprego, não só naquilo que o governo tem que pagar de seguro-desemprego, mas a perda de qualificação e a preservação das empresas.

Além das medidas voltadas à manutenção de empregos e empresas, a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas do INSS deve aguardar igualmente a sanção do Orçamento para avançar. A expectativa é que os segurados recebam a primeira parcela da gratificação no pagamento de maio e a segunda em junho. Quando o Orçamento foi aprovado, em 25 de março, Bolsonaro chegou a anunciar a medida para a semana seguinte, mas técnicos da equipe econômica alertaram que seria preciso aguardar a sanção da proposta.

A medida vai injetar na economia R\$ 52,7 bilhões, considerando 31 milhões de benefícios. Em 2020, a primeira parcela foi paga entre 24 de abril e 8 de maio e a segunda, de 25 de maio a 5 de junho.

# Guedes: só gastos contra Covid ficam fora do teto

Segundo ministro, após 'alguns desacertos', acordo entre governo e Congresso para destravar Orçamento indicou compromisso com a saúde da população e com a responsabilidade fiscal. Arrecadação federal em março é a melhor para o mês desde 2000

MANOEL VENTURA  
E FERNANDA TRISOTTO  
economia@oglobo.com.br  
BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a aprovação do projeto de lei que viabilizou a sanção do Orçamento deste ano garantirá apenas que despesas relacionados ao combate à pandemia fiquem fora do teto de gastos. Segundo Guedes, o acordo indicou um compromisso com as contas públicas e a saúde da população.

— Foi mantido um duplo compromisso do governo Bolsonaro com a saúde da população brasileira, por um lado, e com a responsabilidade fiscal, por outro lado. Esse duplo compromisso significa que os gastos recorrentes continuam sob o teto — disse o ministro,

durante entrevista sobre o resultado da arrecadação de março.

Foi a primeira declaração de Guedes após governo e Congresso fecharem um acordo para destravar o impasse em torno da proposta orçamentária. A chave para o entendimento foi a aprovação da proposta que facilitou o remanejamento de despesas, medida necessária para corrigir o que técnicos consideram excessos.

O projeto também flexibilizou regras fiscais para reeditar a medida provisória (MP) 936, que autoriza acordos de redução de jornada e salários para evitar demissões, e o Pronampe, de empréstimos para pequenas empresas. A expectativa é que o texto seja sancionado hoje. Recursos para a saúde voltados para

combater a Covid-19 foram igualmente liberados.

— Esses gastos, e só esses gastos, estarão fora do teto. Como aconteceu no ano passado — disse Guedes.

O ministro afirmou que a solução é parecida com a aplicada no ano passado, quando o governo adotou o chamado Orçamento de Guerra:

— Agora, a mesma coisa, mas com um foco maior e com muito mais moderação.

Para Guedes, há muito “barulho” em torno do Orçamento. Segundo ele, a polêmica ocorreu porque, pela primeira vez, o governo fez a proposta com a sua base aliada. O presidente Jair Bolsonaro está em seu terceiro ano de mandato e conseguiu eleger Arthur Lira (PP-AL), para a presidência da Câmara, e

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para o Senado.

— Como foi o primeiro exercício de elaboração conjunta do Orçamento, alguns desacertos aqui e ali, revelando justamente esse início de entrosamento, acabaram dificultando esse encaixe.

Ontem, o relator do Orçamento, senador Marcio Bittar

#### Despesas.

Segundo Guedes, solução é parecida com a adotada em 2020, com mais moderação



(MDB-AC), também comentou a aprovação do Orçamento. Ele admitiu ter ficado incomodado com o impasse.

— Entre mortos e feridos, estamos todos bem, está tudo bem. Fiquei incomodado, porque acho que é um assunto que gastou muita energia a troco de nada — afirmou Bittar, que confirmou que o texto será sancionado amanhã.

Os comentários de Guedes foram dados após a Receita Federal divulgar que a arrecadação de impostos da União somou R\$ 137,9 bilhões em março, um aumento real de 18,49% na comparação com o mesmo mês de 2020, já descontada a inflação.

Esse é o melhor desempenho para o mês desde 2000, de acordo com o Fisco.

#### DADOS REFLETEM FEVEREIRO

Segundo a Receita, o resultado positivo pode ser explicado por alguns recolhimentos extraordinários de tributos, como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além da diminuição de compensações — que permitem usar créditos para abater tributos

Embora sejam referentes a março, quando a nova onda da pandemia se intensificou no Brasil, os números divulgados ontem não refletem o quadro na economia naquele mês. Isso porque o relatório representa os tributos pagos por atividades realizadas em fevereiro.



## ANALÍTICO

**O que cabe no estado de calamidade 'light' do ministro**

MARCELLO CORRÊA marcello.correa@globo.com.br BRASÍLIA

Quando a pandemia foi decretada, no ano passado, governo e Congresso concluíram que era preciso gastar sem limites para combater a crise. Montada para cortar despesas, a equipe econômica topou en-

trar em uma operação de guerra contrária ao seu DNA, mas apostou que a liberação emergencial teria dia para acabar: 31 de dezembro de 2020.

Essa data marca o fim do estado de calamidade pública,

que abriu caminho para que cerca de R\$ 600 bilhões em gastos contra a Covid-19 ficassem fora de travas fiscais. O ministro Paulo Guedes resistiu à ideia de reeditar esse mecanismo em 2021, mas as medidas adotadas até agora já configuram o que poderia ser chamado de uma versão "light" da medida.

A expectativa é que os gastos contra a pandemia já cheguem à casa dos R\$ 100 bilhões, contanto os R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial e recursos extras para a saúde, incluindo a compra de vacinas.

A flexibilização mais recente foi aprovada nesta segunda-feira, quando o Legislativo liberou das regras fiscais os gastos com os programas de manutenção de emprego e de crédito a pequenas empresas, o que aumenta em R\$ 15 bilhões a conta paralela da crise.

Recursos adicionais para saúde, especificamente para ações contra a Covid-19, também não estarão sujeitos às travas.

A oficialização do Orçamento paralelo é um sinal de que o governo errou ao

prever que o novo coronavírus respeitaria o calendário e deixaria o país em 1º de janeiro, especialmente quando os trâmites para avançar na vacinação da população estavam ainda mais atrasados que hoje.

Ao mesmo tempo, Guedes pode sair de mais uma crise sustentando o fato de que evitou o pior para as contas públicas. Sem decretar calamidade pública de forma irrestrita, o ministro evitará o que chama de "cheque em branco", uma medida necessária em 2020, quando nin-

guém sequer sabia que programas exatamente seriam necessários.

Na nova versão, o auxílio emergencial ficará em R\$ 44 bilhões, valor definido na Constituição, e os programas com tratamento fiscal especial estarão previstos em lei. Ficam de fora iniciativas como o auxílio a estados e municípios, o fracassado programa de crédito para pagamento de folha salarial e a brecha para criar novos gastos amparados em um decreto mais amplo.

[oglobo.globo.com/analitico](http://oglobo.globo.com/analitico)

# Real tem segundo pior desempenho frente ao dólar, aponta pesquisa

Só lira turca perdeu mais. Analistas atribuem desempenho ao cenário interno. Em 27 países, moedas locais se valorizaram

VITOR DA COSTA  
vitor.santos@oglobo.com.br

Os juros baixos no mundo e o aumento de gastos públicos nos Estados Unidos para combater os efeitos da pandemia, elevando a liquidez global, levaram o dólar a se desvalorizar frente a várias moedas, particularmente de países emergentes. O real, no entanto, é uma das poucas exceções.

Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com 31 países no período de um ano, até março de 2021, em 27 deles a moeda local se valorizou frente ao dólar.

Em apenas quatro, o Brasil entre eles, o dólar avançou frente à moeda local. Somente a lira turca teve um desempenho pior do que o do real.

Os dados são dos professores Henrique Castro, da Escola de Economia da FGV-SP, e Claudia Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV.

## ACIMA DE R\$ 5

Uma combinação de fatores políticos, fiscais e sanitários fazem com que a moeda americana se mantenha acima dos R\$ 5 desde junho do ano passado. Ontem, o dólar comercial fechou a R\$ 5,55.

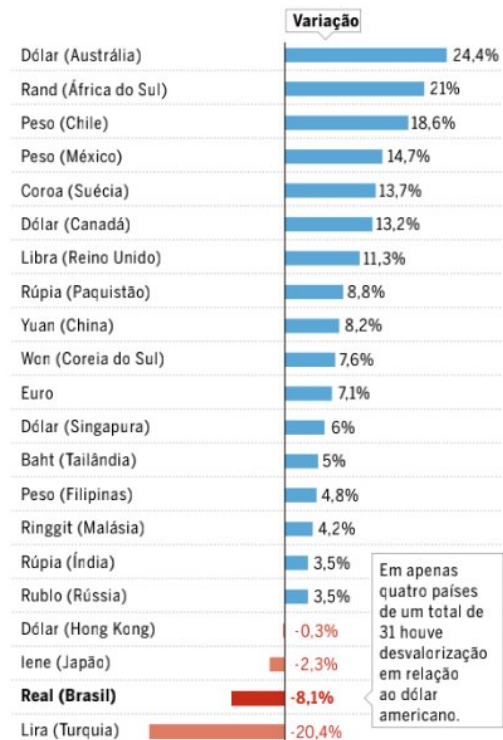
As projeções do último Boletim Focus, compilado pelo Banco Central (BC) junto ao mercado, apontam o dólar a R\$ 5,40 no fim deste ano. Nem a alta da taxa básica de juros (Selic) no mês passado, de 2% para 2,75% ao ano, surtiu efeito no câmbio.

Segundo analistas ouvidos pelo GLOBO, o cenário local é o principal fator por trás do comportamento do dólar no Brasil. O quadro inclui situação fiscal delicada, instabilidade política e combate ineficaz à pandemia.

— A gente tem percebido, nos últimos meses, é que sistematicamente o Brasil tem

## MOEDAS SE VALORIZAM FRENTE AO DÓLAR

Variação cambial entre 31/03/2020 e 31/03/2021



Em apenas quatro países de um total de 31 houve desvalorização em relação ao dólar americano.

Fonte: Henrique Castro, da Escola de Economia da FGV-SP, e Claudia Yoshinaga, Coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV.

se atrapalhado — diz Livio Brandão, pesquisador associado do FGV/Ibre e sócio da BRCC. — Não é somente a questão fiscal. Tem o combate à pandemia, maior intervencionismo nas estatais e até a questão ambiental.

A situação fiscal foi agravada com os gastos necessários para conter o impacto econômico da pandemia. Em fevereiro, a dívida pública atingiu R\$ 6,744 trilhões, ou 90% do Produto Interno Bruto (PIB), maior patamar da série histórica.

O recrudescimento da pandemia e a vacinação lenta também não ajudam.

— Poderíamos estar melhor se tivéssemos tido maior controle sobre a pandemia — diz Castro, da FGV.

Brandão ainda pondera que a possível antecipação das disputas políticas de 2022 pode influenciar no câmbio, limitando os efeitos positivos da vacinação.

Para o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira, enquanto o cenário político e fiscal estiver conturbado, o dólar não deve ceder. Segundo ele, não fossem esses problemas, o câmbio poderia estar entre R\$ 4 e R\$ 5.

## Governo reduz arrecadação em R\$ 25 bi para leiloar áreas do pré-sal

MANOEL VENTURA  
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O governo reduziu em R\$ 25,4 bilhões os valores que pretende receber de dois grandes campos do pré-sal na Bacia de Santos que irá leiloar pela

segunda vez. O Ministério de Minas e Energia quer licitar Atapu e Sépia em dezembro. Os blocos não receberam ofertas em novembro de 2019.

Como o GLOBO mostrou, o governo está mudando as re-

gras para conseguir atrair interessados na licitação. As mudanças foram decididas ontem, em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Os campos serão licitados no regime de partilha. Nele, a União é considera-

da dona do petróleo.

As petroleiras interessadas pagam valor fixo de bônus, mas o vencedor é quem oferece o maior percentual da produção que pretende dividir com o governo, o óleo-lucro, que equivale à produção de pe-

tróleo e gás descontados royalties e custos de exploração.

Em 2019, Sépia foi oferecida com bônus de R\$ 22,859 bilhões. Agora, o governo irá cobrar R\$ 7,138 bilhões. Atapu foi ofertado por R\$ 13,742 bilhões. Dessa vez, o valor será

de R\$ 4 bilhões. No total, uma diferença de R\$ 25,4 bilhões.

O governo decidiu reduzir o valor mínimo do óleo-lucro de 27,88% para 15,02% em Sépia e de 26,23% para 5,89% em Atapu. 15,721. A arrecadação do leilão (total de R\$ 11,138 bilhões) será dividida com estados (15%) e municípios (15%) e um extra de 3% para o Rio (por abrigar os campos).

# Teto é positivo para qualquer nível de dívida, diz Persio Arida

Para ex-presidente do BC, é preciso resolver estrutura de gastos brasileira

Por Victor Rezende e Bárbara Pombo — De São Paulo

22/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Persio Arida: visão de que abertura maior da economia poderia “quebrar” a indústria nacional é uma “subestimação da capacidade empresarial brasileira” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Um relaxamento da regra do teto teria como consequência uma expansão dos gastos públicos na direção errada. A afirmação é do economista Pêrsio Arida, que, na Live do **Valor**, saiu em defesa do teto de gastos para o melhor funcionamento do país e das políticas públicas. O argumento de que a regra deve ser mantida porque a dívida está em níveis elevados, porém, foi criticado pelo economista. “Do ponto de vista do funcionamento do Estado brasileiro, você tem defesa do teto de gastos que independe da dívida. Se a dívida fosse de 100% ou 75%, ou mesmo 65% do PIB, eu defenderia o teto de gastos da mesma maneira.”

A discussão recente em torno do Orçamento, inclusive, foi apontada como justificativa por Arida para a manutenção da regra do teto. “Você não vê nenhum lobby para ampliar os gastos com ciência e tecnologia, em favor da cultura brasileira, que são funções precípuas do Estado. Você vê lobby para aumentar gastos com funcionários; com investimentos, que interessam ao setor privado; com emendas parlamentares; com reduções tributárias.”

Ex-presidente do Banco Central e do BNDES, Arida acredita que o cerne do problema a ser enfrentado pelo Brasil é “fazer um esforço crítico para resolver a estrutura dos gastos”. Na avaliação do economista, o fenômeno do patrimonialismo se mostra mais intenso em solo brasileiro do que em outros países e se contrapõe a uma realidade de elevada desigualdade social. Nesse sentido, o economista defendeu a continuidade do teto de gastos. “Sabemos que, se você liberar o teto, a expansão vai ser ruim. Vai ser mais um fenômeno de apropriação”, afirmou.

Arida se mostrou contrário a um aumento da carga tributária como uma saída para diminuir o nível de endividamento e afirmou esperar que o problema na estrutura de gastos brasileira seja endereçado no próximo governo. Durante a “live”, teceu críticas ao governo Bolsonaro e disse não ter “esperança nenhuma” com relação à atual administração. “Tenho esperança de que o novo presidente consiga colocar o país no rumo certo.”

Para ele, rede de proteção social, simplificação tributária, abertura da economia e teto de gastos são algumas diretrizes sobre as quais existe consenso entre as candidaturas de centro que têm se desenhado no momento para as eleições presidenciais de 2022. “Em alguns pontos, mais, e, em outros, um pouco menos [de consenso], mas o fato é: Bolsonaro está completamente fora desse bloco de ideias consensuais. E espero, sinceramente, que o antibolsonarismo esteja em 2022 como o antipetismo esteve em 2018. Bolsonaro e seu governo foram um descaminho para o Brasil.”

Arida, que coordenou o programa econômico de Geraldo Alckmin (PSDB), na eleição presidencial de 2018, disse que a ideia de uma candidatura da “terceira via” está desgastada, mas ele espera que as forças de centro e centro-esquerda se unam para enfrentar Bolsonaro em 2022. Ele tem simpatia pelos tucanos Tasso Jereissati (senador pelo Ceará), João Doria (governador de São Paulo) e Eduardo Leite (governador do Rio Grande do Sul).

Apontada por Arida como um ponto consensual entre as candidaturas de centro, a abertura comercial é vista como primordial pelo economista para o ganho de produtividade no Brasil. “Não tem um emergente que tenha crescido rapidamente

sem ter uma economia aberta. Espero que o próximo governo faça uma política de abertura efetiva para que o Brasil consiga avançar”, defendeu.

Ele também rebateu a ideia de que uma abertura maior da economia poderia “quebrar” a indústria nacional. Essa ideia, na visão de Arida, é uma “subestimação da capacidade empresarial brasileira”. O economista apontou que a competitividade externa tende a aumentar a interna e, como exemplo, citou a Embraer.

Nesse contexto, Arida também defendeu a privatização de estatais e disse ser “muito difícil” assegurar que interesses patrimoniais deixem de dominar o gasto público e a estrutura tributária. “É difícil, mas dá para fazer. Um novo presidente, com nova equipe econômica, uma que seja boa, dá para fazer. Nas estatais tem o lobby dos funcionários, dos parlamentares, dos fornecedores das estatais... Não tem outra solução que não seja a privatização”, disse.

“O presidente que quer privatizar, que diz que é decisão de governo, faz andar. Bolsonaro não acabou nem com as estatais criadas pela Dilma.”

## Conteúdo Publicitário

---

Naomi Klein fala sobre como podemos ajudar os jovens a salvar o mundo

VALOR INVESTE

Veja as melhores empresas para contratar um seguro residencial

Aquecimento no mar da Tasmânia está esquentando a Península Antártica



COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**

## Rio projeta R\$ 4,5 bi de alívio com novo socorro

Estado vai pedir adesão ao Regime de Recuperação Fiscal regulamentado na terça-feira pelo governo federal

Por **Juliana Schincariol** — Do Rio

22/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O Estado do Rio de Janeiro vai pedir adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), regulamentado na terça-feira. Com isso, o prazo das dívidas junto à União passará de três para dez anos. E poderá proporcionar um alívio no caixa do Estado de mais de R\$ 4,5 bilhões apenas em 2021.

A expectativa do secretário de Fazenda, Guilherme Mercês, é que o pedido seja feito ao governo federal em maio. E, uma vez que receba o aceno positivo do Ministério da Economia, terá 12 meses para apresentar um plano de recuperação. Neste período, todas as dívidas serão suspensas. Após, a retomada será escalonada,



durante nove anos. “Não podemos correr o risco de não acertar, temos que construir um plano crível e capaz de acertar as contas do Estado.”

Pelo regime antigo, os pagamentos do serviço da dívida junto à União chegariam a quase R\$ 6 bilhões somente em 2021. Como ainda está no RRF original, o Rio vem sendo obrigado a arcar com pagamentos à União desde setembro de 2020, com desembolsos de R\$ 1,2 bilhão até maio. No total, o Estado teria que pagar R\$ 60 bilhões até 2023, o que segundo o secretário inviabilizaria a implementação de qualquer política pública. Agora, com a prorrogação em dez anos, o Rio terá um alívio em suas contas. “O Rio, na verdade, não sobrevive sem o novo regime [de recuperação fiscal]”, disse.

O Ministério da Economia terá até dez dias para responder ao pedido de adesão do Rio - para Estados fora do RRF original, são 30 dias. E, uma vez dentro do novo regime, o Estado tem 12 meses para executar todas as reformas exigidas e construir o novo plano de recuperação fiscal.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Comece a Ganhar Dinheiro Com Bitcoin Sem Comprar Bitcoin**

HAPPY & PROSPEROUS

[Ver Mais](#)

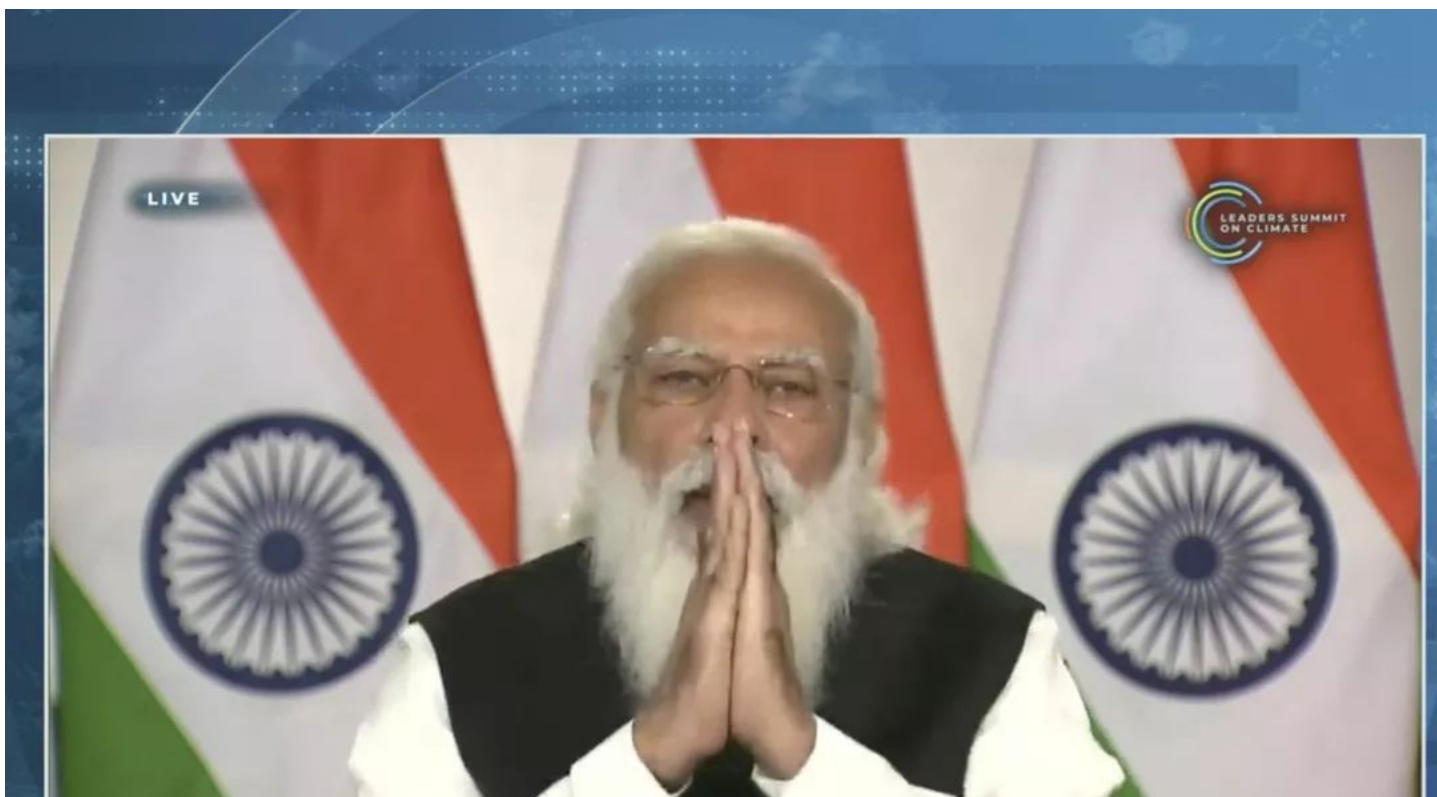
LINK PATROCINADO



22/04/2021 09:57 — Em Mundo

## Na Cúpula do Clima, Modi diz que foco da Índia será matriz energética limpa

Premiê indiano afirmou que as emissões de gases do efeito estufa na Índia são 60% inferiores à média global, o que atribuiu ao estilo de vida indiano, "repleto de práticas tradicionais e sustentáveis"



22/04/2021 09:56 — Em Mundo

## Governo da Austrália apoia empresas aéreas e é cobrado por hotéis e outros setores

Reclamações são de que as medidas de estímulo são direcionadas e de curto prazo, e, no caso da Associação de Hotéis, deixam Sydney e Melbourne "para morrer"



22/04/2021 09:50 — Em Empresas

## **Gafisa vende R\$ 163 milhões, alta de 320% em base anual, mas abaixo do 4º tri**

Prévia operacional do 1º trimestre mostra que três lançamentos programados para o período, com VGV somado de R\$ 546 milhões, foram adiados em função da pandemia



22/04/2021 09:49 — Em Empresas

## Biden pede colaboração global contra crise climática e emissões de gases-estufa

Presidente dos EUA confirmou que os EUA planejam reduzir suas emissões entre 50% e 52% até 2030 e atingir a neutralidade em carbono até em 2050



22/04/2021 09:49 — Em Mundo

## Análise: Em discurso, Biden reforça ideia de criação de empregos com descarbonização

Em discurso curto, Biden retomou linha-mestra de seu plano de infraestrutura verde onde promete criar 3 milhões de empregos

22/04/2021 09:47 — Em Mundo

VEJA MAIS

## Serviços públicos podem ser afetados

Projeto institui um novo tipo de bloqueio de despesas discricionárias, menos transparente

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

22/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O projeto que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e buscou destravar o Orçamento de 2021, aprovado nesta semana, trouxe alterações que podem comprometer o funcionamento dos serviços públicos, alerta o consultor de Orçamento do Senado, Vinícius Amaral.

Uma das mudanças retira do texto a proteção especial que era conferida às despesas de funcionamento dos órgãos e entidades e aumenta o risco de estrangulamento da máquina pública. “Era um dispositivo que estava presente nas LDOs há pelo menos 15 anos”, explicou ao **Valor**. “O risco é que o conflito

orçamentário que está posto acabe vitimando justamente o funcionamento dos serviços”, completou.

No texto original, o trecho em questão listava as metas e prioridades do governo para 2021, ressaltando que deveriam ser atendidas primeiramente “as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”. A nova redação preserva apenas as despesas obrigatórias, “rebaixando” a segunda categoria.

Inicialmente, o projeto buscava viabilizar a execução de alguns programas de combate à crise, retirando a exigência de compensação, mas, em meio às negociações do Orçamento, o texto foi alterado. Entre outras mudanças, foi permitido que o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e créditos de saúde ligados à covid-19 fiquem de fora da meta fiscal.

Para Amaral, o texto final traz evidências de que a máquina pública pode acabar sendo o alvo dos ajustes necessários ao Orçamento. Os bloqueios podem atingir, por exemplo, serviços de manutenção, limpeza, vigilância, tecnologia da informação e bolsas de estudos, além de diversas despesas discricionárias da área da saúde. As universidades podem estar entre as mais afetadas.

O corte seria feito em cima de uma base já comprimida. Nos últimos cinco anos, as despesas discricionárias correntes, ligadas ao funcionamento da máquina pública, tiveram queda real de cerca de 25%. Com os bloqueios, o governo estará, de certa forma, “testando o limite político da precarização” dos serviços, avaliou Amaral.

O projeto, explicou, institui um novo tipo de bloqueio de despesas discricionárias, menos transparente, e, já que as despesas de funcionamento dos órgãos e entidades perderam a proteção, também podem ser objeto desse corte. Outro ponto diz respeito ao cancelamento de despesas para abertura de créditos ao Orçamento.

A redação original dizia que projetos de lei referentes a créditos suplementares e especiais deveriam vir acompanhados de “exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus subtítulos”.

A exigência, disse, criava um “freio” aos cortes de despesas ligadas ao funcionamento essencial dos serviços. A nova redação traz um complemento que retira essa trava. O texto diz que as exposições são necessárias “salvo se os cancelamentos forem para atendimento” de despesas obrigatórias.

## Conteúdo Publicitário

---

Quais as tendências de consumo e comportamento para o mundo pós-pandemia?

Honda E: carrinho elétrico chega ao país de forma independente e (bem) mais caro que um Accord

VALOR INVESTE

Ativos no exterior foram a tábua de salvação para os fundos no primeiro trimestre

 COMENTÁRIOS

## TJ-RJ interrompe recuperação de empresa com dívidas tributárias

Corte entendeu que a Hotéis Othon deveria ter apresentado certidão de regularidade fiscal

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

22/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Ana Carolina Monteiro: decretação de falência, nesses casos, não é automática — Foto: Divulgação



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) interrompeu a recuperação judicial da Hotéis Othon em razão de dívidas tributárias. A decisão, unânime, levou em consideração as alterações trazidas pela nova Lei de Falências. A tradicional rede carioca, com dez unidades em diferentes Estados, entrou com o processo em novembro de 2018 e conseguiu aprovar o plano de pagamento aos credores em fevereiro de 2019.

Essa é a primeira decisão que se tem notícia desde que a nova lei entrou em vigor, no dia 23 de janeiro. Os desembargadores da 16ª Câmara Cível, ao analisarem pedido da União, consideraram que, para ter o plano homologado pela Justiça, a empresa deveria, obrigatoriamente, ter apresentado a certidão de regularidade fiscal.

A exigência do documento sempre constou em lei - desde 2005 - como um dos requisitos ao processo de recuperação. Mas essa regra era flexibilizada pelo Judiciário. Os juízes argumentavam que não havia um parcelamento de dívidas tributárias adequado para as empresas em recuperação e deixavam o processo seguir sem a exigência de regularidade fiscal.

Com a nova lei (nº 14.112, de 2020), no entanto, essa argumentação deixa de existir. As empresas em recuperação agora têm opções. Podem escolher entre duas modalidades de parcelamento: em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses.

As empresas, além disso, passaram a ter mais vantagens nas chamadas transações tributárias - quando o contribuinte senta à mesa para negociar com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). As dívidas podem ser pagas em até 120 meses e com até 70% de descontos em juros e multas. Os demais contribuintes, aqueles que não estão em processo de recuperação, conseguem, no máximo, 50% e parcelamento em até 84 vezes.

Advogados especializados na área de insolvência esperavam que, com a nova lei, os tribunais começassem a exigir a regularidade fiscal das empresas que estão entrando em recuperação. Isso por causa do momento em que a certidão tem de ser apresentada. O documento é exigido somente para a etapa de homologação do plano que foi aprovado pelos credores.

Havia dúvidas, porém, sobre qual seria o comportamento dos juízes em relação às empresas com processos em curso, aquelas que tiveram os planos de pagamento homologados antes da nova lei e foram beneficiadas pela jurisprudência mais flexível - como no caso da Hotéis Othon.

A nova lei não diferencia as situações. Pelo contrário, prevê um prazo limite para que as empresas com recuperações em curso possam se utilizar dos benefícios da transação. Consta no artigo 5º.

Para poder aproveitar o desconto de até 70% em juros e multas e parcelar as dívidas em até 120 meses, elas têm, obrigatoriamente, que apresentar uma proposta de acordo à PGFN até o dia 29 deste mês.

Depois desse prazo, perdem o direito à condição especial. Elas podem apresentar proposta de acordo, mas pela regra geral - que prevê o pagamento em menos meses e com descontos menores.

Entre os dias 23 de janeiro e 25 de março, segundo dados preliminares da PGFN, 47 empresas em recuperação judicial formalizaram a proposta de negociação dos seus débitos com o órgão. Desse total, haviam sido concluídas as análises e fechado acordo com 31 delas, o que totalizou R\$ 99,2 milhões.

As dívidas fiscais da Hotéis Othon somam muito mais do que isso. A União afirma, no processo, que são R\$ 770 milhões “sobre o qual nada se fala no pedido de recuperação”, o que, para o governo, reforça a percepção de que o procedimento estaria “servindo de instrumento de planejamento tributário e blindagem patrimonial”.

A empresa se defende. Diz que a conta apresentada pela União está “equivocada”. Afirma que “uma boa parte” não a pertence e outra, de R\$ 340 milhões, seria objeto de discussão judicial e estaria garantida por penhora. A Hotéis Othon acrescenta ainda que no rol apresentado pela PGFN há valores já quitados e submetidos a parcelamentos do tipo Refis.

Os desembargadores da 16ª Câmara Cível não se sensibilizaram com essa argumentação. Eles dizem, na decisão, que cabe à empresa “buscar uma possível liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários erroneamente inscritos, garantir os duvidosos e parcelar os incontroversos” (processo nº 0046087-14.2020.8.19.0000).

O relator do caso, desembargador Eduardo Gusmão Alves de Brito Neto, afirma, em seu voto, que quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por flexibilizar a exigência da certidão fiscal, no ano de 2013, ainda não tinham ocorrido mudanças legislativas importantes - entre elas, a edição da Lei nº 14.112, que entrou em vigor no dia 23 de janeiro.

“Ao promover reforma substancial da Lei de Recuperações e Falências e de outras leis especiais, manteve a exigência de regularidade fiscal para o deferimento da

recuperação judicial, garantindo a ampliação do prazo para a quitação do débito em até 120 meses”, diz o relator.

O advogado Eduardo Antônio Kalache, que atua para a rede de hotéis, afirma que não há ainda uma definição sobre as consequências dessa decisão. De acordo com ele, terá de haver uma conversa com credores, administrador judicial e com o juiz da 5ª Vara do Rio, que cuida da recuperação da Hotéis Othon. “Enquanto não houver a manifestação de todos, nada se pode fazer”, diz.

Os pagamentos, no entanto, afirma, têm que ser suspensos. “Mesmo que queira pagar não pode. Se estaria descumprindo uma ordem judicial”, diz Kalache, lamentando o fato de a decisão ter sido proferida durante a pandemia, que atingiu em cheio o setor por conta das restrições de circulação das pessoas.

“A empresa tem um patrimônio imobiliário fixo vultoso, com valor muito superior à dívida. Dois hotéis estão desativados, um em Salvador e outro em Belo Horizonte, e foram a leilão, mas não houve comprador. O momento é atípico”, argumenta.

Especialista em recuperação judicial, a advogada Ana Carolina Monteiro, do escritório Kincaid Mendes Vianna, entende que não haverá, nesses casos, a decretação de falência imediata. “Não é automático. A empresa que estiver nessa situação pode, por exemplo, pedir ao juiz da recuperação um prazo para tentar regularizar a sua situação”, diz.

A advogada, além disso, vê brechas para que as companhias consigam continuar com os seus processos de recuperação sem que tenham, necessariamente, os documentos de regularidade fiscal em mãos. “Essa brecha vai existir, por exemplo, quando a empresa demonstrar que está tentando negociar com o Fisco, que tem boa-fé e está buscando uma solução.”

Em nota, a PGFN afirma que “tem interesse na participação efetiva de soerguimento da atividade empresarial” e que esse posicionamento está refletido nos atuais regulamentos relacionados à transação de débitos de contribuintes em processo de recuperação judicial.

“Muito embora os créditos fiscais não se submetam ao plano de recuperação judicial, a exigência de apresentação das certidões de regularidade fiscal busca assegurar a negociação também das dívidas públicas e não apenas dos débitos privados, como o único modo de demonstrar a verdadeira viabilidade de recuperação da crise empresarial”, diz, também por nota, a procuradora Andréa Borges Araújo, que atuou no caso da Hotéis Othon.

## Conteúdo Publicitário

---

O boom do couro de cogumelo e a promessa de sustentabilidade na moda

VALOR INVESTE

Negociações do grupo de moda Soma com Shoulder estão em frase preliminar

Bolsonaro promete a Biden o fim do desmatamento ilegal até 2030

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **EUA: Índice de atividade nacional do Fed Chicago sobe acima do previsto em março**

Indicador passou de -1,20 em fevereiro para 1,71, maior nível desde julho de 2020, superando expectativa de 0,90

# Atividade começa a voltar após restrições

Retomada depende de não haver retrocesso nem 3ª onda de covid

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

22/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Retomada incerta

Indicadores econômicos x covid-19

### Ponto de inflexão

Indicador Diário de Atividade Econômica (IDAT) do Itaú Unibanco



### Crescimento em 2021

Evolução das expectativas medianas do mercado para o PIB (%)



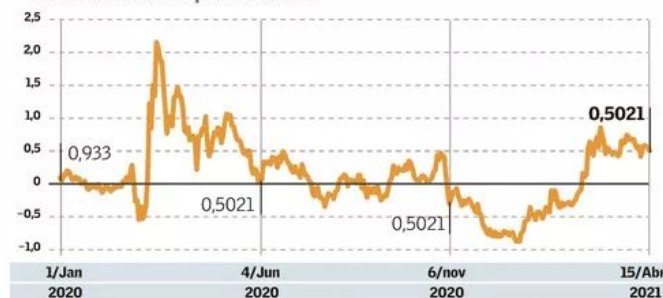
### Recuperação em forma de "V"

Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) dessazonalizado



### Ambiente de restrição

Indicadores de condições financeiras



Fonte: Banco Itaú Unibanco, Banco Central e Condições Financeiras

A segunda onda da covid-19 abateu a economia quando ela começava a alçar voo, com um desempenho mais forte do que o esperado no início do ano. Agora, os economistas passam a ponderar se a atividade ensaia de novo uma reação, deixando mais uma vez o fundo do poço.

A provável recessão tende a ser menos intensa do que a do ano passado, porque famílias e empresas aprenderam a conviver com a pandemia e estão mais dispostas a correr riscos, mostrando um certo cansaço com as medidas de distanciamento social.

Mas a possível retomada tende a ser bem mais lenta e incerta do que em 2020. A nova onda da pandemia veio acompanhada de uma crise nas contas públicas, mais incerteza política e aceleração da inflação, o que empurra o governo e o Banco Central a retirar estímulos fiscais e monetários antes da plena recuperação.

O desempenho da atividade depende, ainda, de não ocorrer retrocessos na segunda onda e de não haver uma terceira onda mais grave. Os especialistas têm muitas dúvidas sobre a capacidade de o governo cumprir o cronograma de vacinação e expressam receios de que haja uma reabertura prematura da economia, provocada pelo descaso do governo ou pelo relaxamento da população.

## Com mão de obra menos especializada, serviços e informais ficam para trás, diz economista Silvia Matos, do Ibre

“Parece que a recessão causada pela segunda onda da covid já começa a ficar para trás, os dados já estão em inflexão, começando a voltar”, afirma o economista Luka Barbosa, do Itaú Unibanco. “Para a recuperação continuar, precisa haver uma melhora na dinâmica do vírus e avanços na vacinação.”

O Itaú Unibanco vem medindo o pulso da economia em tempo real com o seu Índice Diário Atividade (IDAT), que utiliza, entre outros insumos, os dados das compras feitas por seus clientes em cartão de crédito e de débito.

Pela informação mais recente divulgada, em 12 de abril o indicador chegou a 93. O valor 100 representa o nível de março do ano passado, antes de o Brasil ser atingido pela pandemia. Nessa nova onda, o valor mais baixo ocorreu em 4 de abril, com 74. A média móvel de sete dias estava em 89 no dia 12 de abril.

Outras instituições financeiras, porém, que também construíram índices para acompanhar a economia em tempo real por enquanto não têm um quadro tão nítido de que o pior ficou mesmo para trás.

Para muitos, porém, a volta da economia deverá ser uma repercussão natural do relaxamento das medidas de distanciamento social adotada pelos Estados, depois de um começo de alívio na ocupação das UTIs. O governo de São Paulo, por exemplo, já permitiu a abertura de parte do comércio.

“A atividade começa a voltar, o efeito [econômico da segunda onda] foi muito concentrado na segunda metade de março e no começo de abril”, afirma a economista-chefe para o Brasil do JPMorgan, Cassiana Fernandez. “Mas não teremos a volta da economia como no ano passado, devido não só à restrição fiscal, mas também à monetária.”



O Banco Central se sobressai por sua visão otimista para a atividade econômica. Seu diagnóstico é que, da mesma forma que a economia voltou rapidamente na primeira onda, em formato de “V”, terá um grande dinamismo agora. A autoridade monetária deposita, também, uma boa dose de confiança no andamento e na eficácia das vacinas para que a reação da economia seja mais forte no segundo semestre.

Economistas alertam, porém, que a abertura muito rápida da economia na primeira onda da pandemia pode ser uma das causas da segunda onda, que aparentemente levou a um novo mergulho recessivo. Abrir muito rápido pode levar a um aumento de casos mais adiante e um novo baque na atividade econômica.

“Os dados do começo do ano estão dizendo que o distanciamento diminuiu e que a economia estava reagindo até mais rápido que o previsto”, afirma o diretor do ASA Investments, Carlos Kawall. “Por outro lado, o que a segunda onda está nos dizendo é que não dá para normalizar a economia tão rápido porque a pandemia volta.”

Com o vaivém da economia, os dados econômicos que estão saindo são um pouco confusos, com sinais aparentemente contraditórios.

As informações relativas aos meses de janeiro e fevereiro são, em geral, mais positivas do que a encomenda. Os dados preliminares de março, negativos.

Na segunda-feira, saiu o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que basicamente corrobora uma volta em “V” da economia a partir da primeira onda. O desempenho surpreendeu a maior parte do mercado.

Em fins de dezembro, muitos temiam que o fim do pagamento do auxílio emergencial e de alguns programas de crédito levasse ao chamado abismo fiscal. Tal qual o personagem Wile E. Coyote, do desenho animado “Papa-Léguas”, a economia mergulharia numa nova recessão, ao se ver sem o apoio das políticas governamentais.

Não foi o que aconteceu. Em janeiro, o IBC-Br já havia atingido o mesmo nível de antes da pandemia e, em fevereiro, passou a rodar acima dele. Ainda faltava uma

pouco para convergir para o nível mais alto que, sem a pandemia, a economia poderia estar. Ainda assim, o desenho sugere uma recuperação em “V”.

Os economistas estão examinando no detalhe o que está por trás da surpreendente reação da economia, para checar se ela pode ocorrer de novo na segunda onda da pandemia. Uma das hipóteses mais citadas é que as famílias de renda mais alta tenham poupado no período mais crítico da pandemia e, logo em seguida, passaram a gastar mais.

Os cálculos do Itaú Unibanco são de que, no ano passado, a poupança chegou a 18% da renda disponível das famílias, quando o normal é que seja em torno de 11%. Mas essa poupança forçada vem sendo gasta ao longo do tempo e tende a acabar.

O crescimento mundial mais forte, graças a estímulos monetários e fiscais no exterior, está favorecendo as exportações de produtos manufaturados e também puxa os preços das commodities. A recomposição de estoques da indústria e a recuperação do mercado de trabalho - ainda que bastante lenta - também são citadas por economistas como fatores que ajudaram. Mas o relaxamento no distanciamento social pode ter sido um dos principais motores da atividade.

Os efeitos da segunda onda da pandemia devem ficar claros em março. “Vamos colher dados piores no mercado de trabalho, serviços, comércio”, diz Alessandra Ribeiro, economista-chefe da Tendências Consultoria.

“Teremos, sim, o efeito da pandemia, ainda que muito menor do que observamos na primeira onda”, afirma Alessandra.

“Todos os dados antecedentes de março mostram que a economia vai embicar, vai ser muito negativo”, diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Estávamos num processo de normalização da economia, mas talvez, com essa leniência com a pandemia, vamos cair em um buraco de novo.”

Ainda não há consenso entre os especialistas se, de fato, a economia vai entrar em recessão técnica, com a queda de dois trimestres seguidos da atividade. A

Tendências, por exemplo, projeta uma retração de 0,6% no primeiro trimestre e queda de 0,9% no segundo trimestre. Já o Itaú Unibanco trabalha com uma expansão de 0,5% no primeiro trimestre e uma queda de 0,5% no segundo trimestre - esta última sujeita a uma revisão para retração de 0,3%, diante dos números recentes que apontam uma inflexão na tendência de queda.

Apesar das divergências, o estrago fica mais claro nas projeções dos analistas econômicos para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, que está em tendência de queda. Hoje, o consenso é uma expansão de 3,08%. Embora o número seja positivo, o seu sabor é de recessão, já que se a economia ficasse estagnada no patamar de 2020 o crescimento seria de 3,6%, devido ao efeito estatístico conhecido como carregamento.

A queda da economia não é tão grande como a que ocorreu no ano passado, quando chegou perto de 10% no segundo trimestre, porque empresas e famílias aprenderam um pouco mais sobre como lidar com a pandemia.

Silvia Matos, do Ibre, destaca que os serviços de tecnologia, dentro da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), estavam em fevereiro 16,4% superiores a um ano antes. Os serviços técnicos profissionais avançaram 11%. Os dados do Itaú sobre compras com cartões mostram que, em um ano, a participação do e-commerce no consumo de bens passou de 12% para 22% em um ano.

O lado negativo, segundo Silvia Matos, é que serviços que usam mão de obra menos especializada estão ficando para trás, assim como os informais.

O fechamento da economia também passou a ser mais eficiente. No ano passado, por exemplo, setores industriais, como o automobilístico, fecharam completamente a produção. Além disso, há também maior exaustão da população e uma menor aderência às recomendações de proteção e distanciamento social.

Em 2020, a pandemia levou a um deterioração nas condições financeiras e na incerteza na economia, mas o governo tinha instrumentos para se contrapor. O Banco Central injetou liquidez no mercado, facilitou a renegociação de empréstimos bancários e cortou os juros para 2% ao ano, o menor percentual da história. O governo, de outro lado, criou linhas para apoiar a manutenção de empregos, deu

garantia de crédito a pequenas empresas e fez transferências diretas para as famílias.

Hoje, há de novo um aumento das incertezas e deterioração nas condições financeiras, mas os instrumentos para se contrapor a ela são limitados. O Banco Central está retirando estímulos, em vez de injetar, devido à aceleração da inflação. A política fiscal age de forma contracionista, apesar do novo auxílio emergencial, já que o déficit primário será reduzido de 9,44% do PIB em 2020 para os 3,05% do PIB estimados pelo mercado para 2021. As incertezas fiscais estão puxando os juros de mercado e o dólar para cima.

Esse aperto pode ser resumido no indicador das condições financeiras, que sintetiza indicadores como juros internos e externos, câmbio, preços de commodities e bolsa - e tem uma forte relação com o desempenho da economia meses adiante.

O ASA Investments estima que o indicador de condições financeiras está positivo, ou seja, já tem efeito contracionista sobre a economia. Outras estimativas, assumindo premissas diferentes, mostram que as condições financeiras ainda são estimativas, mas em um grau bem menor do que no começo deste ano

O aperto nas condições financeiras - em especial, a alta dos juros básicos - é um dos fatores que levam muitos economistas a prever uma retomada mais lenta da economia neste ano, em comparação ao formato de "V" observado no ano passado.

"A pandemia vem em ondas, costuma fazer curvas, costuma refluir, embora possa demorar mais. Por isso teremos a abertura da economia", afirma Silvia Matos. "Mas o novo equilíbrio será ruim, com mais juros e menos crescimento. Esse é o legado para 2022."

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz que, na falta de ferramentas para estimular a economia, a alternativa para recuperar os níveis de confiança - favorecendo investimentos e consumo - seria retomar a agenda de reformas.

"Não é só a pandemia. Temos um governo que não funciona, o comportamento do Bolsonaro, o centrão dominando o Congresso, incertezas sobre a eleição com a

volta de Lula, essas questões fiscais, ambientais”, afirma. “Não vamos conseguir aproveitar esse caminho reformista.”

## Conteúdo Publicitário

---

VALOR INVESTE

Discurso de presidente da Petrobras tenta conciliar objetivos antagônicos

Como deixar de lado a 'culpa ecológica' e enfrentar as mudanças climáticas

VALOR INVESTE

Discurso de Silva e Luna agrada mercado, mas não elimina cautela com Petrobras

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **lochpe-Maxion estuda emitir títulos vinculados a metas de sustentabilidade**

Empresa visa alongamento do perfil da dívida consolidada

## A reforma da tarifa externa comum

Uma reforma da TEC, ainda que conduzida em diversas etapas, é, certamente, um trabalho árduo, mas que poderá promover a melhor inserção do Brasil no comércio internacional

**Por Carolina Müller e Giuseppe Melotti**

22/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O Ministério da Economia anunciou, no dia 17 de março, a aprovação de uma redução de 10% das alíquotas do Imposto de Importação aplicadas aos bens de capital e bens de informática e telecomunicações (BIT e BK). Como consequência, um bem de capital antigamente sujeito a um Imposto de Importação de 14% passou a estar sujeito a uma alíquota de 12,6%.

A medida foi publicada dois dias depois, pela Resolução Gecex nº 173/2021. O governo esclareceu que a medida se insere num projeto maior, de redução global

das alíquotas da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), atualmente em discussão no bloco.

## **A reforma da TEC é um trabalho árduo, que poderá promover a melhor inserção do Brasil no comércio internacional**

O Mercosul, como união aduaneira, determina que todos os membros do bloco possuam uma tarifa comum, ou seja, que todos estabeleçam a mesma alíquota do Imposto de Importação para determinado produto. Entretanto, há inúmeras exceções a essa regra geral.

A redução das tarifas de BIT e BK foi possível justamente porque o setor está contemplado nas exceções à TEC, permitindo que o governo brasileiro determine, independentemente do restante do Mercosul, a alíquota aplicável a esses produtos. Tal medida tem impacto relevante para todo o setor produtivo brasileiro, uma vez que a importação desses bens se traduz em investimentos no parque produtivo nacional.

De outro lado, a redução das tarifas dos demais produtos dependerá da aprovação do Mercosul. Nesse sentido, o governo anunciou que discute no bloco a redução de 10% de todas as alíquotas da TEC, proposta essa que já enfrenta resistência da Argentina.

De acordo com o plano brasileiro, essa seria a primeira etapa de uma abertura comercial gradual, decorrente da redução progressiva do Imposto de Importação, que acompanhará a redução do custo Brasil e permitirá a maior inserção do país nas cadeias globais de valor. O governo ressaltou, ainda, que a TEC não sofre nenhuma reforma geral desde 1995, ano de sua implementação, e que a redução linear visa impedir a seleção de “campeões nacionais” e de setores a serem mais ou menos privilegiados nesse processo.

A adoção de uma estratégia de um mesmo percentual de redução para todas as tarifas é compreensível nesse cenário, mas traz algumas limitações. A principal delas é que a diferenciação entre setores está na essência da TEC. De fato, o Imposto de Importação deve ser estabelecido para atender às políticas comerciais do país. É por isso que as alíquotas da TEC variam conforme o produto.

A redução de 10% para todas as alíquotas manterá a opção feita há quase três décadas pelo grau relativo de proteção de cada setor à concorrência internacional, refletida por um Imposto de Importação maior ou menor que o estabelecido aos demais setores.

A medida não traz, assim, modificação na estrutura da TEC e nesse grau relativo de proteção, o que pode ser necessário em razão das mudanças na economia brasileira, regional e mundial e do desenvolvimento tecnológico dos últimos 30 anos que, inevitavelmente, trouxeram impactos nas cadeias produtivas.

Outras distorções também não serão endereçadas: hoje, há produtos cuja tributação torna-se significativamente maior ou menor se feitas apenas pequenas modificações em suas características. Também há produtos substitutos com composição diferentes que trazem tarifas discrepantes, afetando as condições de mercado e a concorrência entre esses. Tais distorções não aparecem nos modelos econômicos muitas vezes utilizados para apontar para os benefícios de uma liberalização comercial, baseados em grande agregação de dados, e precisam ser avaliados com maior detalhamento, considerando cada item da TEC (e, por vezes, os diversos destaques de cada item).

Há mecanismos para endereçar algumas dessas questões. As alterações permanentes da TEC permitem a modificação da alíquota do Imposto de



Importação de determinado produto e podem ser solicitadas por empresas e associações ao governo brasileiro, para que esse leve a discussão ao Mercosul.

Também é possível solicitar a inclusão de um produto na Lista de Exceções à TEC (Letec), para o qual o Brasil poderá estabelecer uma tarifa maior ou menor que aquela fixadas pelos demais membros do Mercosul, observado o limite de até 100 códigos tarifários na lista brasileira. Por fim, em casos de desabastecimento, é possível solicitar ao governo brasileiro que esse conceda a redução temporária do Imposto de Importação para o insumo.

Entretanto, esses são mecanismos pontuais que, apesar de aplicados regularmente pelo Mercosul e pelo governo brasileiro, não trazem alterações mais profundas na estrutura da TEC. Assim, uma reforma mais abrangente merece, também, essa análise detalhada e setorial das tarifas ali previstas, a fim de se avaliar a adequação da atual proteção relativa conferida a cada setor produtivo brasileiro.

Acresça-se a essa análise, a necessidade de buscar a simplificação e homogeneidade da TEC, reduzindo-se o número de alíquotas atualmente existentes. É o inverso do que ocorrerá com a redução conforme prevista: isso porque as alíquotas que hoje variam, em regra, de dois em dois pontos percentuais, passarão a apresentar frações de porcentagem com a redução.

A consideração de todos esses pontos em uma reforma da TEC, ainda que conduzida em diversas etapas, é, certamente, um trabalho árduo, mas que poderá promover a melhor inserção do Brasil no comércio internacional, trazendo benefícios ao país.

**Carolina Müller e Giuseppe Melotti são sócios de Bichara Advogados, especialistas em comércio internacional e direito aduaneiro**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

## Bolsonaro sanciona projeto que muda LDO

Projeto ajudou a destravar o impasse em relação ao Orçamento e ajudará a abrir espaço para acomodar emendas parlamentares

Por **Marcelo Ribeiro e Rafael Walendorff** — De Brasília

22/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Um dia antes do final do prazo para sancionar o Orçamento, o presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei que permite a abertura de crédito extraordinário para bancar programas de socorro a empresas privadas e que retira da meta fiscal gastos emergenciais com saúde.

Aprovado por deputados e senadores na segunda-feira, o texto ajudou a destravar o impasse em relação ao Orçamento, já que ajudará a abrir espaço para acomodar emendas parlamentares que foram acatadas pelo relator do Orçamento, senador

Márcio Bittar (MDB-AC). O aumento de emendas gerou embates entre a cúpula do Poder Legislativo e a equipe econômica nas últimas semanas.

Com a nova lei, Bolsonaro poderá sancionar o Orçamento deste ano com R\$ 16,5 bilhões em emendas do relator.

Em publicação no Diário Oficial da União informou que vetou trecho da lei que previa que “a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do município de até 50 mil habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais”.

Na justificativa do veto, o presidente explicou que ao dispensar a adimplência, a lei contrariaria o interesse público por subtrair, imotivadamente, relevante medida de finança pública voltada para a responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Municípios com menos de 50 mil habitantes representam cerca de 88% dos municípios brasileiros, fato que, combinado com as exceções já existentes, tornaria os instrumentos de controle e de boa gestão fiscal ineficazes”.

O veto foi encaminhado ao Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que deve incluir a decisão para análise de deputados e senadores em sessão do Congresso

futuramente. Originalmente, o projeto tinha por objetivo apenas abrir espaço para que o governo possa gastar com medidas de socorros a empresas, como a retomada dos programas de crédito a micro e pequenas empresas (Pronampe) e de redução de salário e jornada (BEm).

Relator do PLN, o deputado Efraim Filho (DEM-PB) prevê, em seu parecer, a autorização para que o governo federal bloqueie, por meio de decretos e sem necessidade de validação pelo Congresso, gastos discricionários, como investimentos, com o objetivo de recompor as despesas obrigatórias da União, como aposentadorias.

O trecho é importante já que o Orçamento aprovado pelo Congresso está com despesas obrigatórias subestimadas, o que estava sustentando a pressão da equipe econômica pela recomposição das rubricas. Havia o temor de que, se isso não ocorresse, Bolsonaro poderia ser acusado de crime de responsabilidade, deixando-o vulnerável de um processo de impeachment.

O relator também acatou emenda apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) que também retira da meta do resultado primários créditos orçamentários destinados aos gastos com ações e serviços públicos de saúde, desde que estejam relacionadas ao enfrentamento à pandemia.

## Conteúdo Publicitário

---

VALOR INVESTE

**Maia diz que 'defender sanção do Orçamento só pode ser piada'**

VALOR INVESTE

**Governança e compliance impedem riscos de aventuras, diz presidente da Petrobras**

VALOR INVESTE

**EUA liberam vacinação contra a covid-19 para todos a partir de 16 anos**

 **COMENTÁRIOS**

# CPI deve acirrar disputa entre Bolsonaro e governadores

Governistas da comissão trabalharão para atingir adversários em seus Estados

Por Renan Truffi — De Brasília

22/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Girão: senador do Podemos decidiu mirar o Consórcio Nordeste e trabalhar para que seja alvo de investigações — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

A poucos dias da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, dois grupos começam a se formar no colegiado. O primeiro deles busca fustigar, por interesses eleitorais, governadores adversários como forma de se projetar para as eleições de 2022. O segundo se organiza para blindar aliados que poderiam ficar expostos diante de investigações indesejadas. O cabo de guerra envolve, principalmente, nomes do Norte e Nordeste e deve acontecer mesmo com a CPI limitada em seu escopo de apuração.

A ofensiva para colocar governadores como alvos é puxada pelos senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Eduardo Girão (Podemos-CE), ambos tratados como pré-candidatos em seus respectivos Estados. Do outro lado está o chamado "G7", que reúne os sete senadores independentes ou de oposição que integram a CPI. A disputa tem pouco a ver com a pressão do presidente Jair Bolsonaro para que a comissão de inquérito atingisse também Estados e municípios, mas sim com a formação de palanques para o ano que vem.

Por conta desse movimento, o "G7" discute nos bastidores como evitar que a CPI seja usada para enfraquecer seus correligionários. O assunto foi, inclusive, tema de reunião no início desta semana. Segundo um interlocutor, a ideia é enfrentar e "tentar impedir o desgaste". O PT, por exemplo, tem governadores em quatro Estados do Nordeste: Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Já o MDB comanda três unidades da federação: Alagoas, Pará e Distrito Federal.

A esperança dos dois partidos, PT e MDB, é que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) seja mesmo escolhido como relator da CPI. Isso porque o chefe do Poder Executivo em Alagoas é filho do senador emedebista. Na conversa mais recente do grupo, Renan ouviu pedidos, inclusive, para que não crie uma sub-relatoria destinada às apurações estaduais e municipais da CPI, algo que teria cogitado. O temor dos congressistas é que esse aceno de conciliação acabe se transformando num revés contra os representantes estaduais.

A escolha do senador Jader Barbalho como suplente do MDB no colegiado também foi fruto das preocupações com os governadores. Dirigentes do PT ligaram para o emedebista para cobrar que ele participasse do movimento de blindagem. Mesmo estando recluso por conta de problemas de saúde, Jader concordou com o pedido. O filho dele, Helder Barbalho (MDB), é governador do Pará e também tem sido alvo de investigações na pandemia.

Apesar de todo esses esforços, os Estados mais sujeitos a se tornarem vidraça são Piauí e Ceará. O senador Ciro Nogueira (PP-PI) é um dos que não esconde intenção de atingir o governador do Estado, Wellington Dias (PT-PI). “Enquanto crescem os números de infectados e mortes pela covid-19 e a vacinação não avança por inépcia do governo estadual, o governador, em vez de buscar soluções para isso, gasta seu tempo e energia atrás de espaços para acomodar políticos na estrutura do governo”, publicou em mensagem no Twitter.

No Podemos, o nome que tenta se capitalizar eleitoralmente é do senador Eduardo Girão (CE), possível adversário do governador do Ceará, Camilo Santana (PT). Girão tem insistido, por exemplo, para que a investigações recaiam sobre o grupo Consórcio Nordeste. No ano passado, esse consórcio entrou na mira do Ministério Público Federal (MPF) por supostos atos de improbidade administrativa em contrato firmado para a compra de respiradores. O negócio foi alvo da Operação Ragnarock, quando o consórcio ainda era presidido pelo governador da Bahia, Rui Costa (PT). Em razão do escândalo, o ex-secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster, acabou exonerado do cargo.

O assunto é um “calo” para o PT e também para o Consórcio do Nordeste, que busca protagonismo político com a compra das vacinas Sputnik V, fabricada pelo Centro Gamaleya.

## Conteúdo Publicitário

---

O que é biodiversidade e o que esse tema tem a ver com a moda?

VALOR INVESTE

Agro é tech, agro é pop! Ações do setor aparecem como boas opções neste ano

A água está em todo lugar, mas é um recurso cada dia mais disputado

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **lochpe-Maxion estuda emitir títulos vinculados a metas de sustentabilidade**

Empresa visa alongamento do perfil da dívida consolidada



Veículo: G1	
Data: 20/04/21	



## Guedes vê 'desacertos', mas diz que orçamento deste ano preserva responsabilidade fiscal

**Aprovado pelo Congresso, orçamento de 2021 ainda não foi sancionado por Bolsonaro. Impasse é motivado pela redução de gastos obrigatórios e aumento das emendas parlamentares.**

Por **Alexandro Martello** e **Valdo Cruz**, G1 e GloboNews — Brasília

20/04/2021 16h47 Atualizado há um dia

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, declarou nesta terça-feira (20) que "alguns desacertos" dificultaram o "encaixe" do orçamento deste ano, o primeiro que ele considera ter sido elaborado em conjunto com o Congresso Nacional. Mas, afirmou que, mesmo assim, foi preservada a responsabilidade fiscal e o compromisso com a área de saúde. O orçamento de 2021, **aprovado pelo Congresso**, ainda não foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro. O prazo para isso termina na próxima quinta-feira (22). O **impasse foi motivado** pelo fato de o Congresso ter reduzido a previsão de gastos com despesas obrigatórias e aumentado o valor das emendas parlamentares — aquelas que deputados e senadores podem direcionar para os próprios redutos eleitorais.

A equipe econômica defendia o veto integral ao Orçamento. **Técnicos da área econômica manifestaram preocupação com o aumento das emendas**, já que terão de ser bloqueados gastos dos ministérios e investimentos, comprometendo a capacidade do governo de ofertar serviços públicos. Mas o Congresso cobrava o compromisso político de preservação das emendas.

Em busca de um acordo para a sanção do Orçamento da União de 2021, o Congresso aprovou, com o aval do Palácio do Planalto, mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias

para liberar despesas fora do teto de gastos que podem superar, ao final, mais de R\$ 100 bilhões.

Pelas alterações, vão ser bancados com crédito extraordinário (extra-teto) cerca de

- R\$ 20 bilhões para enfrentamento da Covid;
- R\$ 10 bilhões para renovação do Benefício Emergencial
- e mais R\$ 5 bilhões para o Pronampe, linha de crédito para socorrer pequenas e médias empresas.

Somando com os R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial e outras despesas já definidas na área da saúde fora do teto de gastos no ano passado — e que serão efetivadas em 2021 —, o total de despesas fora do mecanismo de limitação de gastos do governo deve superar os R\$ 100 bilhões.

Com a retirada desses gastos do teto, o governo terá, segundo a análise de técnicos, a fórmula legal para sancionar o Orçamento de 2021 sem que o presidente Jair Bolsonaro corra riscos de cometer um crime de responsabilidade fiscal.

Excluídas essas despesas, a equipe econômica terá condições, na interpretação do governo, de abrir espaço no Orçamento para bancar o pagamento das emendas parlamentares e evitar cortes elevados que paralise alguns setores da máquina pública. Questionado pelo **G1**, o Ministério da Economia informou apenas que o acordo envolve diferentes áreas do governo e o Congresso. E acrescentou que aguarda para "breve" a conclusão dos entendimentos.

Para o ministro Paulo Guedes, é importante que as emendas parlamentares "republicanas", infladas em cerca de R\$ 16 bilhões pelo Congresso Nacional, representem os acordos políticos e se encaixem no orçamento deste ano.

Guedes disse que o orçamento de 2021 manterá o compromisso com a responsabilidade fiscal e com a saúde da população, pois somente os gastos extraordinários, relacionados com a pandemia, foram excluídos da meta de resultado primário das contas públicas. A meta prevê um rombo de até R\$ 247,1 bilhões neste ano.

"Os gastos recorrentes continuam sob o teto, exatamente porque exprimem esse compromisso com a responsabilidade fiscal. Já o compromisso com a saúde do povo brasileiro — os gastos de natureza não recorrente — exprimem por outro lado o compromisso com a saúde e com o emprego", declarou o ministro.

## O acordo

A partir do acordo, o presidente Jair Bolsonaro fará um veto parcial no chamado RP9, as emendas parlamentares elaboradas pelo relator do Orçamento.

Ao ser aprovada a proposta orçamentária, o valor dessas emendas foi inflado em R\$ 31,1 bilhões. Ao todo, as emendas parlamentares no Orçamento saltaram de R\$ 16,3 bilhões para R\$ 47,4 bilhões.

Com o veto, o governo vai preservar os R\$ 16,5 bilhões de emendas extras de parlamentares apresentadas pelo relator. E vai cortar mais de R\$ 10 bilhões.

Os aliados do presidente no Congresso, porém, querem que, ao longo do ano, o Palácio do Planalto busque encontrar espaço para recompor pelo menos parte do que será cortado das emendas.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, diz que, mesmo com os cortes de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões em emendas e mais R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias do governo, a equipe econômica será obrigada a fazer um bloqueio de verbas que pode colocar em risco o funcionamento da máquina pública.

A IFI calculou inicialmente que o corte no Orçamento seria na casa de R\$ 31,9 bilhões. Com o acordo, a tesourada deve ser menor, mas, mesmo assim, pode comprometer alguns serviços da União.

A equipe econômica defende os gastos fora do teto como medidas essenciais para combater o coronavírus, como a volta do auxílio emergencial, a renovação do Pronampe e do Programa de Preservação de Empregos, além de compra de vacinas e medicamentos.